

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO ASSOCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – UFV/UFJF**

**O QUE É LAZER? UMA ANÁLISE DOS PLEITOS DE MINAS GERAIS DO  
PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE EM 2007**

**ROSEANA MENDES**

Juiz de Fora  
2009

**ROSEANA MENDES**

**O QUE É LAZER? UMA ANÁLISE DOS PLEITOS DE MINAS GERAIS DO  
PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE EM 2007**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Juiz de Fora/Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física, Área de Concentração: Educação Física.  
Linha de Pesquisa: Política Pública de Esporte e Lazer.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior.

Juiz de Fora  
2009

Mendes, Roseana

O que é lazer? Uma análise dos pleitos de Minas Gerais do Programa Esporte e Lazer da Cidade em 2007 / Roseana Mendes. -- 2009.  
164 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

1. Esportes. 2. Lazer. 3. Políticas públicas. I. Título

CDU 796

**O QUE É LAZER? UMA ANÁLISE DOS PLEITOS DE MINAS GERAIS DO  
PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE EM 2007**

**ROSEANA MENDES**

**ORIENTADOR: Prof. Dr . Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elisa Caputo Ferreira

---

Prof. Dr. Luiz Otávio Neves Mattos

---

Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior

**A Deus,**

que ilumina e orienta as ações de todas as pessoas nos diferentes planos, sem Ele nada é possível.

**A Luisa,**

minha filha, minha paixão, uma bênção que Deus colocou em minha vida, o melhor presente que uma mãe pode ter, a razão pelo qual tudo é possível.

**Ao Márcio,**

meu companheiro de tantas trajetórias diferentes, meu amor, meu amigo, que me acompanha nos percursos e caminhos traçados em nossas vidas.

**A meu pai, Geraldo,**

que me ensinou como ser correta nas ações e positiva nas decisões.

**À minha mãe, Sônia,**

meiga e tão positiva que, junto a meu pai, guiou-me por grandes caminhos, ensinando-me a ser responsável o suficiente para estar sempre em um caminho ético.

Meu amor e respeito por eles ultrapassa o que se pode pensar.

**A meus irmãos, Fabi, Lila e Júnior,**

cada um deles, com sua sabedoria e carinho, estão sempre a meu lado, amparando-me, auxiliando-me e também me divertindo, afinal o lazer é fundamental em nossas vidas. À Fabi, pelo seu coração enorme, apoiando-me e cuidando da Luisa; à Lila, pelos seus conselhos e orientações sempre racionais, e ao Juninho, pelas nossas conversas e discussões sobre a Educação Física. Meu amor por eles é imenso.

**A meus tios, tias, primos, primas, sobrinhos e sobrinha e meu cunhado,**

à minha família maravilhosa, que me incentiva e auxilia com palavras sempre positivas.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Carlos Fernando, calmo, tranquilo, mas, ao mesmo tempo, exigente e positivo. Acho que conseguimos nos entender e respeitar o tempo um do outro. O meu muito obrigada.

À minha amiga, Maria Elisa, incentivadora desta conquista e responsável também por tantas conversas sobre tantas coisas.

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram nas escolhas de minha vida, entenderam minhas ausências e me auxiliaram para mais esta conquista.

À minha amiga e irmã, Maria Inês, que esteve sempre junto nas minhas decisões de vida, mesmo afirmando que Mestrado era demais para ela.

À minha amiga e irmã, Eveline, que, mesmo distante, estávamos sempre próximas e, em nossas conversas, tinha sempre espaço de risos e alegrias.

Aos meus amigos e “filhos”, Lili e Rafa, pela força e carinho.

À amiga Danizinha, querida e meiga.

Ao amigo Vinícius, que me ensina muito em nossas longas conversas.

À D<sup>a</sup>. Márcia, pelo carinho e apoio, sei que ela sempre torce por nós.

Aos amigos do Mestrado, Marcelinha, brava, positiva e um exemplo de conquista; Emerson, forte o suficiente para transpor os obstáculos e seguir em frente; Daniel e Débora. Muito obrigada por caminharmos juntos.

Ao professor Luis Otávio e a todos que puderam me auxiliar nesta trajetória.

A Imaculada, meu braço direito e minha amiga, sem sua ajuda seria impossível esta conquista.

Aos amigos, professores e funcionários da Faculdade de Educação Física.

A todos, o meu muito obrigada!

*“Bom mesmo é ir à luta com  
determinação, abraçar a vida e viver com  
paixão, perder com classe e viver com  
ousadia. Pois o triunfo pertence a quem se  
atreve, e a vida é muito bela para ser  
insignificante.”*  
(Charles Chaplin)



## RESUMO

O presente estudo tem como objeto de investigação o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), organizado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL), Ministério do Esporte (ME), Governo Federal. Criado em 2003, o PELC foi elaborado pela equipe do ME para sua inclusão no plano plurianual de 2004-2007. Em sua proposta, direciona ações e atividades que contemplam o esporte recreativo, entre outras atividades inseridas na concepção macro do lazer. O programa vem se estabelecendo como proposta de política pública, portanto, justificam-se análises quanto à sua proposta. O objetivo desta pesquisa foi analisar as concepções e compreensões sobre o lazer que aparecem nos documentos, em especial o Projeto Básico, por meio dos quais as entidades mineiras buscaram sua adesão ao PELC no ano de 2007. Outras questões complementares ao estudo foram levantadas, tais como: (a) as concepções de lazer dos gestores dos convênios estão de acordo com as orientações do PELC?; (b) as diretrizes do PELC são foco fundamental e são seguidas no corpo do texto pelos gestores e coordenadores do Programa?; (c) como os gestores e coordenadores dos projetos básicos aprovados percebem o esporte e o lazer após a implantação do Programa? No que tange aos pressupostos teórico-metodológicos, foi adotada a análise documental de caráter qualitativo, assim, a partir da utilização da técnica da Análise do Conteúdo (AC1), procedeu-se ao estudo dos pleitos das cidades de Minas Gerais, aprovados para implantação ou renovação em 2007. A pesquisa abrangeu 26 projetos básicos do PELC e caminhou sob dois aspectos: análise documental dos projetos básicos aprovados e análise das entrevistas e dos questionários respondidos por responsáveis pelos projetos. Sobre os resultados da presente investigação, pode-se afirmar que os gestores compreendem o PELC como um programa com ações voltadas principalmente ao esporte recreativo e negligenciam as outras possibilidades contempladas dentro do lazer, tais como as atividades turísticas, manuais e artísticas. Mesmo com este pensamento, conseguem perceber o lazer enquanto direito social com caráter emancipatório e transformador, possível de influenciar positivamente a vida das comunidades e dos indivíduos. Este entendimento se confirma nos projetos já em funcionamento, quando os entrevistados remetem a pensamentos de mudanças percebidas nas localidades onde o PELC funciona.

**Palavras-chave:** Esporte. Lazer. Política Pública. Programa Social.

## ABSTRACT

The present study has as investigation purpose the Sport and Leisure Program of the City (PELC), organized by Development National Secretariat of the Sport and the Leisure (SNDEL), Sport Ministry, Federal Government. Created in 2003, the PELC was produced by ME staff for its inclusion in the pluriyearly 2004-2007. In its proposal, it directs actions and activities that contemplate the recreative sport among others diligences inserted in the leisure macro conception. This program is been established as a public politics proposal and, therefore, analysis concerned about his effects has been justified. Our aim was to analyse the conceptions and comprehensions about the leisure that arises in the documents, in special the Basic Project, by means of which the Minas Gerais entities founded its adhesion into PELC in the year of 2007. Another complementary questions were lifted such as: (a) are the leisure conceptions of the convention manager in according to the PELC orientations?; (b) are the PELC directrices the main focus and are followed in the discursive corpus by program managers and coordinaters?; (c) how the managers and coordinaters of the aproved basic projects remark sport and leisure after the program implantation? Respecting of theoretic-methodologic conjectures, we adopt the documental analysis of qualitative character. Thus, from the uses of the contents analysis technics (AC1), was procedured the requests' studies of the Minas Gerais cities, aproved both or implantation or replace in 2007. The research included 26 PELC basic projects and run under two aspects: documental analysis of aproved basic projects and analysis of interviews and responded qustionaries by projects responders. About the results of the present investigation we can affirm that managers understand the PELC as a program with actions principally turned upon the recreative sport and neglect the other possibilities contemplated into the leisure such as the touristic, manual and artistic activities. Besides of this thought, they may request leisure while social right, with emancipatory and transforming character, that can positivly influence the communities and individuals life. This understanding confirm itself in the projects that are running yet when the interviewers talking about changes requested in the localities where runs the PELC.

**Key-words:** Sport. Leisure. Public Politics. Social Program.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO I - PERCEBENDO O ESTUDO</b> .....	18
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO ESTUDO.....	18
1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	20
<b>CAPÍTULO II - REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	23
2.1 LAZER E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....	24
<b>2.1.1 A Revolução Industrial e o lazer</b> .....	28
2.2 CONCEPÇÃO DO LAZER A PARTIR DA MODERNIDADE.....	31
2.3 LAZER: DIFERENTES CONCEITOS E SIGNIFICADOS.....	33
<b>2.3.1 Conteúdos Culturais do Lazer</b> .....	38
<b>2.3.2 Análise das abordagens funcionalistas do lazer</b> .....	44
2.4 NOVOS OLHARES SOBRE O LAZER.....	46
<b>2.4.1. Tempo livre, ócio, tempo disponível: reflexões contextuais e conceituais</b> .....	49
2.5. ANIMAÇÃO CULTURAL.....	53
<b>CAPÍTULO III - O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC)</b> ..	61
3.1. O LAZER E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	61
3.2. O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE.....	66
<b>3.2.1 Programa Esporte e Lazer da Cidade – criação e implantação</b> .....	68
3.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE.....	74
<b>3.3.1 Diretrizes para a implantação do PELC</b> .....	74
<b>3.3.2 Formação dos agentes e responsáveis pelo PELC</b> .....	76
<b>3.3.3 Objetivos do conjunto de ações do PELC</b> .....	78
<b>CAPÍTULO IV - ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	80
4.1 MODELO DE ESTUDO.....	81
4.2 CAMINHOS PERCORRIDOS.....	82
4.3 INSTRUMENTO E AMOSTRA.....	84
4.4 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS.....	85
<b>CAPÍTULO V - PESQUISA: RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	87
5.1 COMPREENDENDO OS PROJETOS.....	87
5.2 A PESQUISA.....	96
<b>5.2.1 Categoria 1: Esporte e Lazer como Direito Social</b> .....	102
5.2.1.1 Subcategoria: Desenvolvimento Humano.....	103
5.2.1.2 Subcategoria: Oportunidade a Diferentes Atividades.....	105
5.2.1.3 Subcategoria: Melhoria da Qualidade de Vida (MQV).....	107
<b>5.2.2 Categoria 2: Universalização e Inclusão Social</b> .....	112
5.2.2.1 Cidadania e Direito Social (CDS).....	113
5.2.2.2 Inclusão Social (IS).....	115
5.2.2.3 Vulnerabilidade Social (VS).....	117
5.2.2.4 Utilização de Espaços Públicos (UEP).....	118

<b>5.2.3 Categoria 3: Gestão democrática e participativa</b> .....	121
<b>5.2.4 Categoria 4: Intergeracionalidade</b> .....	124
<b>5.2.5 Categoria 5: Intersetorialidade</b> .....	126
<b>5.2.6 Categoria 6: Fomento e Difusão da Cultura Local</b> .....	129
<b>5.2.7 Reflexão sobre as atividades propostas</b> .....	131
5.2.7.1 Atividades físicas de lazer.....	132
5.2.7.2 Atividades manuais de lazer.....	133
5.2.7.3 Atividades intelectuais de lazer.....	134
5.2.7.4 Atividades artísticas de lazer.....	134
5.2.7.5 Atividades sociais de lazer.....	135
5.2.7.6 Atividades turísticas de lazer.....	136
<b>5.2.8 Eventos</b> .....	139
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	140
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	146
<b>ANEXOS</b> .....	158

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1	- Distribuição dos projetos segundo a forma de associação dos municípios.....	91
Tabela 2	- Distribuição dos projetos segundo a população beneficiada.....	94
Tabela 3	- Valores percentis dos grupos de atendimento por grupos da população beneficiada.....	95
Tabela 4	- Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Desenvolvimento Humano dos projetos.....	103
Tabela 5	- Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Oportunidade a Diferentes Atividades – ODA.....	105
Tabela 6	- Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Melhoria da Qualidade de Vida – MQV.....	108
Tabela 7	- Distribuição geral dos termos e/ou frases dos projetos na categoria de análise Esporte e Lazer como Direito Social.....	111
Tabela 8	- Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Cidadania e Direito Social – CDS.....	114
Tabela 9	- Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Inclusão Social – IS.....	116
Tabela 10	- Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Vulnerabilidade Social – VS.....	117
Tabela 11	- Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Utilização de Espaços Públicos – UEP.....	119
Tabela 12	- Distribuição geral dos termos e/ou frases dos projetos nas categoria de análise 1 – Esporte e Lazer como Direito Social e categoria de análise 2 – Universalização e Inclusão Social.....	120
Tabela 13	- Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a categoria – Gestão Democrática e Participativa.....	122
Tabela 14	- Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a categoria – Intersetorialidade.....	125
Tabela 15	- Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a categoria – Intergeracionalidade.....	126
Tabela 16	- Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a categoria – Fomento e Difusão da Cultura Local.....	130
Tabela 17	- Comparativa dos diferentes conteúdos culturais do lazer.....	131
Tabela 18	- Número de ocorrências dos conteúdos físicos.....	132
Tabela 19	- Número de ocorrências dos conteúdos manuais.....	133
Tabela 20	- Número de ocorrências dos conteúdos intelectuais.....	134
Tabela 21	- Número de ocorrências dos conteúdos artísticos.....	135
Tabela 22	- Número de ocorrências dos conteúdos sociais.....	136

Tabela 23	-	Categorias dos conteúdos culturais do lazer – Incidência de eventos por categoria.....	139
Gráfico 1	-	Identificação quanto à renovação e implantação.....	90
Gráfico 2	-	Distribuição quanto aos diferentes proponentes.....	91
Gráfico 3	-	Distribuição do número de núcleos por municípios isolados..	93
Gráfico 4	-	Distribuição do número de núcleos por municípios consorciados.....	94
Gráfico 5	-	Comparativo das subcategorias da categoria 1 de análise.....	110
Gráfico 6	-	Número de projetos em que surgem termos relacionados às subcategorias da categoria 2.....	113
Gráfico 7	-	Distribuição do total de parceiros nos Projetos Básicos do PELC de 2007 analisados.....	128
Gráfico 8	-	Comparativo dos conteúdos culturais do lazer.....	137

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1	-	Mapa do Estado de Minas Gerais.....	92
Quadro 1	-	Objetivos para o conjunto de ações do PELC.....	78
Quadro 2	-	Categorias de análise.....	83
Quadro 3	-	Categoria 1 – Esporte e Lazer como Direito Social.....	102
Quadro 4	-	Categoria 3 – Gestão Democrática e Participativa.....	121
Quadro 5	-	Categoria 4 – Intergeracionalidade.....	124
Quadro 6	-	Categoria 5 – Intersetorialidade.....	126
Quadro 7	-	Categoria 6 – Fomento e Difusão da Cultura Local.....	129

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Animação Cultural
AC1	Análise de Conteúdo
AMAC	Associação Municipal de Apoio Comunitário
ASC	Animação Sociocultural
CDS	Cidadania e Direito Social
CEDES	Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer
CLT	Consolidação das leis do trabalho
CR/AD	Crianças e Adolescentes
DC	Fomento e Difusão da Cultura Local
DH	Desenvolvimento Humano
DP	Desvio Padrão
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ELDS	Esporte e Lazer como Direitos Sociais
FAEFID	Faculdade de Educação Física e Desportos
GDP	Gestão Democrática e Participativa
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IG	Intergeracionalidade
IntS	Intersetorialidade
IS	Inclusão Social
ME	Ministério do Esporte
MG	Minas Gerais
MQV	Melhoria da Qualidade de Vida
ODA	Oportunidade a Diferentes Atividades
ONG	Organização Não-Governamental
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNE	Pessoas com Necessidades Especiais
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
SPM	Sociedade Pró-Melhoramento de bairros
UEP	Utilização de Espaços Públicos
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UIS	Universalização e Inclusão Social
VS	Vulnerabilidade Social



## INTRODUÇÃO

Iniciar este trabalho não foi fácil. Muitas idas e vindas até que conseguimos traçar uma linha de pensamento que aborda o tema do lazer, em especial, uma análise sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), organizado pelo Ministério do Esporte (ME) – Governo Federal.

Comecei minha experiência profissional como professora de Educação Física com a Ginástica Artística, desenvolvendo uma proposta de ensino desse conteúdo em ambientes não-formais na cidade de Juiz de Fora, MG. Como professora e técnica, sempre busquei oferecer aos alunos algo mais do que somente repetições de gestos e treinamento. Minha proposta baseava-se em criar condições de satisfação e motivação para que o esporte fizesse parte da vida de meus alunos de maneira significativa e crítica. A Ginástica Artística é um esporte de execução complexa em sua essência, o que trouxe dificuldades para realizar um trabalho no qual todos pudessem ter as mesmas oportunidades.

Ao longo desses 20 anos como professora, o compromisso com o ensino das atividades esportivas em uma perspectiva crítica e inclusiva também embasou o trabalho que comecei a desenvolver em um programa social vinculado à Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), órgão gestor da assistência social da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Tratava-se de uma ação no campo do lazer, ou seja, organizava atividades para preencher o tempo disponível, especialmente de adolescentes. A partir dessa experiência, passei a estudar e a me interessar mais pelas propostas de lazer e de esporte recreativo. Dois anos depois, em 1999, ingressei na Faculdade de Educação Física e Desportos (FAEFID), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como professora substituta das disciplinas “Organização e administração do Lazer” e “Recreação”, exercendo o magistério até o ano de 2001. Esse período foi fundamental para ter certeza do que queria para meu futuro profissional e investigativo.

Os estudos realizados sobre o lazer me fizeram perceber o caráter tradicional, funcionalista e compensatório de programas sociais, no qual o discurso que justificava a implementação das ações de lazer baseava-se no “combate à marginalidade”, na “proteção contra violência”, na “retirada do sujeito do mundo das

drogas”. Efetivamente, é preciso ter consciência dos limites das ações realizadas, bem como do caráter populista e demagógico que tematiza essas assertivas.

De acordo com Menicucci (2006), torna-se necessário questionar e rever a perspectiva de tratar o lazer como subsidiário de outras necessidades, como instrumento de promoção social, combate às drogas e redução da violência. Mesmo que seja possível chegar a cada um desses objetivos, deve-se pensar no lazer como uma necessidade e um direito social. A Constituição Brasileira de 1988 define, no art. 6º do capítulo II, Título II, “*que o cidadão tem direitos como Lazer, Educação, Saúde, Trabalho, Segurança, sendo dever do Estado garantir esses direitos.*” O Título VIII, da ordem social, capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, seção III, art. 217, item III, art. 3, diz: “*o poder público incentivará o lazer como forma de promoção social.*”

A compreensão de que o lazer é um direito social, por isso necessita ser garantido a toda a população brasileira, sem distinções, deve ser a base das políticas públicas de governos municipais, estaduais e também do governo federal. Esta pesquisa aborda o Programa Esporte e Lazer da Cidade, ação elaborada e organizada pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) do Ministério do Esporte.

O PELC iniciou suas ações em 2003 e vem colocando em prática uma proposta de atuação no campo do lazer, sendo referenciada pela inclusão social, cidadania e justiça social, pelos princípios da autonomia, da auto-organização comunitária e da intergeracionalidade. Portanto, ações investigativas são fundamentais para que sejam ampliados os entendimentos sobre as possibilidades e os limites de intervenção no campo do lazer a partir de propostas como a desse Programa.

No primeiro capítulo, identifica-se o problema da pesquisa, as ações e justificativas que confirmam a relevância de um estudo proposto para refletir ações de um programa de política pública de lazer. O PELC, como proposta de política pública com caráter de política social, requer compreensões de sua dinâmica conceitual, uma vez que é um Programa ainda muito recente e que demanda questões sobre seu funcionamento.

No segundo capítulo do trabalho, busca-se entender questões referentes à temática do lazer. Na revisão de literatura, realizou-se um levantamento de fontes sobre a teoria do lazer, suas diferentes compreensões e conceitos verificados

historicamente, o que permite uma visão melhor do problema da pesquisa. Autores internacionais e brasileiros têm auxiliado a construir a revisão de literatura e pensar o lazer. As relações do lazer com outras áreas de conhecimento objetivaram trazer ao debate elementos que auxiliassem na compreensão do fenômeno lazer à luz das transformações sociais em curso, demarcando suas tendências mais atuais. Isso permitiu alargar o entendimento sobre o lazer e alguns termos relacionados a ele direta ou indiretamente, como tempo livre, trabalho, animação sociocultural e animação cultural, entre outros.

O terceiro capítulo é dedicado ao entendimento do PELC enquanto um programa de políticas públicas de desenvolvimento do esporte recreativo e do lazer. O PELC está alicerçado em valores de participação popular e de contribuição no plano cultural, para o exercício da cidadania. Atua, especialmente, em parceria com diferentes setores da sociedade, que, de acordo com Rejane Penna Rodrigues (2007)<sup>1</sup>, é constituída pelas organizações locais, regionais e nacionais e ainda prefeituras, Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações, entre outros parceiros. Possui duas áreas de atuação: o funcionamento de núcleos e a Rede formada pelos Centros de Desenvolvimento e Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (CEDES), que visam estimular e fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico, voltadas à gestão da área, buscando a qualificação e a formação continuada dos gestores dessas políticas públicas.

O quarto capítulo procura identificar os caminhos metodológicos percorridos a fim de se chegar aos resultados. A metodologia é uma escolha individual, porém requer reflexão sobre qual o melhor percurso. Assim, para realizar as análises, buscou-se trabalhar com o pensamento de Bardin (1977) por meio da Análise de Conteúdo (AC1), definida do seguinte modo pela autora:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p.40).

---

<sup>1</sup> Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – Ministério do Esporte.

A Análise de Conteúdo pode ser uma análise dos significados e dos significantes, sendo assim a compreensão dos documentos aqui descritos pretende identificar e contribuir para novas leituras interpretativas (BARDIN, 1977).

O quinto capítulo apresenta o estudo e a análise dos pleitos das cidades de Minas Gerais contemplados no ano de 2007, para implantação ou renovação do PELC. Foram analisados 26 projetos básicos aprovados no pleito de 2007, sendo que esses são contemplados através da dotação orçamentária ou por emenda parlamentar. Paralelamente à análise dos projetos, foram entrevistados 30% dos responsáveis atuantes nos programas para complementar as reflexões percebidas nos textos dos projetos. Importa ressaltar que não se pretendeu analisar as diferentes entrevistas, categorizando-as como realizado com os projetos, mas percebê-las e utilizá-las de forma que estas contribuíssem para a compreensão dos textos dos projetos básicos. As entrevistas, portanto, fortaleceram o entendimento dos itens e das categorias analisadas. Isto foi possível, pois os projetos passaram a ganhar uma visão da prática efetiva das ações do PELC.

A contribuição deste estudo reflete as possibilidades das ações do PELC para o desenvolvimento do esporte e lazer nas cidades de Minas Gerais. A análise documental fornecida pela SNDEL<sup>2</sup> permite compreender a dinâmica dos projetos contemplados e ainda perceber o conceito que os gestores têm do que seja o lazer.

Neste momento do estudo, a análise documental, que sucede a fase inicial da revisão de literatura, possui como objetivo central o levantamento, a coleta e a análise qualitativa de dados que permitam à pesquisadora acompanhar a proposta e a estrutura desse Programa em Minas Gerais.

---

<sup>2</sup> Agradeço o apoio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer.

## CAPÍTULO I

### PERCEBENDO O ESTUDO

“Também as ciências do homem têm suas relações de incerteza”  
(Lévi-Strauss)



#### 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO ESTUDO

As reflexões do fim do século XX sobre as mudanças ocorridas nas relações do homem e da sociedade com a globalização, influenciadas por novos paradigmas, seja nas ciências, na educação ou na cultura, levaram o homem a pensar e repensar suas ações. Essa mudança reflete-se na redução do tempo e do espaço, com o crescimento desordenado das cidades, agravados pela falta de moradia e pelas condições mínimas de sobrevivência. Os espaços de lazer e integração nas cidades são reduzidos e influenciam, sobremaneira, a relação do cidadão com a cidade. A rua, anteriormente pensada como espaço de convivência, torna-se um caminho para se percorrer sempre veloz e contra o tempo.

A violência, o caos do trânsito, a falta de moradia e as condições mínimas de sobrevivência são exemplos da problemática gerada pelo crescimento econômico que se verifica, principalmente, nas grandes metrópoles, e, também, em menor grau, nas pequenas cidades. A busca crescente por novas conquistas para um país emergente como o Brasil gera diferenças significativas de classes sociais. A sociedade brasileira se vê com problemas sociais, políticos e econômicos que interferem diretamente na qualidade de vida de seus cidadãos.

A necessidade do trabalho – um gerador de renda – e de condições mínimas de sobrevivência modifica a relação do sujeito com sua dinâmica de vida, direcionando mais tempo dedicado ao trabalho e menor tempo dedicado ao lazer e descanso. É importante destacar que “o lazer visto como manifestação humana, com suas especificidades, mas entendido no conjunto delas, sofre as mesmas influências que qualquer área social” (MARCELLINO, 2006b, p. 74).

Os espaços públicos de lazer se reduzem com o crescimento das cidades. Embora a iniciativa privada oportunize diferentes atividades para o incentivo da

prática de lazer, da qual principalmente as classes médias e altas possam usufruir, percebe-se que isso não ocorre da mesma forma para as classes menos favorecidas.

Para as classes mais empobrecidas, há que se pensar em políticas públicas de lazer que garantam o acesso e a oportunidade de uso dos equipamentos com qualidade. De acordo com Castellani Filho (2006, p. 125), “há necessidade de desenvolver política de lazer centrada na inclusão que resgate essa prática como direito social.”

O Ministério do Esporte, por meio da SNDEL, desenvolveu um programa de política pública de esporte e de lazer que busca diferentes parcerias para sua implantação e funcionamento, com o pensamento voltado a oferecer a prática do esporte e do lazer para as camadas da população menos favorecidas.

Com a perspectiva de uma política de lazer realizada com parcerias, sejam elas ONGs, prefeituras ou entidades particulares, o Programa Esporte e Lazer da Cidade foi implantado pelo Ministério do Esporte através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer. De acordo com as diretrizes apresentadas e que serão discutidas posteriormente, o PELC oferece oportunidades de lazer e esporte com a perspectiva de inclusão social.

Muito se discute a respeito das relações de inclusão social e o papel do esporte e lazer como possibilidade de melhorar a condição social dos sujeitos. As políticas públicas e sociais se caracterizam, entre outras ações, pela possibilidade de melhorar as condições de vida das diferentes populações.

Programas de esporte e de lazer, tal como o PELC, instigam o profissional de Educação Física enquanto possibilidade de política pública, gerando necessidade de reflexão e de pesquisa. Dessa forma, destaca-se, neste estudo, como problema central a ser investigado, o próprio Programa e, em especial, a seguinte questão: como os gestores responsáveis pela elaboração dos projetos básicos encaminhados à SNDEL, na chamada pública do ano de 2007, percebem o lazer?

A partir desse problema, serão apresentadas outras questões como complementares ao estudo:

- Os gestores possuem a concepção de lazer de acordo com o que orienta o PELC?
- As diretrizes do PELC são foco fundamental e são seguidas no corpo do texto pelos gestores e coordenadores do Programa?

- Como os gestores e coordenadores dos projetos básicos aprovados percebem o esporte e o lazer após a implantação do Programa?

O objetivo geral desta pesquisa é, portanto, analisar as concepções e compreensões sobre lazer que aparecem nos documentos, em especial o Projeto Básico, por meio dos quais as entidades mineiras buscaram sua adesão ao PELC em 2007.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Verificar em que medida as compreensões sobre lazer dos gestores responsáveis pela elaboração dos projetos se afastam ou se aproximam da proposta do PELC.
- Entender se o desenvolvimento do PELC possibilita deslocamentos na direção das compreensões sobre o lazer e o esporte.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, foram analisados 26 projetos básicos enviados pelos gestores responsáveis pelos núcleos do PELC de Minas Gerais nos pleitos de adesão ao Programa, no ano de 2007. Esses são documentos cujas seções preenchidas pelos agentes revelam suas compreensões sobre o campo do lazer. Assim, será possível perceber em que medida o lazer é compreendido pelos gestores e coordenadores responsáveis pelo Programa em Minas Gerais.

## 1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

O tema política pública de esporte e lazer instiga estudiosos de diferentes áreas de interesse, sendo, há alguns anos, fonte de investigação para diversas pesquisas. Diferentes formas de políticas públicas que garantam ao esporte e ao lazer seu *status* de direito são propostas nas esferas governamentais, sejam municipais, estadual ou federal. A conjuntura política e econômica vivenciada no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, remete o pesquisador a uma reflexão sobre os vários campos da sociedade, dentre os quais se destaca o das políticas públicas de esporte e de lazer como garantia dos direitos dos cidadãos. De acordo com Pinto (2008b, p. 89), “a garantia dos direitos sociais, buscando reduzir progressivamente as desigualdades, passa a se constituir como investimento

assegurado pelo Estado, pelo setor estatal não governamental e também pelo setor cooperativo”.

O Estado se vê comprometido a regulamentar o lazer e a criar condições mínimas de acessibilidade para a comunidade, gerando, nesses locais, a possibilidade de seus membros vivenciarem o lazer. Porém, essa relação de vivência do lazer, como direito do sujeito e dever do Estado, ainda ocorre com graves problemas para sua efetivação enquanto política pública. Embora seja o lazer, segundo Feix (2007, p. 37) “um tempo que existe na vida das pessoas, independente da classe social”, esse deve ser pensado como uma política pública que contemple as mais variadas atividades de lazer e, que, respeitando as diversidades culturais, possa ser oferecido a todos como um direito.

Considerando as políticas públicas de esporte e lazer e visando ao exercício e à formação da cidadania, o Ministério do Esporte do Governo Federal vem direcionando ações específicas nas diferentes áreas de atuação. Entre elas, alguns programas de esporte e de lazer com foco nos conteúdos culturais do lazer, com o propósito de inserção social de crianças e adolescentes, jovens, adultos e idosos. O PELC é considerado como uma proposta de políticas públicas para os diferentes municípios contemplados com essa ação. Trata-se de um Programa recente enquanto proposta de política pública de Estado. Implantado em 2003 e integrante do plano plurianual do Governo LULA de 2004-2007 (CASTELLANI FILHO, 2007), pouco se tem investigado sobre a política de lazer desse Programa, isso ocorre em virtude de seu tempo de existência.

A partir dessas constatações, buscou-se investigar conceitos de lazer, tempo livre, ócio, tempo disponível, políticas públicas, situando as percepções conceituais da contemporaneidade, lembrando que essas respaldam as propostas desse Programa. Com o intuito de compreender os estudos investigativos já existentes, e na dinâmica de discussões conceituais alicerçadas por pensamentos atuais de políticas sociais, entendendo estas como “ações que garantam os direitos dos cidadãos”, pretendeu-se verificar como as políticas públicas vêm-se desenvolvendo com essa proposta de articulação (PINTO, 2008a, p. 43).

O PELC determina, em seus princípios norteadores, ações diferenciadas de trabalho no campo das políticas públicas de lazer, instigando a análise e os estudos a partir de sua concepção e fundamentação teórica.



A relevância deste estudo encontra-se no próprio objeto de investigação, o PELC. Assim, pretendeu-se abordar esse Programa, que está vinculado a uma perspectiva superadora de lazer<sup>3</sup>, identificando as concepções e compreensões dos gestores e coordenadores responsáveis pela elaboração dos projetos de implantação e renovação no Estado de Minas Gerais.

Este estudo pode colaborar para uma melhor compreensão no que se refere às ações desenvolvidas pelo PELC nos municípios mineiros. Assim, torna-se necessário ressaltar a escassez de trabalhos investigativos que tenham abordado esse Programa, que hoje é implementado em todos os estados brasileiros.

---

<sup>3</sup> MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. 2005. 320 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

## CAPÍTULO II

### REVISÃO DE LITERATURA

“A fluidez da água, suas propriedades alimentares ou outras, não existem nos dois gases de que se compõe, mas na substância complexa que formam ao se associarem.”  
(Durkheim)



O lazer é hoje um fenômeno social de grande importância na vida dos cidadãos e no mundo do entretenimento. Aparece no senso comum e na própria Academia com algumas denominações ligadas à sua relação conceitual como tempo livre, ócio, tempo liberado, tempo disponível e recreação. Caracteriza-se como um fenômeno que envolve a fantasia, a diversão, a alegria, o lúdico, o prazer, a criatividade, a satisfação e também, algumas vezes, a alienação e o lucro. Através dos tempos, pode-se percebê-lo como uma expressão do contraditório, em que a relação do trabalho e do tempo livre se estabelece. A partir dos anos 1950, iniciam-se, na Europa, diferentes estudos sobre o lazer, o que possibilita um fortalecimento de suas teorias e relações conceituais conhecidas atualmente. No Brasil, esses estudos se intensificaram, principalmente na década de 1970, assim, neste momento, o lazer se estabelece como um novo campo de conhecimento e estudos científicos, sobretudo nas Ciências Sociais e Humanas, permitindo ao pesquisador refletir acerca da relação dualista trabalho e lazer, situando essa prática com novos conceitos, sentidos e significados. O lazer, definido sob diversas concepções teóricas e de acordo com diferentes autores, solidifica-se e torna-se um fenômeno social na contemporaneidade.

Neste capítulo, por entender o lazer e seus diferentes significados no decorrer da História, pretende-se apresentar e discutir conceitos, bem como a relação deste com o trabalho e não trabalho, entendendo que todo processo histórico é contínuo e as teorias desenvolvidas em um determinado período possuem características e influências do contexto. Melo e Alves Júnior (2003, p. 24) refletem sobre a relação conceitual e afirmam que os “conceitos são sempre recortes da realidade, tentativas

de fragmentar para melhor entender algo que se encontra presente”. A partir desse pensamento, identificam-se diferentes significados acerca do lazer a serem analisados neste texto.

## 2.1 LAZER E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

A História constrói-se a partir da vivência e das características dos povos e de sua relação com a sociedade em uma determinada época, não só de datas se reflete a História, mas principalmente das ações construídas e repetidas pelo povo. Desse modo, o tempo foi considerado em diferentes momentos históricos como possibilidade de realização de atividades que pudessem levar os indivíduos ora à contemplação, ora ao estudo, ora às artes, ora às possibilidades de recuperação de um momento de labor e, em outro momento, a possibilidades de formação e informação.

Aprofundando a relação de construção histórica do lazer, verifica-se que, na antiga Grécia, o tempo dedicado à contemplação e à análise da natureza era denominado *skholé*. De acordo com Lessa (2007), as atividades ocorridas eram consideradas ação dos homens livres que dedicavam seu tempo a conversas como forma de aproximação da beleza e das verdades. Nesse período, o trabalho era considerado como não digno, cabendo aos escravos esta árdua tarefa. A liberdade e o tempo de ócio, ou tempo livre, eram ensinados pelos filósofos antigos como um presente dos deuses e o trabalho, como uma degradação do homem livre (MELO; ALVES JUNIOR, 2003). Dessa forma, eles ensinavam o desprezo ao trabalho e a importância da contemplação à natureza e a beleza da vida: “Na Grécia não existia nenhuma palavra que expressasse a noção de trabalho como função social” (SENNET, 2003, p. 34).

O conceito grego de *skholé* era designado para definir sossego, repouso ou tempo livre. Nessa concepção, esse tempo livre, na antiga Grécia, não era permitido a todos. Para Lessa (2007, p. 57), “entre os gregos antigos, o que distinguia os ricos dos pobres era a liberdade que os primeiros tinham de dispor de horas para não ter de trabalhar e poder participar ativamente na vida política”. Esta afirmação explicita a realidade das relações sociais daquele povo. Aos bem nascidos, cabia a riqueza, a

participação política, a organização de ações que levassem à intelectualidade e à contemplação com um sentido em si mesmo, e não como passividade. A *skholé* está ligada também à ideia de educação, palavra grega que se encontra notadamente na raiz da palavra “escola” e associa-se ao ideal de educação dos aristocratas e, neste contexto, as práticas corporais ganham destaque. No Período Clássico, os gregos valorizavam seu corpo belo e o homem bom. Organizavam-se em festas e participações físicas, enfatizando seus corpos; e em disputas de oratória, valorizando seu intelecto, “essencial à sua participação democrática na cidade” (SENNETT, 2003, p. 41). Entre os helênicos, a ginástica era considerada um sistema de educação e entendida como prática que contribuía para o “crescimento do cidadão” (LESSA, 2007, p. 57). O autor afirma que:

Assim como os concursos musicais, as competições atléticas atuavam também como demonstração, perante os cidadãos adultos, das capacidades adquiridas pelos jovens. Certamente era um momento em que os jovens experimentavam a sensação de pertencer à comunidade cívica (Ibid., p. 58).

A Grécia foi anexada a Roma, assim, o modo helênico de vida sofreu modificações influenciadas pelas características do povo romano e vice-versa. Na Roma Antiga, o Estado se responsabilizava pela diversão popular, utilizando-a como forma de controle social. As atividades ocorriam no tempo considerado de não trabalho e eram, portanto, oferecidas como forma de alienação e distração do povo, para a manutenção de privilégios de classes. Segundo Melo e Alves Júnior (2003), observava-se em Roma o desenvolvimento de uma diversão popular, não mais restrita às elites, com atividades de distração e entretenimento. Esta afirmação não explicita o lazer como ele é conhecido atualmente, mas identifica-o marcado por momentos de diversão que, muitas vezes, confundia-se com o tempo de trabalho. A separação entre elite e camadas populares caracterizava a forma de diversão. A diversão popular era desprezada pelos mais intelectualizados, que optavam por atividades mais reflexivas influenciados pela cultura grega. A alternância entre o trabalho e o descanso foi reconhecida como indispensável para a vida em Roma, porém não estava delineada em tempo específico para um ou para outro.

Cumpram ressaltar, em Roma, assim como em outras civilizações antigas, a dimensão espetacular, nas diferentes atividades e construções, caracterizava, ainda, o tempo de não trabalho. Para Bustamante (2007, p. 69), “de fato, o espetacular impunha-se tanto na vida pública quanto na privada: desde as marchas dos triunfos às procissões fúnebres, dos discursos eloquentes no fórum aos banquetes privados”.

Com a queda do Império Romano, o ócio foi condenado pelo código moral cristão. O processo de ruralização iniciado manteve-se e, para os núcleos urbanos, coube o papel administrativo e/ou militar. Os religiosos se reorganizavam em virtude dessa nova relação social e passaram a ocupar *status* privilegiado. Além de se dedicarem às questões religiosas, ainda determinaram modelos de condutas sociais:

A Igreja, anteriormente beneficiada pelo apoio do Estado Romano, experimentava um lento processo de reestruturação e fortalecimento, que precisou considerar as várias especificidades que marcaram as relações estabelecidas entre as autoridades políticas e religiosas em cada reino (SILVA; SILVA, 2007, p. 119).

Na Idade Média, o ócio possuía ainda um caráter de vida contemplativa, praticada principalmente nos mosteiros, de forma restrita e controlada. Regar o corpo, um novo ideal de vida religiosa e a luta contra a heresia eram aspectos dessa sociedade que surgia. A religião estava presente nos diferentes setores da vida social e, dessa forma, “a Igreja ocupou um lugar preponderante, buscando controlar, reprimir e/ou normatizar todas as crenças e práticas religiosas presentes na sociedade e, por extensão, as atividades que hoje identificamos como lúdicas” (Ibid., p. 120).

As festas, a diversão e a alegria relacionavam-se ao descanso, instituído pelo próprio Deus. Assim, os domingos foram considerados dias de descanso. As festas ocorriam em relação direta com a Igreja, lembrando que esta determinava a ausência do prazer para os indivíduos. O trabalho e a religião tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento do sujeito, e o ócio identificava-se como pecado. O ócio aqui compreendido como o tempo livre, do nada fazer. O trabalho dignifica o homem e o torna um escolhido de Deus. Silva e Silva (Ibid., p. 122) afirmam que “aos clérigos as únicas formas de satisfação autorizadas deveriam

proceder do envolvimento com o ofício divino. O prazer e o entretenimento identificar-se-iam, portanto, com o servir a Deus”.

O tempo do trabalho e o tempo do não trabalho, para as camadas populares, confundiam-se, uma vez que não havia divisão social do tempo. O trabalho passou a ser entendido como uma condição para o ócio (MELO; ALVES JUNIOR, 2003). Portanto, a diversão, nesse período, foi extremamente rigorosa e proibitiva, uma diversão moralizada pelas influências da Igreja nessa sociedade. O ócio e a diversão passaram a ter a ideia de pecado e, dessa forma, as festas e os momentos de divertimento ocorriam vinculados ao calendário religioso. Por outro lado, alguns outros indivíduos realizavam atividades de jogos, danças e acrobacias nas cidades, vilas e cortes com o objetivo de divertirem os cidadãos.

As concepções eclesiásticas apontadas anteriormente conviveram com pensamentos e diversões pagãs, porém, o caráter religioso da sociedade medieval, com uma perspectiva moralizadora, fez com que, nas ideias e práticas de entretenimento, o sagrado e o profano estivessem profundamente interligados:

Se por um lado a Igreja buscou cristianizar os divertimentos, com a estruturação da monarquia e complexificação da vida social, em fins da Idade Média, os poderes seculares também assumiram essa tarefa. (...) As cortes reais, além de espaços administrativos, legislativos e de aplicação da justiça, também o eram de diversão (SILVA; SILVA, 2007, p. 130).

O trabalho, que era desprezado pelos gregos, hebreus e romanos, foi-se valorizando, e o tempo livre e de descanso foi colocado em segundo plano, identificado como menos importante para a sociedade, a qual se construía naquele momento.

Verifica-se, portanto, que, nas civilizações clássicas, o trabalho cabia aos escravos e, mesmo que esses possuíssem momentos de diversão, de não trabalho, este não poderia ser considerado lazer, uma vez que os escravos não eram livres. Dumazedier (1999) esclarece que o tempo fora do trabalho existia nas sociedades do período arcaico e que a relação do trabalho com o tempo de não trabalho confundia-se. Os jogos e o trabalho estavam inseridos nas festas e apresentavam-se mesclados, assim, possuíam significados de mesma natureza.

Na Idade Média, o lazer também não poderia ser considerado da forma como é conhecido hoje, pois a dinâmica do ciclo da natureza determinava as relações de trabalho e tempo de não trabalho. Ressalta-se que havia uma integração, pois a divisão social de tempo, como já identificado anteriormente, não era nítida:

Ou se trabalhava seguindo os desígnios e desejos dos nobres (caso dos servos), ou se seguia à dinâmica do tempo da natureza (caso dos que trabalhavam no plantio) ou se desfrutava de certa flexibilidade (caso dos artesãos e pequenos comerciantes, estratos numericamente menores) (MELO; ALVES JUNIOR, 2003, p. 5).

Percebe-se que, nas civilizações clássicas e na Idade Média, o tempo livre era identificado pela possibilidade de diversão, pautava-se nas relações de hierarquia social e religiosa. A sociedade se colocava de forma mais complexa e o trabalho sobre a terra intensificou o trabalho artesanal e influenciou o comércio (CHEMIN, 2007). Posteriormente, os comerciantes mais bem sucedidos são identificados como a classe burguesa, característica da Revolução Industrial.

### **2.1.1 A Revolução Industrial e o lazer**

Com o advento da Revolução Industrial, ocorrida na Europa do século XVIII, a economia, anteriormente estabelecida no campo e nas áreas mais rurais, em diferentes reinos, passou a ser gerida pelo aparecimento das fábricas. A população migrou do campo para os centros urbanos e, posteriormente, para outros continentes. Uma classe de pequenos comerciantes acumulava capital e, gradativamente, aumentava sua influência política e econômica, culminando com o processo na Revolução Industrial. Surgia, assim, uma nova ordem social baseada na polarização da burguesia, “minoria que através da concentração do capital passou a comandar os meios de produção” e do proletariado, “maioria que no sistema produtivo só dispunha da sua força de trabalho” (VIEIRA et al., 2007, p. 8).

Difunde-se, nesse período, a ideia de acúmulo de capital. Os homens tornam-se livres para fortalecerem o trabalho nas fábricas:

Alteram-se os antigos laços de subordinação à terra, ao senhor, transformando a grande maioria em trabalhadores livres – “livres” para vender sua força de trabalho às classes burguesas, detentoras do capital e dos meios de produção, seja no campo ou nos grandes centros urbano-industriais (GOMES, 2003a, p. 73).

A carga diária de trabalho aumenta a partir da implantação do modelo de produção fabril. Os trabalhadores, especialmente as mulheres e as crianças, mantêm as fábricas com seu trabalho. Observa-se, a partir desse contexto, que o tempo de vida social passa a ser marcado pela jornada de trabalho excessiva, o que Melo e Alves Junior (2003, p. 6) identificam como “artificialização dos tempos sociais”. O tempo de não trabalho<sup>4</sup> foi tratado de forma rígida, “o homem passa a se submeter às imposições das máquinas (...) Foi neste processo típico da modernidade que surgiu o que hoje definimos como Lazer” (Ibid.).

A nobreza – que se permitia um tempo de ócio – passou a dedicar-se a obras beneficentes para, posteriormente, ingressar na modernidade, dado que o ócio, ostensivamente inútil, deixou de ser bem visto pela influência da Reforma Protestante, que apregoava também o trabalho como uma virtude.

A Revolução Industrial instaurou, na sociedade, um novo conceito de trabalho e capital, que influenciou diretamente a relação do lazer nesta sociedade moderna. As limitações das horas de trabalho levaram a questionamentos a respeito dos momentos de tempo livre. Para os trabalhadores, os excessos de horas, nas fábricas, oprimiam, pois o trabalho era árduo e constante. Nos momentos de não trabalho, os trabalhadores se reuniam para discutir suas condições e como superar tal situação.

Não por acaso uma das reivindicações sempre presentes nas lutas dos trabalhadores era a redução da jornada de trabalho, objetivando a diversão e o descanso, já diretamente afrontados pela miséria e pela redução dos espaços públicos, consequências do processo de industrialização e da urbanização crescente e desordenada (Ibid., 2003, p. 8).

---

<sup>4</sup> A diferença conceitual dos termos: tempo de não trabalho, tempo livre, tempo disponível, ócio, inseridos nas discussões do lazer são analisados também no item 2.4.1.



A resistência popular a essa ordem social opressiva levou as classes burguesas a organizar e controlar as atividades para o tempo livre, garantidas pela articulação entre poder judiciário, Igreja e forças policiais a serviço da ordem. A religião passou a intervir com ajuda material e espiritual na difícil situação de pobreza (MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

A massificação efetiva do trabalho gerou a criação dos sindicatos, que se fortaleceram enquanto instituição. O pouco tempo destinado ao lazer passou a ser também objeto de luta para a classe proletariada.

As riquezas derivadas da industrialização geraram uma nova classe de homens ricos que, pela primeira vez, tornaram-se ricos sem a necessidade de possuírem terras. São os novos comerciantes, banqueiros, financistas, que passaram a buscar formas diferentes de diversão, como as viagens, para seu tempo livre. Portanto, de acordo com Marcellino et al. (2007b, p. 11), o lazer surge como “fruto da Revolução Industrial, fundamentado numa ideia de homem diferente daquela existente na sociedade rural”. Já outros autores identificam que o lazer existe desde a Antiguidade, porém Gomes (2003a, p. 61) esclarece que “é arriscado definir com exatidão o momento histórico em que o lazer se constitui na sociedade ocidental”. Em seus estudos, a autora identifica que mais seguro e sensato é perceber como o lazer vem-se construindo social e historicamente na sociedade contemporânea. Ela afirma ainda que:

os “antecedentes” do lazer não podem ser ignorados no seu processo de constituição, é também notório que a era moderna foi fundamental para que ele se estabelecesse como fenômeno *autônomo, normativo e organizado*, como um campo dotado de peculiaridades e características claramente definidas (...) (Ibid., p. 61, grifos da autora).

Do ponto de vista sociocultural, as mudanças de valores e costumes, no mundo moderno industrial capitalista, constituíram também novas concepções de trabalhadores e de relações sociais.

## 2. 2 CONCEPÇÃO DO LAZER A PARTIR DA MODERNIDADE

O progresso dos meios de transporte possibilitou às pessoas viajar mais depressa e com maior rapidez, bem como facilitou o acesso a bens de consumo, e novas ideias e hábitos foram divulgados. Com o advento das fábricas, foi possível ganhar mais divisas, gastando menos força física. De acordo com Arendt (1997), a realidade de uma sociedade moderna compreendia uma parcela da população que se via com possibilidades de lazer maiores e mais próximos das classes dominantes, a população trabalhadora com possibilidade de mais lazer e mais “cultura”. O sujeito do século XIX modifica-se conseqüentemente influenciado pela mudança cultural da sociedade em que está inserido.

Dessa forma, nesse período, as pessoas se transferem para próximo das fábricas e, como consequência, crescem as cidades as quais refletem seus moradores e afetam seus corpos, havendo, portanto, um trânsito ininterrupto entre os sujeitos e o espaço urbano. As mudanças de comportamento – que geram novas reflexões – põem o sujeito em conflito com ele mesmo, criando, assim, um novo paradigma e uma nova conquista para se ajustar às relações e novidades decorrentes da nova sociedade. Por conseguinte, surgem problemas de espaço para a habitação, de abastecimento, de transporte e de higiene.

A industrialização reflete, ainda, outros problemas, em que as lutas dos trabalhadores pelos seus direitos tornaram-se fundamentais. As lutas de classes conquistaram a garantia de descanso aos finais de semana, férias remuneradas e menor tempo de trabalho nas indústrias, então foram identificados uma nova relação e um novo conceito de lazer. Essa concepção coincide com as concepções modernas que identificam o lazer com as horas disponíveis e com o tempo livremente empregado. A necessidade de tempo de descanso era condição de luta, mas com o caráter de redução de horas de trabalho e não com o foco do lazer<sup>5</sup>.

O descanso aos domingos e feriados, instituído no século XIX, introduz novos pensamentos e hábitos para essas horas de tempo disponível. Giddens (2002, p. 9) afirma que “a modernidade fragmenta e dissocia.” Todas as mudanças ocorridas no

---

<sup>5</sup> PADILHA, Valquíria (2000, p. 47-55), na obra **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito, reflete bem as relações do trabalho e as lutas pelo tempo livre quando esclarece, em seus estudos, a busca por um período de tempo possível para as organizações políticas e não com o objetivo maior de lazer e ainda como emancipação do homem.

século XIX, e posteriormente no século XX, influenciaram a transformação dos sujeitos, pois a modernidade alterou os aspectos mais pessoais do cotidiano, interferiram em hábitos, costumes tradicionais, medos e incertezas. Essas mudanças foram influenciadas pela modernidade industrial capitalista, que colocou o trabalho como um meio para melhoria da condição de vida do sujeito, gerando um novo mercado de consumo e aquisição de bens. Assim, o trabalho e o lazer, nessa perspectiva, foram percebidos em mundos diferentes, mas interligados com relações contraditórias. Curiosamente, a constituição dessa modernidade, ao mesmo tempo em que criou novas condições de produção e de consumo, criou também novas condições de vida.

No século XX, o homem logrou, finalmente, a amplitude de seu tempo disponível, após inúmeras lutas e conflitos das classes trabalhadoras por novas conquistas trabalhistas, tais como redução das horas de trabalho, regulamentação das atividades de mulheres e adultos. A jornada de trabalho é então reduzida para 8 horas/dia, as atividades de crianças e mulheres foram então regulamentadas, os salários e o gozo das férias foram solidificados como direitos trabalhistas. Isso se confirma nos estudos de Chemin (2007, p. 26), em que a autora afirma: “em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pelas Nações Unidas, o tempo livre surgiu como um direito do trabalhador, fortalecido por essa Lei”, a qual identifica que todo homem tem direito ao lazer e ao repouso e, ainda, às limitações das horas de trabalho e férias.

O lazer, naquele momento, fortaleceu-se enquanto campo de discussão, ganhando maior reconhecimento como necessidade humana.

No Brasil, as lutas de classes para a redução da jornada de trabalho ocorrem com focos diferenciados ao da Europa e com uma dinâmica temporal bem diferente e distante. As relações entre patrões e empregados já se implantavam com reivindicações dos trabalhadores para a redução da jornada de trabalho. Mesmo que ainda de forma tímida, as lutas e greves ocorridas permitiram conquistas, tal como a criação do fim de semana livre do trabalho.

As conquistas trabalhistas se fortaleceram a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Decreto-lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943). O tempo de descanso definido pela Lei permitiu aos trabalhadores e à sociedade em geral que se organizassem com atividades específicas para esse período de descanso.

Camargo (1998a) esclarece que o lazer é produto de uma revolução social, consequência de uma luta pela redução da jornada de trabalho, uma vez que o homem rural, que migrou para a cidade e era o recurso humano das fábricas, lograva a necessidade de mais tempo livre para a família, para a religião ou militância política. Assim, ele se estabeleceu, nesse período, como forma de descanso e recuperação das forças de trabalho para os operários brasileiros em um tempo controlado.

Essas lutas, gestadas nas sociedades europeias e, posteriormente, em outros países, como o Brasil, foram fundamentais para os estudos de lazer com a dimensão em que essa prática é conhecida atualmente. Desse modo, ele se identifica como “um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia” (MASCARENHAS, 2005, p. 97).

## 2. 3 LAZER: DIFERENTES CONCEITOS E SIGNIFICADOS

O lazer, enquanto atividade social na dinâmica da vida de cada um dos sujeitos inseridos na sociedade contemporânea, é marcado por significados que geram sempre novas reflexões. No decorrer dos tempos, vem sofrendo alterações regidas pelas mudanças do mundo atual que afetam as dimensões do trabalho, sendo influenciado diretamente pela relação neoliberal do mundo capitalista:

(...) não se pode negligenciar sua relação com os momentos de “não trabalho”, tampouco com a vivência de manifestações culturais construídas socialmente pela humanidade. Esses “antecedentes históricos” foram fundamentais para a emergência do lazer como campo dotado de características próprias, apresentando-se da forma como o designamos hoje (GOMES, 2003a, p. 57).

Para se compreender esse fenômeno, ou seja, o lazer, retornar-se-á aos estudos de seus significados e assim será feita uma reflexão sobre seus sentidos nesta sociedade.

O termo “lazer” possui diferentes significados em sua concepção etimológica. O vocábulo latino “*licere*” indica o que é permitido, o que se pode realizar e, de acordo com Gomes (2003a, p. 53), *licere/licet* significa ser lícito, poder, ter o direito. A raiz dos “termos *loisirs* em francês, *lazer* em português e *leisure* em inglês são identificados como sendo *licere*” (WAICHMAN, 2007, p. 92). Assim, essa formação etimológica gerou o termo estudado atualmente como um fenômeno – o lazer. Porém, nos países de língua hispânica, a palavra “lazer” não existe. Ela é substituída por ócio ou “*tiempo libre y la recreación*” (Ibid.), com o mesmo significado desse vocábulo em português. Verifica-se, portanto, que a “palavra lazer é relativamente recente no vocabulário de diversas línguas” (GOMES, 2003a, p. 57). As diferentes palavras que representam o significado de lazer geram também conflitos conceituais no Brasil, em que os vocábulos “lazer” e “recreação”, muitas vezes, possuem um mesmo significado. Contudo, Gomes (2003a)<sup>6</sup> situa essas relações e diferenças, o que será tratado no corpo deste trabalho, ou seja, os significados do lazer enquanto fenômeno social.

Os estudiosos brasileiros aproximam o significado do lazer a partir de concepções sociais e históricas, influenciados pela Sociologia do Lazer e, de acordo com Mascarenhas (2005, p. 13), têm como “representante da perspectiva hegemônica, o pensamento de Dumazedier (1976, 1980, 1994, 1999)”, que se tornou referência nesse assunto de várias instituições, estudiosos e educadores. A partir dos textos e estudos desse autor, ocorreram diferentes construções conceituais sobre o lazer. Em um primeiro momento, compreendido como uma possibilidade de reposição das forças de trabalho e como necessidade de preparar o proletariado para um novo dia, nas fábricas são geradas ações e orientações conceituais que direcionam como o lazer foi percebido, com um caráter compensatório, como possibilidade de recuperação. Esta perspectiva conceitual de lazer vem-se modificando, como se pode verificar a partir dos diferentes conceitos e estudos.

---

<sup>6</sup> Christianne Luce Gomes defende a tese de doutorado no ano de 2003, intitulada **Significados da recreação e do lazer no Brasil**: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). Apesar do recorte histórico, verifica-se, em seus estudos, que nesse período o lazer começa a se consolidar efetivamente no Brasil.

Dumazedier (1999) foi um dos pioneiros nos estudos de lazer, e muitos outros conceitos surgiram no Brasil a partir de suas reflexões. Para o autor, o lazer reflete uma proposta de atividades realizadas no tempo livre das obrigações profissionais, familiares e sociais. Ele entende que o lazer se contrapõe às relações de trabalho, além de outras tarefas do cotidiano e apresenta a seguinte definição para o lazer:

[...] conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1976, p. 34).

Nessa perspectiva, o lazer ocorre no tempo livre das obrigações diárias. Para o autor, o lazer baseia-se em uma proposta funcional, em que a liberação das obrigações é enfatizada.

Bramanti (1998, p. 9) acrescenta, em seus estudos, a ludicidade como um fator marcante nas atividades de lazer, afirmando que esse fenômeno demanda prazer em suas ações:

O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espaço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se de um ato de fé. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômico e influenciados por fatores ambientais.

Porém, quando identifica que “sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais”, que “são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômicos e influenciados por fatores ambientais”, o autor aponta uma relação do lazer com a indústria cultural e com as ações mercantilistas

do mundo contemporâneo que veem o lazer de forma distinta nas diferentes classes sociais (BRAMANTI, 1998, p. 14). Esclarece, ainda, que as possibilidades de lazer podem ser frutos de conquistas econômicas e sociais. Esta relação caracteriza o lazer como uma necessidade humana, porém modificada e tratada diferentemente nas classes sociais. Assim, esperar por uma experiência de lazer que promova o desenvolvimento social e individual é quase uma utopia, quando se trata de oferecer o lazer para grande parte das pessoas da sociedade brasileira que vive abaixo da linha da pobreza. Em um país com tantas diferenças sociais, de um lado, o lazer ainda é visto, muitas vezes, como possibilidade de gerar novas divisas e lucros, em um momento de total alienação no tempo livre. De outro lado, vivenciar o lazer de forma crítica e diferenciada constitui uma reflexão importante e será objeto de estudo neste capítulo.

Bramanti (1998) salienta que os fatores socioeconômicos são limitadores das atividades de lazer e que, muitas vezes, esse fenômeno deixa de ser oferecido como um direito, refletindo, ainda, sobre a dificuldade que as classes menos favorecidas sentem em realizar suas atividades de lazer. Verifica-se aqui uma reflexão pontual, quando se percebe o lazer como mercadoria e consumo apenas, o que difere das relações conceituais, que identificam o lazer enquanto direito e atividade realizada de acordo com o interesse individual e por livre escolha. Percebe-se que existe uma preocupação de solidificar o lazer como direito, e, que este é influenciado, diretamente, pelas condições econômicas, sociais e culturais do sujeito.

Dessa forma, entender o lazer, historicamente situado na sociedade brasileira, pressupõe que este deva ser visto como um componente de uma estrutura social mais ampla, sujeito à influência desta e também como um possível agente de mudança, o qual reflete outro entendimento do fenômeno.

O conceito de lazer proposto por Marcellino (1995) identifica um lazer com essa perspectiva histórica, em que o autor explicita que esse fenômeno caracteriza-se como ação cultural. Cultura essa vivenciada no “tempo disponível” que possui como traço definidor o caráter “desinteressado” dessa vivência. “Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (MARCELLINO, 2007a, p. 12)

Há uma divergência de entendimento das possibilidades e do potencial das atividades de lazer entre Marcellino e Bramanti, uma vez que, para Marcellino (Ibid.),

mudanças no quadro social são possíveis a partir de uma reflexão mais crítica; já Bramanti (1998) caracteriza o lazer como possibilidade apenas para as classes sociais mais favorecidas. Marcellino (2007a) concorda com as dificuldades de acesso ao lazer geradas pelas diferenças sociais do mundo contemporâneo, principalmente no que se refere à apropriação do tempo livre. Mas esclarece que o prazer e o lúdico são pontos fundamentais do lazer. Nessa visão, os autores concordam com a influência e a característica de busca do prazer inserido na dimensão das atividades de lazer.

Assim, pode-se afirmar que o lazer deve ser pensado sob múltiplos aspectos, e a sociedade atual influencia diretamente a relação do sujeito e como este vê as possibilidades de lazer, pensado como uma manifestação social e ponto de reivindicação social para a participação cidadã. Portanto, o lazer pode ser identificado como uma dimensão da cultura constituída conforme o contexto:

Da forma como conhecemos hoje, o lazer é desenvolvido por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço específico, estabelecendo relações dialéticas com o trabalho produtivo, as obrigações e as necessidades (GOMES, 2003a, p. 60).

Stebbins (2005) reforça a livre escolha para as atividades de lazer e, ainda, esclarece que o lazer depende da estrutura cultural anterior do sujeito, ou seja, de suas oportunidades culturais e de seus conhecimentos. Em seus estudos, define o lazer relacionado a agradáveis memórias e experiências mesmo que, inicialmente, não haja uma escolha individual, mas sim uma possível obrigação de realizar aquela atividade de lazer. Esta afirmação reflete, inicialmente, sobre as escolhas individuais e, em contrapartida, o autor se questiona quando afirma que “as palavras escolha e livre escolha são a quintessência do lazer” (Ibid., p. 8).

Melo e Alves Junior (2003) salientam que os estudos conceituais não são fechados em si e permitem re-significação e diferentes entendimentos de acordo com as concepções históricas construídas e vivenciadas, esclarecendo que o lazer possui indicadores de definições:



[...] as atividades de lazer são *atividades culturais*, em seu sentido mais amplo, englobando os diversos interesses humanos, suas diversas linguagens e manifestações; as atividades de lazer podem ser efetuadas no *tempo livre* das obrigações, profissionais, domésticas, religiosas, e das necessidades físicas; as atividades de lazer são buscadas tendo em vista o *prazer* que possibilitam, embora nem sempre isso ocorra e embora o prazer não deva ser compreendido como exclusividade de tais atividades (MELO; ALVES JUNIOR, 2003, p. 32, grifo do autor).

Os autores percebem o conceito de lazer associado à dimensão tempo, mas um tempo liberado das obrigações tal como identificam Marcellino (1995), Bramanti (1998) e Dumazedier (1976). Mas Melo e Alves Junior (2003) ampliam, em seus indicadores conceituais, as possibilidades do prazer. Vale lembrar que o prazer é visto como uma busca, o que não ocorre necessariamente, sendo que esse prazer não é exclusividade do lazer, mas pode ser vivenciado também na dimensão do trabalho. A busca pelo prazer e pela satisfação é também um dos pontos a serem entendidos no lazer, mas não exclusividade deste.

O lazer se apresenta sob diferentes possibilidades e, para melhor entendimento de sua dimensão, no item seguinte, serão identificados os conteúdos culturais do lazer definidos por Dumazedier (1999). Verificam-se, nesta divisão, pontos didaticamente construídos que permitem perceber a amplitude da dimensão e da diversidade cultural que integra o lazer.

### **2.3.1 Conteúdos Culturais do lazer**

Para identificar as dimensões do lazer e sua abrangência, Dumazedier (1999, p. 122) estabelece os seguintes conteúdos culturais do lazer: “Lazeres físicos” ou atividades físicas de lazer; “Lazeres artísticos” ou atividades artísticas de lazer; “Lazeres práticos” ou atividades manuais de lazer; “Lazeres intelectuais” ou atividades intelectuais de lazer; “Lazeres sociais” ou atividades sociais de lazer, sendo que cada um desses conteúdos possui particularidades e características próprias. Camargo (2003) acrescenta a esses cinco conteúdos as atividades turísticas de lazer. É importante ressaltar que nenhuma classificação exclui aspectos

de outra, os exemplos de atividades desses diferentes interesses podem transitar ora em um conteúdo, ora em outro, ou até mesmo combinarem entre si.

Os “Lazeres físicos” ou atividades físicas de lazer são identificados quando englobam as atividades esportivas, a vontade de colocar-se em exercício, de cuidar da forma física e da saúde, ou pelo interesse estético do movimento do esporte. Verifica-se, no momento atual, que os conteúdos físicos de lazer são os mais comumente conhecidos e aceitos. Influenciado diretamente pela mídia e com características contemporâneas, o lazer, muitas vezes, é confundido pela população como apenas possibilidades de movimentar-se e está relacionado diretamente ao esporte, seja ele recreativo até o alto rendimento. O que predomina, atualmente, é a associação do lazer enquanto atividade física e esportiva como uma das mais difundidas nos diferentes grupos sociais, sendo que está, com frequência, relacionada ao esporte de alto nível, servindo como referência para crianças e jovens na maioria das vezes (ISAYAMA, 2007). Percebe-se que o lazer, visto como conteúdo cultural, pode ser pensado sob dois aspectos específicos: como vivência, seria vinculado à ideia de produzir ação, e como possibilidade de divertimento, ou seja, da prática pela prática simplesmente, seria visto sem um objetivo maior de conquista. Assim, as seguintes práticas podem ser destacadas como exemplos dos conteúdos físicos de lazer: caminhada, ginástica, esporte e todas as atividades nas quais prevalece o movimento ou o exercício físico, realizadas de maneira formal ou informalmente, em espaços planejados, tais como academias, clubes, estádios, pistas para corrida ou caminhada, entre outros; ou em espaços não-planejados, tais como ruas, praias, residências. Nesse conteúdo, verifica-se, ainda, a busca, muitas vezes, de integração com outras pessoas, de associativismo, de pertencimento cultural.

“Lazeres artísticos” ou atividades artísticas de lazer estão relacionados ao campo de domínio da busca do imaginário, das imagens e emoções, dos sonhos e de diferentes sentimentos do faz-de-conta. Traduz, com frequência, um conflito entre a realidade e os sonhos, levando os sujeitos a possibilidades de seu imaginário, de forma agradável ou até mesmo conflitante. Como uma possibilidade de vivência do lazer, seu conteúdo é estético e configura a busca da beleza e do encantamento. Os lazeres artísticos são marcados pelas diferentes manifestações artísticas. Historicamente, relacionam-se com a prática e a assistência de atividades artísticas, consideradas como uma das dimensões da cultura. Verifica-se, atualmente, um

equivoco conceitual em que a arte é confundida com a cultura. Chemin (2007, p. 59) identifica a “cultura erudita conceituada como arte: cinema, teatro, literatura, artes plásticas, etc..., que habitualmente fazem parte da minoria da população.” Já Melo, V. A. (2007d, p. 67) percebe que há uma grande “dificuldade em se entender que a arte é uma das dimensões da cultura”. Para o autor, a arte sofre alterações e adequações de acordo com o contexto social em que esta se estabelece. Verifica-se que o artista e sua obra produzida, frequentemente, dialogam com a própria sociedade na qual se inserem. Diferente de outras manifestações da cultura, a arte sempre foi entendida como uma dimensão cultural “a tal ponto que os conceitos chegam a se confundir” (Ibid., p. 68). Desse modo, verifica-se, nos estudos de lazer, que os conteúdos artísticos de lazer se manifestam em diferentes dimensões artísticas, sejam elas clássicas ou dentro da cultura erudita, sejam elas manifestações populares, tal como as encontradas em atividades como decoração da casa, samba, dança de rua e outros gêneros artísticos. Identifica-se que a arte cumpre um papel de experimentação, permitindo aos sujeitos uma possibilidade crítica de escolha, as quais funcionam como exercício do imaginário (CAMARGO, 2003; MELO, V. A., 2007d).

“Lazeres práticos” ou atividades manuais de lazer são marcados pela capacidade de manipulação, seja para transformar objetos ou materiais, ou ainda para mudar o que a natureza criou. Desse modo, pode-se buscar prazer em atividades como: jardinagem, cultivar hortaliças, cuidar de animais, fazer crochê, tricô, marcenaria, corte e costura, artesanato, culinária, texturização, modelagem, consertar aparelhos domésticos, entre outras. Embora haja um grande avanço tecnológico na sociedade contemporânea, os conteúdos manuais de lazer vêm a favor dos sujeitos que se interessam por esses lazeres práticos, quando disponibilizam uma grande quantidade de revistas, *sítes* e informações de como desenvolver essas atividades com sugestões tal como: “faça você mesmo” (SILVA, 2007). O desenvolvimento das atividades manuais, no decorrer da História, oscila entre o trabalho e o caráter lúdico do lazer. Cumpre ressaltar que as atividades manuais de lazer se diferem das atividades de manufatura nas fábricas. A transformação e a produção são entendidas aqui como início, meio e fim e obtêm, como produto final, o objeto manuseado. Então, mesmo que a intenção seja de confecção de objetos semelhantes, estes terão características próprias, diferenciando-se uns dos outros. As manufaturas, nas fábricas, não devem ser

entendidas como lazeres práticos, uma vez que o objeto é dividido, e cada sujeito desenvolve uma parte deste, não ocorrendo a transformação do objeto por um único sujeito.

Silva (2007, p. 140), sobre o assunto, assim se expressa:

Neste sentido as atividades manuais de lazer significam um tipo de experiência sobre o objeto que demanda uma relação espaço-temporal composta de começo, meio e fim, portanto, processual, longa (em relação ao espaço-tempo virtual) e dependente da intervenção singular de seus participantes.

Assim, de acordo com a autora, através das mãos, é possível descobrir, manipular, explorar e transformar o mundo, buscando e criando significados.

“Lazer intelectual” ou atividades intelectuais de lazer acontecem a partir da busca de novas informações reais, objetivas e racionais. Sabe-se que em tudo existe conhecimento, informações e aprendizagem. O homem tem a necessidade de saciar curiosidades ou obter algum conhecimento. Essas atividades de lazer caracterizam-se por leituras elaboradas e críticas de livros, poesias e contos, jornais, assistir a filmes, ouvir músicas, entre outros. Uma leitura de jornal pode oferecer diferentes sensações no sujeito que o lê, contudo, o ponto principal dessa leitura é a busca do conhecimento, um conhecimento que tende à verdade e que está associado, muitas vezes, à cientificidade. A busca e a possibilidade de um desenvolvimento cultural e crescimento pessoal é marcante nas atividades intelectuais de lazer.

“Lazer social” ou atividades sociais de lazer se identificam, fundamentalmente, com atividades que envolvam relacionamentos e convívio social. Nas atividades associativas ou sociais, o interesse cultural está “centrado no contato com as pessoas” (CHEMIN, 2007, p. 60), tais como passeios com familiares, visitas a parentes e amigos, incluindo frequência a diferentes grupos e associações formais e informais. Essas associações podem ser consideradas como já existentes ou formadas de maneira passageira, de acordo com os interesses dos sujeitos. Os trabalhos voluntários são também característicos da atividade social do lazer (STOPPA, 2007). Verificados principalmente nas classes sociais menos favorecidas, os trabalhos voluntários e as associações comunitárias se refletem ainda como uma

forma de os sujeitos se adaptarem às atividades sociais de seu bairro e participarem delas, minimizando as barreiras sociais, tão marcantes na sociedade atual.

Conteúdos turísticos ou atividades turísticas do lazer são caracterizados pela quebra da rotina, pela mudança de lugares, do ritmo e do estilo de vida; com a busca de novas paisagens, de novas pessoas, costumes e de novos conhecimentos (CAMARGO, 2003). O turismo permite conhecer diferentes lugares e pessoas, bem como culturas de povos distintos. Essas atividades podem ocorrer em um dia ou no período de férias das pessoas, abrangendo viagens a praias, serra, campo e lugares históricos. Outras atividades realizadas em período mais curto também podem ser identificadas como atividades turísticas de lazer, tal como visitas a sítios e granjas, sendo o turismo local aquele praticado na própria cidade onde se vive.

Destaca-se que a classificação mais aceita é a que distingue essas seis áreas dos conteúdos culturais do lazer identificadas anteriormente (MARCELLINO, 2000). O autor esclarece que os conteúdos devem ser apresentados aos sujeitos de forma integrada, oportunizando-lhes a prática de diferentes formas de lazer. O ideal é que cada indivíduo conheça as atividades de lazer que satisfaçam seus interesses e que, em seu “tempo disponível”, vivencie atividades que façam parte de todos os grupos de interesse. O lazer, visto como uma experiência pessoal criativa e de prazer, determina a opção e o interesse do sujeito na ação definida e escolhida. Sendo assim, a cultura interfere nas ações dos sujeitos e determina sua relação na sociedade em que esses estão inseridos. A influência de fatores sócio-político-econômicos e ainda ambientais determina as possibilidades do lazer a ser vivenciado. Assim, percebe-se que o lazer está diretamente relacionado às divergentes relações sociais e culturais nas quais o sujeito se insere, sendo que ele é também influenciado por elas.

As reflexões atuais de lazer apontam para uma nova proposta de lazer, a qual requer que este assuma um papel transformador, vencendo desafios na perspectiva de contribuir para a inclusão sociocultural dos trabalhadores, possibilitando-lhes “uma formação global, relacionados aos aspectos lúdicos, intelectuais, interativos, criativos, estéticos, físico esportivos, artísticos, socioculturais, afetivos, políticos, econômicos e todos se inter-relacionando” (VIEIRA, 2007, p. 3).

Essa reflexão sugere as transformações ocorridas nos estudos de lazer, sobretudo nas relações conceituais e ideológicas. Percebe-se que o conceito do lazer inicialmente construído é determinado “por uma utilidade social que o difere e o

opõe ao trabalho” e se coloca de modo contrário a este último. Esta ideia conceitual de lazer era carregada de uma atividade de troca das horas de lazer por força e recuperação para o trabalho. Essa compreensão ainda é verificada atualmente, porém, a partir dos anos 1980, inicia-se uma nova perspectiva conceitual de lazer (MASCARENHAS, 2005, p. 12-13).

As discussões relacionadas ao lazer se ampliam a partir da década de 1970 e tornam-se mais intensas, pois organizam-se grupos de estudos, realizam-se eventos e mais artigos são produzidos. No decorrer desse período e, principalmente, a partir dos anos 1990, no Brasil, percebem-se iniciativas voltadas para a organização de uma indústria de lazer e entretenimento.

Melo e Alves Junior (2003, p. 18), sobre o assunto, assim se expressam:

[...] verifica-se uma preocupação maior com o turismo, a consolidação do esporte como poderoso produto de negócios, o fortalecimento do mercado cultural ligado às diversas manifestações artísticas, o aumento do poderio dos meios de comunicação e o rápido, embora desordenado, crescimento do mercado de parques temáticos.

Nesse contexto, o lazer se apresenta com uma nova formatação, como uma instituição social que agrega comportamentos e modos de utilização do tempo livre, identificando sua prática com um estatuto próprio. Esse fenômeno é verificado como um tempo e espaço de organização da cultura, criando e recriando um novo circuito de práticas culturais lúdicas e educativas (MARCASSA; MASCARENHAS, 2005).

A dimensão crítica do lazer, que se estabelece a partir de ações direcionadas na contemporaneidade, é percebida por Isayama (2007, p. 31), quando este afirma que:

[...] o lazer tem íntima relação com o trabalho e com as demais esferas da vida do homem, e (...) este pode ser mais um espaço de manifestação das contradições e conflitos presentes em nossa vida social, apontando para as possibilidades de contribuir para mudanças na ordem estabelecida, ao se trabalhar na perspectiva da emancipação.

O autor percebe, em seus estudos, que mudanças sociais podem ocorrer desencadeadas por propostas de lazer que o considerem como fenômeno social e como fator para a melhoria da qualidade de vida. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que o lazer não é um fenômeno acabado, mas em permanente transformação. Aqui se verifica um lazer diferente, ou seja, aquele que foge às características da funcionalidade e determina uma mudança de pensamento a respeito das funções do lazer. Para melhor entender a característica do lazer contemporâneo, faz-se necessário perceber as abordagens funcionalistas deste e como estas refletem uma mudança conceitual e de perspectiva do lazer.

### **2.3.2 Análise das abordagens funcionalistas do lazer**

Nos estudos de Marcellino (1995), as abordagens funcionalistas do lazer são identificadas como valores a ele atribuídos, sendo que estas se encontram isoladas. Para o autor, as abordagens funcionalistas são denominadas romântica, moralista, utilitarista e compensatória. São ainda revestidas de um caráter altamente conservador que busca a “paz social”, a manutenção da “ordem” e percebem o lazer como um instrumento para suportar a disciplina e imposições da vida social, ocupando o tempo livre, com atividades socialmente aceitas e equilibradas (MARCELLINO, 1995). Estão relacionadas diretamente com a visão de lazer como possibilidade de descanso e recuperação das forças de trabalho.

A abordagem romântica, de acordo com o autor, é marcada pelos valores da sociedade tradicional e nostalgia do passado. Nela há o entendimento de que o lazer verdadeiramente bom era aquele vivenciado em tempos antigos, por conseguinte, o lazer contemporâneo não é considerado como positivo.

A abordagem moralista desenvolve um pensamento do lazer em que as atividades são direcionadas e convenientes de acordo com a necessidade social vigente, portanto, desenvolvem o sujeito de acordo com os interesses políticos e econômicos. Em contrapartida, o lazer possui um lado negativo que pode desintegrar em uma visão ambígua do lazer. Este pensamento mostra que o lazer possui várias ações, “o lazer não é visto como possibilidade para o desenvolvimento humano sob a perspectiva de emancipação e transformação, ou seja, como

questionador da ordem vigente” (LOMBARDI, 2005, p. 28). Nessa abordagem, o lazer possui um caráter de atividades que alienam e dominam.

Já a abordagem utilitarista reduz o lazer à “recuperação de forças de trabalho, ou sua utilização como instrumento de desenvolvimento” (MARCELLINO, 1995, p. 37). O lazer seria um momento de descanso para que o indivíduo pudesse voltar a ser produtivo nas diferentes formas de trabalho.

A abordagem compensatória identifica o lazer com o caráter de oposição ao trabalho, considerado alienante, mecânico e especializado. De acordo com essa abordagem, o sujeito só se realiza individualmente através do lazer, o qual compensaria a insatisfação e a alienação do trabalho. Este caráter se verifica nos estudos de lazer, principalmente nas relações históricas em que este foi construído. Padilha (2000, p. 126) reflete sobre o lazer compensatório, quando afirma que este funciona “de acordo com a lógica funcionalista, como válvula que ajuda manter a sociedade supostamente em equilíbrio, pois não proporciona às pessoas nenhuma alternativa transformadora”. Marcellino (2003) concorda que os princípios funcionalistas identificam o lazer entendido não como um direito social e, sim, como uma mercadoria, cujas finalidades são manter a ordem estabelecida e o funcionamento do sistema. Chemin (2007) analisa as relações compensatórias identificadas a partir de conclusões de Zingoni (2002, p. 67) de que o lazer possui dois focos: um identificado como compensatório do trabalho, como já visto anteriormente, porém com viés econômico, e outro como meio de transformação com um viés humanista.

Os autores adeptos da corrente funcionalista interpretam o lazer como uma forma eficiente para os males que ameaçam, por alguma razão, o equilíbrio social. As abordagens funcionalistas de caráter compensatório identificam que o trabalho opõe-se ao lazer, referenciando que um depende do outro e se “contrapõe mantendo um equilíbrio e uma harmonia na sociedade, na medida em que uma eventual perda pode ser recuperada por meio das funções do lazer” (LOMBARDI, 2005, p. 24). Segundo Padilha (2003, p. 256), o lazer, sob a ótica funcionalista, “é visto como algo necessariamente bom em oposição ao trabalho como algo necessariamente ruim.”

Assim, a utilidade do lazer e seu valor estavam relacionados com a “força auxiliar para a produção e reprodução da força de trabalho” (MASCARENHAS, 2005, p. 15), desta forma, ele passa a se subordinar aos interesses econômicos de



uma heterogênea e crescente indústria do lazer. Essa indústria e o entretenimento resgatam e ressignificam a nova dinâmica do lazer na vida dos sujeitos.

Vieira et al. (2007, p. 2) discutem que o lazer deve se desapropriar do capitalismo, escapando, então, das práticas funcionalistas de lazer, considerando-o como instrumento implementador de novos valores, pensamentos, práticas que possam contestar a lógica organizacional da sociedade:

[...] o lazer deve ser tudo aquilo que se constitua em valor positivo, qualquer atitude e/ou atividade que proporcione bem-estar, onde se desenvolve algo prazeroso, estimulante realmente vivenciado no tempo disponibilizado para tal, pois sendo o lazer um direito de qualquer cidadão, independente de classe social, crença, idade, gênero, orientação sexual ou estilo de vida, este não deve servir para mascarar essas diferenças e/ou desigualdades existentes (Ibid., p. 2).

A mercantilização do lazer inicia uma ruptura com as relações funcionalistas do lazer, sobretudo a partir da década de 1990. Nesse período, os estudos do lazer com um caráter mais crítico e emancipatório se fortalecem, por conseguinte, o lazer ganha novos olhares.

## 2.4 NOVOS OLHARES SOBRE O LAZER

O mundo contemporâneo e a globalização geram novas atividades no mercado. Diferentes arranjos de trabalho se estabelecem na sociedade, crescem as atividades do terceiro setor, e o lazer reflete novos olhares. Nessa perspectiva, o lazer é visto não como oposto do trabalho, mas como seu colaborador. O lazer aqui é entendido não mais como força revigorante de recuperação, mas como uma possibilidade de complementação da formação do sujeito na sociedade capitalista em que este se insere.

Atualmente, a relação que se estabelece entre lazer e sociedade é largamente influenciada pela mídia, pelos meios de comunicação, pela relação do consumo e pela indústria do entretenimento. O lazer se estabelece como busca para

a melhoria da qualidade de vida e, dessa forma, a sua relação com a sociedade é “dialética, ou seja, a mesma sociedade que o gerou e exerce influências sobre seu desenvolvimento também pode ser por ele questionada, na vivência de seus valores” (MARCELLINO, 2007c, p. 224). A possibilidade de acesso, porém, não é igual para todos, assim como ocorre em outros campos sociais, tais como na educação, na saúde, na moradia e no trabalho. No processo de diferenciação social, as ações de lazer são negligenciadas para grande parte da população. As cidades cresceram e o avanço de construções desordenadas não se estabelece com a dinâmica de novos espaços de lazer. Em sua construção histórica, percebe-se, por exemplo, que “as praças, os parques e os espaços públicos de lazer mais belos e cuidados estão nos bairros mais ricos da cidade” (MELO, V. A, 2007b, p. 78). Também há um processo de privatização dos espaços de lazer, restringindo a possibilidade e o acesso à grande parte da população. Nessa perspectiva, surgem novos estudos e reflexões que defendem um lazer mais crítico e participativo. Evidencia-se que os professores de Educação Física se vinculam a essa perspectiva.

Para Mascarenhas (2005, p. 20-22), um novo lazer emerge no Brasil a partir dos anos 1990, “anteriormente vinculado às necessidades de produção e reprodução da força de trabalho, passa a subordinar-se diretamente à produção e reprodução do capital, sucumbindo à forma mercadoria”.

As transformações econômicas, as mudanças políticas e as modificações culturais influenciaram o desenvolvimento dessa nova tendência com uma perspectiva de lazer com caráter transformador, buscando apontar os limites e as possibilidades colocadas para sua realização. Mas o que não se pode pensar é que o lazer seja apenas o poder positivo de transformação social e, sim, que ele pode e deve se colocar como ponto de partida para essa transformação, caracterizando-se como um espaço de lutas, em busca de mudanças sociais. Deve também auxiliar na construção de uma sociedade mais justa, gerando possibilidades de democratização e participação social e cultural (ISAYAMA, 2002). O autor ainda afirma que, mesmo mantendo suas características fundamentais de descansar e divertir, o lazer pode auxiliar no sentido de modificar as contradições sociais vigentes. O lazer, como espaço privilegiado para vivências lúdicas, de acordo com os conteúdos culturais, pode ser vivenciado com caráter crítico e criativo conforme o interesse de cada um.

Em sua vivência, como já visto anteriormente, o lazer tem profundas influências e relações com o trabalho, com a educação, com a família, dentre outras dimensões da vida do sujeito, por isso não pode ser desvinculado da problemática social, portanto, é incapaz de transformar essas relações sociais e de vida sozinho. “O lazer, em uma perspectiva abrangente, não significa desconsiderar a possibilidade de que ele também possa constituir-se em estratégia de manipulação e controle social” (ISAYAMA, 2002, p. 5).

Aranha e Martins (1993, p. 12) entendem que, em um mundo onde a produção e o consumo são alienados, o lazer também o é, pois “a passividade e o embrutecimento” daquelas atividades acabam por influenciar o tempo livre. Sabe-se que pessoas submetidas ao trabalho mecânico e repetitivo na linha de montagem têm o tempo livre ameaçado pela fadiga mais psíquica do que física, tornando-se menos propensas a se divertirem. Ou então, exatamente ao contrário, procuram compensações violentas que as recuperem do amortecimento dos sentidos. As propagandas veiculadas pela “indústria do lazer” orientam as escolhas e os modismos, procurando manipular o gosto das pessoas e determinando os programas. Assim, pode-se afirmar que utilizar o lazer de forma diferente da exposta anteriormente é buscar práticas que rompam com o lazer funcionalista posto pela sociedade capitalista.

Na reflexão acerca desse pensamento diferente, o lazer transformador, bem como os novos sentidos gerados em sua dinâmica, permite perceber concepções e pensamentos de alguns autores que, a partir de suas pesquisas, questionam ou não a relação direta do lazer com o tempo livre.

Nos diferentes conceitos, o tempo surge como definidor da relação do lazer e do trabalho com o sujeito. Marcellino (2002, p. 29) ainda questiona a relação do tempo livre, pois determina que “nenhum tempo é verdadeiramente livre das ocupações e relações sociais e culturais”, permitindo, assim, uma reflexão sobre o que se entende por tempo livre nas dimensões conceituais do lazer. É importante perceber que o tempo, para o sujeito, representa uma vontade muitas vezes subjetiva de escolha das atividades de lazer, relacionando-se diretamente com as ações individuais dos sujeitos. Na abordagem em que se privilegia o aspecto tempo, o lazer tende a ser explicado a partir das informações resultantes da observação empírica dos comportamentos objetivamente empreendidos no tempo livre

(MASCARENHAS, 2005). Dessa forma, o fator tempo é definidor e influencia sobremaneira a contextualização do lazer na sociedade contemporânea.

#### **2.4.1 Tempo livre, ócio, tempo disponível: reflexões contextuais e conceituais**

A relação construída historicamente sobre o tempo vem sofrendo alterações e gerando novas reflexões e questionamentos. Tempo livre, ócio, tempo disponível, muitas vezes, são termos considerados como sinônimos no senso comum e refletem diferenças significativas em sua evolução histórica.

O tempo é percebido de formas diferentes de acordo com o período histórico estudado e, como identificado nos itens 2.1 e 2.2 deste trabalho, reflete-se, sobretudo, a partir da construção social vigente. Assim, o tempo era compreendido de formas diferentes na Grécia antiga, na Roma antiga, na Idade Média, na Era Moderna, sendo relacionado e influenciado diretamente pelas diversas culturas.

Os entendimentos percebidos com o tempo que as pessoas possuíam para cada ação em suas vidas se refletiram com mudanças significativas a partir da Revolução Industrial. Gomes (2003a, p. 64) afirma que, para compreender o tempo livre, é importante “entender a lógica do capitalismo, a divisão social de trabalho, as relações de produção e o desenvolvimento da racionalidade técnica.”

Os estudiosos brasileiros mostram que há uma relação do tempo com o trabalho. Inicialmente, essa relação identifica um tempo de obrigações cotidianas, na qual o trabalho é considerado como mais importante (para a maioria das pessoas), e o tempo livre dessas obrigações é caracterizado como o tempo de lazer (MASCARENHAS, 2005).

Interessa a esta pesquisa refletir sobre a concepção de tempo para a prática do lazer na sociedade atual. Em seus estudos, Padilha (2000) desenvolve um capítulo sobre a relação do trabalho, lazer e tempo livre, que fortalece as reflexões aqui apresentadas. A autora esclarece que o estudo do tempo é fundamental para a compreensão das sociedades.

As sociedades sempre se organizaram em tempos sociais: tempo que determina o trabalho, a educação, a religiosidade, tempo com a família, tempo fisiológico, tempo livre, entre outros (PADILHA, 2004). Atualmente, os sujeitos vivem

em função dos segundos, minutos e hora, com aparatos tecnológicos que, a cada dia, tornam-se indispensáveis para o cotidiano da sociedade neoliberal. Nessa relação de divisão do tempo, percebe-se que o tempo livre é aquele destinado às atividades de lazer e que, para a autora, esse tempo livre sempre esteve vinculado aos significados do trabalho e tempo do trabalho.

O tempo, na sociedade capitalista, a partir do desenvolvimento técnico industrial, passa a ter uma nova dimensão historicamente construída, uma vez que é dividido em tempo de trabalho, de estudo e livre (SANT'ANNA, 1994).

O significado de tempo livre, percebido no período anterior à Revolução Industrial, refletia uma relação social bem marcante, em que a divisão de classes era identificada pela disponibilidade de tempo livre. Com as mudanças sociais ocorridas e a possibilidade dos homens se tornarem ricos, não mais pela posse de terras e sim pelo acúmulo de capital, o lazer passa a ser objeto de desejo dos operários em suas lutas. Para Vieira et al. (2007, p. 2), "o lazer nada mais é do que o tempo que o capitalista concede ao proletário para que este reconstitua sua força de trabalho, além de ter como função aliviar a frustração acumulada durante a jornada de trabalho". Desse modo, o autor considera um equívoco conceituar lazer como um tempo "livre". Perceber o lazer com o mesmo conceito de tempo livre é reduzi-lo a características extremamente simplistas. Na verdade, não se pode afirmar que o tempo livre tenha o mesmo significado de lazer. Padilha (2000, p. 50), na obra intitulada **Tempo livre e Capitalismo**, esclarece essa dinâmica e a relação conceitual referente ao lazer, quando assevera que "as concepções de tempo são criadas através de processos materiais de produção da sociedade". Por conseguinte, pode-se afirmar que o tempo hoje determinado é completamente distinto do tempo anterior à Revolução Industrial. A relação do tempo, sobretudo após as conquistas trabalhistas, determina a dimensão do tempo livre discutido no mundo atual. Isso importa para as discussões da área do lazer, considerando que é justamente no tempo livre dos sujeitos que a vivência do lazer é possibilitada.

Para Marcassa e Mascarenhas (2005, p. 256), "tempo livre é condição para o lazer, mas não é garantia de que este se realize". Esta afirmação mostra que o lazer somente ocorre a partir da disponibilidade de tempo livre. As ações definidas pelo desejo de participar de atividades de lazer não identificam obrigatoriamente que o lazer se realize, mesmo que o indivíduo tenha tempo livre para tal. Nessa perspectiva, os autores concordam com os estudos de Marcellino (2000, p. 31),

quando este afirma que o tempo livre seria melhor definido como “tempo disponível” para as atividades de lazer. Para ele, no tempo livre, ainda se incluem algumas atividades necessárias ao desenvolvimento do sujeito. Assim, o tempo disponível é aquele liberado das obrigações e identificado pela livre escolha e vontade de desenvolver as atividades de lazer decididas individualmente, com possibilidade de contemplação ou atividade prática e liberdade para o aproveitamento do tempo livre. Essas atividades são opções no tempo disponível, supondo-se que esse tempo possa também ocorrer nas relações com as obrigações, sendo que também o trabalho está incluído nessas relações.

Atualmente, vários são os autores que definem tempo livre em oposição ao tempo de trabalho: “O tempo disponível é aquele tempo que resta após a realização do trabalho e da satisfação da realização das necessidades básicas e de obrigações, familiares e sociais, subdivide-se em ocupações autoimpostas e tempo livre” (PERES, A. N., 2007, p. 49).

Mascarenhas (2005, p. 9) afirma que:

(...) o tempo livre não possui o significado de um tempo liberado do trabalho, mas do tempo que o indivíduo dispõe para si mesmo. Nesta direção, uma vez que o lazer não é definido em relação ao trabalho, percebe-se que não existe a antinomia tempo livre e tempo de trabalho, mas tempo livre e tempo das obrigações.

Na citação apresentada, verifica-se que, da simples contemplação até o trabalho, tudo aquilo que for prazeroso, gratificante e percebido como não-obrigação insere-se no tempo livre. Essas reflexões conceituais e de percepção dos diferentes focos encaminhados para tempo livre e tempo disponível ainda se confundem quando relacionadas ao vocábulo “ócio”. Uma questão inicial de tradução e de significados sugere entendimentos diversificados e antagônicos da palavra ócio, pois, em muitos países, a palavra “lazer” não existe, então é percebida e entendida como tempo livre e ócio.

No Brasil, o percurso histórico do vocábulo “ócio” circulava em oposição ao que era sagrado e a relação profana do nada fazer. Ócio foi considerado um desvio, e as pessoas se utilizavam do lazer controlado socialmente. A conduta ociosa foi considerada como perniciosa ao desenvolvimento da sociedade, demandando novas

diversões saudáveis do ponto de vista moral e social (GOMES, 2003a, p. 81). Essa relação conceitual é percebida ainda nos dias de hoje, em que os sujeitos relacionam às palavras “ócio” e “ociosidade” a preguiça e as condutas equivocadas de caráter. De Masi (2000, p. 301-302) refere-se ao sentido negativo adquirido pelo vocábulo “ócio” no decorrer da História o qual se percebe até o momento. O autor propõe a reflexão em sua obra para a expressão “ócio criativo”, entendendo-a como a dinâmica semelhante aos estudos do lazer.

Contudo, há uma distinção entre ócio e ociosidade. Por ócio, entende-se que é o tempo educativo/formativo destinado a atividades de enriquecimento pessoal e social; já a ociosidade é entendida como o tempo não formativo, monótono e de aborrecimento: é um tempo de nada.

Peres, A. N. (2007, p. 49-50) afirma, em seus estudos, que “vários autores entendem que, para desenvolver a animação do ócio, é necessário dispor de tempo livre”. O autor esclarece, ainda, que:

O descanso liberta o indivíduo do cansaço e das funções físicas e psíquicas produzidas pelo trabalho. A diversão liberta do tédio e aborrecimento, oferecendo momentos de evasão e projeção diferentes do trabalho cotidiano. Por fim, o ócio, como desenvolvimento da personalidade, permite ir mais além da formação técnica e prática, experienciando uma participação mais livre em coletividades recreativas, culturais e sociais (Ibid., p. 50).

Assim, pode-se perceber que, tanto para Peres quanto para Dumazedier, tempo livre e ócio, geralmente, caminham unidos.

Camargo (2003) defende a proposta de que a parte do tempo livre dedicada ao entretenimento e à diversão pode ser denominada “tempo de lazer”, visto que, nos outros momentos do tempo livre, as pessoas estariam aptas a se dedicar à política, à religião e ao estudo. Existem ainda divergências no entendimento dos termos “tempo livre”, “lazer” e “tempo disponível” descritos; todavia, é importante lembrar que o lazer depende da possibilidade de tempo para que este possa ocorrer; tempo definido e escolhido individualmente e que esteja livre, ou melhor, disponível para a sua prática (MARCELLINO, 2000).

O lazer então direciona ações de livre escolha, a fim de que o indivíduo possa usufruir e educar-se por esse fenômeno e através dele. Portanto, a animação

sociocultural ou cultural é de grande importância para que o lazer mantenha seu caráter de formação e informação.

## 2.5 ANIMAÇÃO CULTURAL

No Brasil, o vocábulo “animador”, tradicionalmente, possui um entendimento de “não sério”. Isso ocorre em virtude do desconhecimento da etimologia da palavra, que vem do grego e latim “*anima*” ou “*animus*” e remete a dois sentidos distintos: um, traduzindo a expressão *anima*, que significa vida, sentido, ações, pensamentos e responsabilidade individual e coletiva. Outro, traduzindo a expressão *animus*, que quer dizer movimento, dinamismo (MONTEIRO, 2008; PÉREZ, 2002; MELO, 2006a).

A partir da análise etimológica da palavra “animador”, podem ser percebidas duas tendências complementares na utilização da Animação Cultural ou Sociocultural: uma determina a motivação, o fortalecimento, a potencialização e suscita ânimo a cada sujeito e grupo; a outra, que complementa a anterior, indica incentivo e a participação ativa nas ações sociais. Essas tendências são essenciais para os conceitos de animação cultural e são apropriadas pelos estudos em diferentes contextos culturais (PÉREZ, 2002).

A animação pode ser percebida como uma pedagogia que considere, ao mesmo tempo, a necessidade de trabalhar para a mudança do futuro, por meio da ação no presente, sem abrir mão do prazer de que se dispõe, mas, pelo contrário, que essa vivência seja, em si mesma, prazerosa (MARCELLINO, 2001a).

Marcellino (1990), na obra **Pedagogia da animação**, faz referência a uma animação que engloba os sentidos de vida, de movimento e de alegria, possibilitando ao leitor reflexões a respeito da animação sociocultural e entendendo-a ligada à criação de ânimo, à possibilidade de provocar estímulos e esperança. A pedagogia de animação vista como forma de preparação, não para uma sociedade dominada pela exploração do trabalho, ou para o ideal de uma civilização de lazer, mas principalmente para a educação do movimento, o que determina não considerá-lo imutável e que “entra em choque profundo com a visão ‘funcionalista’ do lazer, nas suas várias nuances” (MARCELLINO, 1990, p. 9).



O autor faz uma reflexão quanto ao termo sociocultural ligado à animação, quando percebe que os profissionais que atuam na área da animação cultural devem possuir um compromisso político-pedagógico e gerar uma ação preocupada com o efetivo exercício da cidadania e com a melhoria da qualidade de vida, possibilitando, dessa forma, uma busca por uma sociedade mais justa. Portanto, a animação cultural, para se desenvolver, deve ser construída a partir do permanente diálogo com a prática, por meio da intervenção pedagógica. Melo (2006a) concorda com as afirmações descritas quando esclarece que, desse modo, pode-se perceber, na vivência do lazer, uma possibilidade de transformação social por meio dessa ação educativa.

A Animação Sociocultural (ASC) ou Animação Cultural (AC) possui características desenvolvidas no decorrer da história do lazer e dos Estudos Culturais. A escolha pelo termo “animação cultural” e não “animação sociocultural” se aproxima da reflexão de Melo (2006a, p. 28), que defende o uso de um termo que abarque a importância do significado da animação e a caracterize com as peculiaridades do Brasil, propondo a utilização do termo “animação cultural” e não “animação sociocultural”, utilizado na Europa e em alguns países latino-americanos. Por se entender que toda sociedade possui relação e influência direta da cultura, é possível perceber que o termo “animação cultural” já possui implícito o sentido de dimensões sociais. Dessa forma, a cultura determina as relações sociais que a animação propõe. Contudo, no decorrer deste capítulo, alguns autores citados se utilizam do termo “animação sociocultural” e outros de “animação cultural”. Melo, V. A. (2007a) identifica os termos com significados e conotações semelhantes, utilizando o segundo em detrimento do primeiro por considerá-lo mais adequado.

Desse modo, perceber a animação como vida, sentido, movimento, dinamismo é associá-la, antes de tudo, à cultura. Geertz (1989, p. 15) defende o conceito de cultura essencialmente semiótico, “acreditando que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Ele identifica a “cultura como sendo essas teias e sua análise” e não como uma “ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. Surge, então, o homem considerado diferente culturalmente, com direitos e possibilidades iguais a qualquer outro ser humano.

As reflexões do fim do século XX sobre as mudanças ocorridas nas relações do homem e da sociedade, influenciadas pelas ciências, pela educação, cultura e

sociedade, com o advento da globalização, possibilitam novas percepções e posicionamentos dos sujeitos na sociedade. Essas mudanças influenciaram profundamente as relações do profissional do lazer para diferentes ações e intervenções de sua práxis.

A animação cultural discutida no Brasil e nos países latino-americanos aproxima espaços dos idiomas português e espanhol no cenário geopolítico internacional do campo científico, mas tem também um cunho político, questionando o modelo de sociedade de injustiças sociais e desigualdades comuns a esses países. Nas reflexões dos diferentes países, pode-se verificar um conflito conceitual, principalmente no Brasil, em que Melo, V. A. (2007a, p. 3) afirma que o retrato contemporâneo da “animação (sócio) cultural existe e não existe”, pois o termo ainda é pouco utilizado, e as referências teóricas pouco conhecidas. São vários os fatores que dificultam a compreensão e a difusão das questões da animação cultural. Monteiro (2008) e Melo, V. A. (2007a) concordam quando esclarecem que existe uma maior necessidade de fundamentação científica e técnica no campo da animação. A delimitação das funções e competências dos profissionais que atuam nas diferentes áreas necessita de definições, levando a uma maior concretude do campo de atuação do profissional.

O campo do lazer também é influenciado pelas relações histórico-conceituais e, muitas vezes, é considerado como um campo de atuação simples, em que apenas se devem propor atividades, sem necessidade de aperfeiçoamento, nem de preparações técnico-científicas. A tradição disciplinar dificulta a organização do campo acadêmico relacionado à animação cultural no Brasil e ao campo dos Estudos do Lazer (MELO, V. A., 2007a). O autor afirma que existem fatores problematizadores como os “inúmeros termos para designar as ações dos profissionais que atuam no ‘Lazer’ e na ‘Recreação’”, tais como “recreador, professor, mediador, agente cultural, gentil organizador” (MELO, 2004b, p. 3); “instrutor, agentes culturais, monitores culturais e militantes culturais” (GARCIA, 1995, p. 24); “chefes de prazer, consultores de lazer, recreacionistas, líderes recreacionais, monitores, animadores, agentes” (MARCELLINO, 2007b, p. 41). Atualmente, a utilização mais comumente usada são os termos “animador sociocultural” e “animador cultural”. A tradição histórica, as características multifacetadas do mercado de atuação profissional, a desvalorização e o perfil

exigido desse profissional influenciam diretamente na organização da animação no campo teórico e prático.

Para a conceituação da animação cultural, estabeleceu-se um diálogo com autores nacionais e internacionais, principalmente ibero/latino-americanos. A especificidade da animação está no espaço impreciso entre três modalidades de intervenção percebidas nos estudos de Pérez (2006). Este identifica a animação (sócio) cultural sob três aspectos: modalidade cultural, modalidade social, modalidade educativa. Monteiro (2008, p. 2) esclarece que a animação cultural pode ser compreendida sob os aspectos do desenvolvimento cultural, da integração social e da socialização da interpretação cultural. Por conseguinte, tem uma ação educativa quando desenvolve o diálogo, a ação comunicativa e a solidariedade.

A animação cultural deve ser desenvolvida a partir das reflexões sociais e culturais da comunidade envolvida, gerando uma participação efetiva e pautada em uma pedagogia social que abarque os interesses comunitários e possibilite sua prática, percebida por Melo (2006a, p. 28) como

Uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica) pautada na ideia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem concretude à nossa existência cotidiana, construída com base no princípio de estímulo às organizações comunitárias (que pressupõe a ideia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática) sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa.

Já Ander-Egg (2002, p. 1000) define a animação como “um conjunto de técnicas sociais que, embasadas em uma pedagogia participativa, tem por finalidade promover práticas e atividades voluntárias”. Vale lembrar que a animação ocorre com a participação ativa das pessoas e permite um desenvolvimento da qualidade de vida dos sujeitos inseridos no grupo.

O conceito de animação cultural deve levar em consideração as peculiaridades nacionais e a contemporaneidade. Nesta reflexão, a cultura é o

centro de atuação da animação, que significa levar em conta os valores e as sensibilidades. Trata-se de uma proposta de pedagogia social no âmbito do lazer, da escola, dos sindicatos, da família, enfim, em qualquer espaço possível de educação, que estimula organizações comunitárias e contribui para a construção de uma sociedade diferente. A animação cultural pode ser compreendida como fenômeno pela ascensão das civilizações do divertimento:

A animação cultural é fundamentalmente um processo de intervenção que se constitui “a favor”, não necessariamente “contra” algo. É pensar uma iniciativa de “alfabetização” cultural em várias vias. Não é só para a escrita que somos educados cotidianamente, como também para os sons, olhares, paladares, sensações em geral. Potencializar e ampliar tais importantes dimensões humanas para ser um apontamento necessário. Não se trata de substituir uma coisa por outra, mas pensar que tudo pode ser acessado desde que os indivíduos sejam educados para exercer conscientemente seu direito de escolha (MELO, 2004b, p. 96).

E, portanto, requer desenvolvimento profissional e reflexão acadêmica pautada efetivamente na prática. Para Gillet (2007a, p. 22), a animação

deseja desenvolver um ideal democrático no qual haveria uma pesquisa por laços coerentes entre o método e a filosofia da ação proposta: assim toda organização deve analisar seu funcionamento institucional, suas estruturas, sua adaptação à ação, o poder que ela exerce nos grupos de população com os quais constrói um projeto e não mais simplesmente para os quais trabalha.

Longe de aqui simplificar as propostas da animação cultural em apenas poucas palavras, esta deve ser percebida como campo de atuação. Enquanto o lazer remete às questões teóricas e filosóficas, a animação cultural se desenvolve com um caráter de atuação prática, apropriando-se de estudos do lazer e dos estudos culturais, como já identificado no início deste tópico.

Assim, é possível que a animação cultural procure analisar as mudanças socioculturais e a forma como os sujeitos delas se apropriam e se organizam e, a partir dessa organização (ou não), auxiliar para uma transformação social consciente

(WAICHMAN, 2000). Os sujeitos necessitam se educar para perceberem as possibilidades de lazer que estão a sua volta, enquanto direito, e, a partir de então, poderem gerar suas escolhas, conscientes.

Para Melo (2004b), a cultura de massa influencia sobremaneira as relações da sociedade contemporânea. Estabelece uma relação de controle desta; por isso, a animação cultural deve ser pensada como uma proposta de “alfabetização cultural”, fato que remete à necessidade de se educarem os grupos sociais e comunitários para a utilização dos meios culturais de forma crítica e participativa.

De acordo com Pérez (2007), a animação sociocultural possui característica que envolve a educação do tempo livre, relacionando-se com ela, e amplia o seu panorama para todo o social e o cultural. O autor afirma que “a animação parece ser um conjunto de técnicas sociais de intervenção sobre grupos sociais” (Ibid., p. 50). Tal como sobre territórios estabelecidos, esta se baseia em uma metodologia participativa, sendo que o sujeito e o grupo são os protagonistas e os responsáveis pelas suas ações. Além disso, direciona a atuação para transformar a realidade social: “Dirige-se a um público de todas as idades, cada uma delas reclamando um tipo de animação específico, por contraposição à Educação do Tempo Livre, que se centra mais nas crianças, nos adolescentes e nos jovens” (Ibid.). Com essa perspectiva intergeracional, ela se estabelece nas propostas de políticas de atuação nas classes sociais mais desfavorecidas, acreditando-se serem estas as que mais dela necessitam, embora, em contraposição, seja aberta a todos.

A animação deve ser vista como área de intervenção, pois desenvolve e possibilita, em sua ação prática, o crescimento e o desenvolvimento das relações pessoais, o lúdico, o festivo e o assistencial. Com uma relação comunitária e territorial, a animação cultural identifica um modelo de ação com perfil de um contexto sociocomunitário, objetivando aplicar projetos coletivos e concretos, socioculturais e transformadores. É desenvolvida a partir das ações de uma tríade educacional: educação formal, não-formal e informal, como determina Lopes (2007). Na educação formal, a animação opera como meio para motivar, complementar e articular saberes; na área de educação não-formal, a atuação da animação corresponde a um conjunto de práticas realizadas fora do espaço escolar, associada à ideia de educação permanente. A educação informal considera a família e a comunidade como agentes educativos. Melo, V. A. (2007c, p. 16) concorda com essas reflexões quando assevera que a animação deve se desenvolver com

“posturas pedagógicas, escolar e não-escolar” as quais permitam e estimulem uma posição mais crítica e ativa perante os arranjos sociais.

Nessa dinâmica de ação, o educador que trabalha no âmbito do lazer, aproveitando o potencial de intervenção ligado ao campo cultural, atua através deste. Então, as possibilidades que contribuem para o processo de intervenção educacional podem ser percebidas com a busca de novos pontos de vista para a realidade social; com a recuperação de bens culturais destruídos pela ação da indústria cultural; com o equilíbrio entre consumo e com a participação dos momentos de lazer; e ainda, com a participação ativa nos processos sociais (MONTEIRO, 2008).

Percebe-se que a animação cultural, ao se apropriar do campo dos estudos do lazer, adota, em sua estrutura teórica, um duplo aspecto educativo: a educação pelo lazer e a educação para o lazer. Marcellino (1995b, p. 59), em seus estudos, identifica as possibilidades educativas do lazer. Refere-se ao lazer como veículo e como objeto da educação, fortalecendo esse duplo aspecto educativo. Para o autor, o lazer, enquanto veículo de educação, considera as potencialidades do lazer para o desenvolvimento social e pessoal dos sujeitos, incluindo o relaxamento e o prazer propiciados pela prática e contemplação. Melo e Alves Junior (2003, p. 53) complementam a reflexão, quando afirmam que “educar pelo lazer significa aproveitar o potencial das atividades para trabalhar valores, condutas e comportamentos”, entendendo que educar pelo lazer considera as atividades como veículo de educação. A educação pelo lazer ocorreria numa perspectiva de educação permanente.

Educar para o lazer é a outra dimensão do processo de intervenção pedagógica no âmbito da animação e se refere ao lazer como objeto da educação. Nessa dupla dimensão do lazer, os autores propõem construir um espaço que permita aos sujeitos a reelaboração de seus olhares sobre a realidade a partir de uma problematização. O profissional deve direcionar o processo de sua intervenção pedagógica ao questionamento da forma de ação, apresentando outras possibilidades e desenvolvendo novas perspectivas mais críticas e participativas, fortalecendo-o como educador e não como mercador.

A Animação Cultural, portanto, reflete uma dimensão de atuação pedagógica no âmbito do lazer. Com uma perspectiva educativa, o animador cultural possui diferentes formações, podendo-se perceber a importância destas em virtude das

diversas abrangências da área da cultura. Esse profissional deve ser capaz de orientar para a argumentação crítica e para a transformação de ações sociais, assumindo, portanto, um papel de mediador.

Na dimensão do lazer enquanto espaço de intervenção, é fundamental que se trabalhe com equipes multiprofissionais em busca da interdisciplinaridade, desenvolvendo um trabalho com caráter facilitador (MARCELLINO, 2007b). Dessa forma, a animação cultural direciona as reflexões no campo de atuação do lazer e permite, ainda, ressignificar os modelos pedagógicos escolares (BRACHT, 2003). Ela é percebida como uma pedagogia sem garantias que possa produzir uma linguagem e outras relações sociais que permitam à sociedade experimentar práticas democráticas mais justas, relacionadas com o poder da autodefinição e da responsabilidade social (GIROUX, 2003).

A animação cultural se caracteriza por considerar a realidade na qual o sujeito está inserido. Deve ser implementada como atuação em diferentes propostas de políticas públicas em diversos níveis, por meio de propostas estruturadas, respeitando as necessidades dos cidadãos com maior conhecimento de sua problemática. Os profissionais atuantes devem ser capacitados e especializados para uma intervenção mais consciente dentro de uma proposta de política pública efetiva. Percebem-se as dificuldades encontradas em solidificar essas políticas públicas nos diferentes níveis governamentais: “No atual governo, com a criação dos Ministérios do Esporte e da Cultura desvinculados, é que foram iniciados processos de discussões mais sistemáticos e abrangentes das políticas públicas dos dois setores” (MARCELLINO, 2007, p. 47). A partir desse pensamento, será desenvolvido, no próximo capítulo, o entendimento e a compreensão do PELC como objeto desta pesquisa.

## CAPÍTULO III

### O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC)

“Esperemos que seja um mundo melhor, mais justo e mais viável.”  
(Hobsbawm)



O Programa Esporte e Lazer da Cidade é objeto deste estudo e, como política pública, necessita de análises e reflexões acadêmicas sobre suas ações as quais serão estudadas neste capítulo.

#### 3.1 O LAZER E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O lazer contemporâneo – considerado um fenômeno socialmente construído – é influenciado pelas relações sociais da atualidade. Percebido como um direito social e garantido pela Constituição Federal de 1988, desloca-se enquanto possibilidade e desejos da população.

Ressalta-se que, embora os direitos sociais sejam garantidos, eles, na prática, não são efetivados para todos, gerando lutas e necessidades de ações que garantam sua prática efetiva. Os direitos sociais constituídos referem-se, objetivamente, à cidadania constituída. Assim, questiona-se: o que são os direitos sociais?

A ideia de cidadania e de direitos do cidadão foi construída na Inglaterra, a partir de lutas e do imaginário da Revolução Francesa, compondo-se de três direitos que se inter-relacionam: o civil, o político e o social: “Os direitos civis foram determinados pelas mudanças estruturais da sociedade e, conseqüentemente, pelas lutas sociais de blocos hegemônicos em defesa de novas liberdades contra velhos poderes” (AMARAL, 2004a, p. 31). Foram marcados, principalmente, pelas relações contratuais que limitavam os abusos de poder soberano o qual podia ser limitado



pelas leis identificadas pela Constituição. Os direitos políticos são entendidos como a possibilidade de o sujeito participar da vida política da sociedade onde se insere, seja como eleitor ou como membro efetivo de um organismo do exercício do poder político: “Nesse âmbito, o Estado de Direito é o marco institucional desse processo de racionalização da sociedade ocidental que acompanhou o surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista” (AMARAL, 2004a, p. 32). E os direitos sociais, que solidificam as relações da sociedade com os direitos dos cidadãos, referem-se a tudo que possibilita o bem-estar econômico e de segurança do sujeito. É o direito de “participar por completo da herança social, levando a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões” culturais da sociedade em que está inserido (Ibid.). Segundo Martins (2006, p. 105), “Os direitos sociais configuram uma participação na riqueza socialmente produzida”. Devem, portanto, ser dever do Estado e ser garantidos por ele, que propõe, em suas diferentes esferas de governo: municipais, estaduais e federal, políticas públicas direcionadas a cumprir e suprir a necessidade da população e, dessa forma, garantir esses direitos.

No Brasil, a cidadania foi construída sob os parâmetros do poder exercido pelas classes dominantes, o que mostra uma distância entre o país legal e o país ideal. Amaral (2004a, p. 32), em seus estudos, esclarece que, diferentemente da cidadania inglesa, a cidadania brasileira surge em momentos em que o Estado apresentava-se autoritariamente: “os direitos aqui não foram adquiridos unanimemente mediante uma luta e uma conquista da classe trabalhadora, mas sim concedidos pelo poder estatal”. Para Carvalho (1995, p. 11), “Cidadania é também a sensação de pertencer a uma comunidade, de participar de valores comuns, de uma história comum, de experiências comuns.” Verifica-se então que, atualmente, a cidadania está nas discussões não só das classes trabalhadoras, como também no meio acadêmico e político.

No campo do lazer, a conquista dessa cidadania se dá pelas implantações de políticas públicas e privadas que possibilitem a participação como direito. A construção das políticas públicas brasileiras foi pautada, em sua maioria, nas ações clientelistas, diferenciando, por conseguinte, esse pensamento.

As políticas públicas atualmente construídas devem ser

formuladas e implementadas com a participação ativa das comunidades que se co-responsabilizam pelo bom andamento das mesmas. Estabelece-se uma relação entre poder público e sociedade civil que transpõe a dependência das comunidades nos governos locais e fortalece a independência das organizações civis para a crítica ao poder estatal, para influenciar e definir o destino das verbas públicas (AMARAL, 2004a, p. 32).

Essas políticas públicas surgem com o caráter de possibilitar e tentar garantir ao cidadão os direitos constitucionais. Assim, para entender, de fato, os significados das políticas públicas e o que elas representam para o desenvolvimento do esporte e do lazer, é necessário compreender o conceito e o significado de política.

A política pode ser entendida em diferentes enfoques como salienta Amaral (2004b, p. 181): ciência ou arte, teoria e prática, senso comum ou linguagem especializada, referindo-se ao exercício de alguma forma de poder. A autora afirma que política é “um processo pelo qual um grupo de pessoas, cujas opiniões ou interesses são a princípio divergentes, toma decisões coletivas que se tornam regras obrigatórias para o grupo e se executam de comum acordo.”

Aprofundando essa reflexão, as ações políticas podem ser exercidas não só por um grupo em comum acordo, como já visto anteriormente, mas também com outras ações mais específicas e pontuais que irão caracterizar, inclusive, as diferentes formas de governo existentes no decorrer da História da humanidade. Maar (2006, p. 8) explicita que o significado da política pode ser entendido através de movimentos que “visam interferir na realidade social a partir da existência de conflitos que não podem ser resolvidos de nenhuma outra forma”. A política surge com o dinamismo de uma realidade histórica em constante transformação.

Pinto (2008 a, p. 43) concorda com Amaral, ao afirmar que política é “a experiência que se constrói nos acordos e conflitos diários vividos no interior de relações sociais historicamente situadas, que impactam nas vidas dos indivíduos e das coletividades.”

Pereira (2004) fortalece esse conceito quando percebe a política pública como uma ação coletiva que possibilita concretizar os direitos sociais garantidos por

lei. Desse modo, a política e o poder exercido através dela são verificados em diferentes dimensões e esferas sociais. O Estado, por sua vez, exerce ações de poder na sociedade e, a partir dessas ações, desenvolve as atividades políticas.

Toda política reflete poder e, desse modo, o cidadão busca conquistar seus anseios a partir de diferentes formas de poder, quais sejam: econômico, ideológico e político (BOBBIO, 1992).

O poder econômico é percebido pelas características econômicas vivenciadas no contexto histórico e identifica o poder exercido “por quem detém os meios de produção” (AMARAL, 2004b, p. 182). O poder ideológico, segundo Orlandi (2002, p. 46), baseia-se na influência de ideias, sendo assim, o trabalho da ideologia é “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.” Pode-se afirmar que esse poder é o que mais influencia as ações políticas, pois a ideologia é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos. E o poder político “é exercido por aquela classe que conseguir deter os aparelhos de estado (o estado faz)” (AMARAL, 2004b, p. 182).

A política é influenciada diretamente pela economia, pela ideologia e pelas relações políticas da sociedade. Hobsbawm (1995), na obra **Era dos extremos: o breve século XX**, identifica as mudanças ocorridas durante aquele século, bem como o quadro político que o mundo vem presenciando. No capítulo XIV, intitulado “A década da crise”, reflete sobre as mudanças econômicas vivenciadas no pós-guerra e que garantiram o aumento da produção, o desmoronamento de poderes econômicos e, conseqüentemente, as alterações nos governos e nas formas de conduta de sua prática: “As décadas da crise foram a era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos” (Ibid., p. 398), alterando as diferentes sociedades. Percebe-se, em seus estudos, que a década de 1980 foi marcada pelo aumento da pobreza e miséria, gerando grandes desigualdades sociais e econômicas para uma nova era que se iniciava. Essas mudanças são refletidas até hoje com um quadro grave de desigualdades, injustiças sociais e vulnerabilidade, sejam econômicas ou sociais. Sendo assim,

[...] a superação das desigualdades com as quais lidamos exige a leitura e a compreensão dos modos de intervir politicamente nessa realidade que alavanque experiências centradas nas pessoas e no

pacto social ético necessário à garantia de direitos de todos (PINTO, 2008b, p. 88).

No Brasil, a partir da década de 1980, foi crescente a preocupação com a formulação de políticas públicas de lazer, contudo, ainda de forma tímida, o que não permitiu sua solidificação em todo o território nacional e muito menos sua compreensão como necessidade e direito.

A partir das mudanças ocorridas na sociedade e, conseqüentemente, com o homem nela inserido, as estruturas governamentais tiveram de se modificar e se adaptar às novas exigências dos sujeitos, gerando políticas públicas que contemplassem os desejos e os anseios das diferentes comunidades.

Atualmente, os governos municipais, estaduais e federal, ONGs, entre outros setores da sociedade civil organizada, articulam-se para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao esporte e lazer:

[...] uma política pública que contemple o lazer, pela sua própria natureza, tende a potencializar toda a gestão de governo, facilitando a realização de outros objetivos além da sua dimensão específica e original. Ao mesmo tempo, não é possível condicionar uma área de investimento público, seja o lazer ou qualquer outra, à solução de todos os problemas de uma outra área [...] (GUTIERREZ, 2001, p. 11).

As políticas públicas tornam-se mecanismos importantes para incluir e oportunizar ações para o desenvolvimento do esporte recreativo e do lazer de maneira democratizada. O lazer aqui pensado e refletido não como “mero entretenimento ou um ‘lazer-mercadoria’” (MARCELLINO, 2006b, p. 84), mas o lazer participativo, crítico e emancipatório, que leve à convivência efetiva. Enfim, uma política pública de lazer e não apenas uma política de atividades, que se constrói, normalmente, em eventos isolados sem uma intervenção de política de animação como um processo. Pode-se afirmar, então, que a política pública deve refletir os desejos da população, ser pensada e direcionada para ela e não pelos interesses pessoais e partidários.

O lazer deve ser realizado com ações voltadas para possibilitar a participação comunitária através de políticas públicas, a fim de que ele seja, efetivamente, um direito de todos. Deve ser pensado a partir de programas governamentais, com características específicas e conteúdos definidos, programas com orientação normativa que expresse finalidades, preferências e valores, objetivos e que, no seu alcance, ocorra a capacidade de mudanças de interesse e comportamentos de todos afetados pela ação pública (MENICUCCI, 2006, p. 143).

Nessa perspectiva e com um caráter teórico e prático diferenciado, o Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, organizou o PELC, que reflete uma dinâmica de mudança no nível das propostas de políticas públicas de esporte e de lazer.

### 3.2 O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

A nova dimensão política surgida na última década influenciou, principalmente, os governos locais, “pois é no município que a população vive e é nele que toda e qualquer forma de política, de ações governamentais, interfere diretamente” (RODRIGUES, 2007, p. 13). Ainda de acordo com a autora, formas diferentes de dominação e exclusão surgidas nesse período, de maneira espontânea ou não, produziram possibilidades de autonomia e de “inclusão alternativa” com o Estado ou em oposição ao mesmo.

Propostas de intervenção pública garantidoras de direitos sociais, seja na esfera pública, não-estatal, auto-organizada, ou paralela ao Estado, acabam por interferir na vida pública ou sustentar seus interesses diretos nas mais variadas áreas. Na dinâmica da modificação do quadro político brasileiro, vale destacar a eleição, em 2002, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, desde então, efetiva uma proposta diferenciada em termos das políticas sociais (CASTELLANI FILHO, 2007). O Programa Esporte e Lazer da Cidade é um exemplo desse movimento no âmbito das políticas públicas de esporte e de lazer.

A “atuação do Estado e sua relação com organismos na sociedade civil alteram sobremaneira a natureza e forma das intervenções no âmbito do esporte”

(MELO, V. A., 2007b, p. 17), do lazer e de outras políticas com intervenção do Estado.

De acordo com Rodrigues (2007, p. 13), o “avanço da cultura democrática traz consigo um processo de aprofundamento da consciência dos direitos e deveres do cidadão, associados a um novo perfil de Estado”. Melo, V. A. (2007b) afirma que termos como “voluntariado” e “parcerias” são apresentados à sociedade e encontram, nas políticas públicas de esporte e lazer, possibilidades de realização. Nessa perspectiva, o PELC apresenta, em sua concepção, uma proposta de desenvolvimento do esporte e lazer, com ações e princípios bem definidos.

O PELC, em 2007, já contava com 1.288 núcleos distribuídos em 405 municípios e 19 estados mais o Distrito Federal<sup>7</sup>. Foi criado com o objetivo de suprir a carência de políticas públicas e sociais da população por esporte recreativo e de lazer, com o olhar voltado, principalmente, para as comunidades em vulnerabilidade social e econômica, vítimas de injustiças sociais com uma vivência na violência e exclusão social (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2007).

Como proposta de política pública de esporte e de lazer, o PELC torna-se um desafio, pois são muitas as contradições que permeiam sua implantação e realização, tendo em vista as tensões sociais que atravessam o fazer cotidiano, bem como as relações sociopolíticas envolvidas.

De acordo com as orientações da SNDEL, o Programa se organiza em dois conjuntos de ações:

O primeiro está voltado para a implementação do projeto social denominado Esporte e Lazer da Cidade – PELC, que possui duas ações: uma envolvendo todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais); e outra ação específica para atendimento da faixa etária a partir de 45 anos denominada Vida Saudável. Ambas as ações estão voltadas para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais. O segundo conjunto está direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer, para a configuração de um sistema nacional de documentação e informação esportiva, para implementação de pesquisas de políticas públicas de esporte recreativo e de lazer – REDES CEDES – e o fomento e difusão de

---

<sup>7</sup> Dados fornecidos na 2ª reunião Nacional do Programa Esporte e Lazer da Cidade – novembro de 2007.

eventos científicos e apoio a publicações (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2007, p. 3).

O Programa orienta-se com bases científicas e ações práticas que envolvam a comunidade de modo geral como crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais conforme foi proposto em sua criação.

### **3.2.1 Programa Esporte e Lazer da Cidade – criação e implantação**

O PELC foi elaborado pela equipe do Ministério do Esporte, para sua inclusão no plano plurianual de 2004-2007, sob coordenação do Prof. Lino Castellani Filho<sup>8</sup>. Seu “*desenho conceitual*”<sup>9</sup> diferente foi possível em virtude de estudos e interlocuções realizadas entre “gestores, acadêmicos, movimentos sociais e instâncias partidárias” que ocorreram nas duas últimas décadas (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 2).

Muitos foram os avanços conceituais iniciados a partir de 1980, como já identificados em diferentes pontos deste trabalho. Observa-se, contudo, que a presença do Estado nas ações para o desenvolvimento do esporte foi historicamente marcada pela ótica do esporte de rendimento. Isso pode ser percebido em documentos e leis que orientam a prática esportiva no decorrer da História. Para que “a democratização do esporte pudesse ser usufruída por todo o conjunto da população brasileira”, segundo o autor, era preciso construir espaços de vivências e práticas esportivas e corporais que privilegiassem o entendimento da construção efetiva da cidadania. O desenvolvimento do esporte abriu a possibilidade de identificá-lo como “integrante do patrimônio cultural da humanidade e, como tal, passível – por direito – de ser por ela apreendido” (Ibid., p. 4).

Nessa perspectiva de construção de uma política pública diferenciada, o Estado é considerado como subsidiador dessas ações, porém com outro sentido,

---

<sup>8</sup> Lino Castellani Filho participou da criação e implantação do projeto, dessa forma, optou-se por utilizar sua própria narrativa em alguns pontos do texto, para melhor entender a implantação do PELC.

<sup>9</sup> Termo utilizado por Castellani Filho (2007, p. 2) para identificar a proposta conceitual diferenciada do PELC, inspirado nas experiências administrativas de governos populares e democráticos.

gerando e respeitando o esporte recreativo, participativo e o esporte escolar em suas especificidades e, ao mesmo tempo, o esporte de rendimento, sendo possível manter canais de comunicação entre eles e oportunizando a construção de um sistema esportivo com relações isonômicas (CASTELLANI FILHO, 2007).

O PELC, em sua proposta, direciona ações e atividades que contemplam o esporte recreativo, entre outras atividades inseridas na concepção macro do lazer. O título “Programa Esporte e Lazer da Cidade” identifica as expressões esporte e lazer. Ora, o esporte não está inserido nas opções de lazer? As dimensões conceituais do lazer refletem o esporte como uma de suas possibilidades, reafirmadas quando se refletem os conteúdos culturais (DUMAZEDIER, 1999). As palavras “esporte e lazer”, utilizadas no nome do Programa da SNDEL do Ministério do Esporte, podem ser entendidas através da colocação de Castellani Filho (2007, p. 5), quando ele afirma que “ambas constituem-se em conceitos distintos, porém confluentes, na medida em que o primeiro (esporte), em sua dimensão recreativa, dissociada da busca do rendimento, encontrava no lazer a possibilidade concreta de expressão”. Para Melo (2004a, p. 83), o esporte é “uma das principais formas de lazer da população, tendo o potencial de alcançar os mais diversos públicos.”

Pode-se perceber que, no tempo e espaço de lazer, a manifestação cultural esportiva se apresenta para ser vivenciada e praticada por todos que a desejam. Na dimensão recreativa é que o esporte explicita seu potencial sociabilizador, com seu sentido lúdico, de festa e alegria, de apropriação crítica cultural, assim como é o lazer considerado um espaço em que as pessoas podem usufruir e criar cultura, podendo, portanto, ser considerado como uma das mais importantes formas de manifestação cultural.

Marcellino (2003, p. 40) considera “o lazer como possibilidade privilegiada, enfatizada, para a vivência de valores que embasem mudanças, ou abram perspectivas para mudanças de ordem moral e cultural necessárias para a implantação de uma nova ordem social.”

O lazer não se limita apenas ao esporte como dimensão sociocultural, mas sim como todas as outras possibilidades dos conteúdos culturais do lazer, que fazem parte da dinâmica e integração de uma proposta de política pública diferenciada e fora dos padrões tradicionais já existentes. A divisão dos conteúdos



do lazer<sup>10</sup> mostra que sua abrangência é extremamente ampla, inter e multidisciplinar.

Muitas vezes, o entendimento de lazer da população está associado, sobretudo, às atividades físicas e esportivas. Esta concepção é percebida, historicamente, pelas diferentes propostas de se levar o esporte como uma importante prática para as massas. O lazer, porém, é entendido em outras dimensões como habilidades manuais, da mente, da sensibilidade e da sociabilidade, que devem ser oferecidas e entendidas na dinâmica macro das possibilidades do lazer. Assim, para o sujeito, é ideal que ele conheça as atividades de lazer que satisfaçam os interesses e que, em seu “tempo disponível”, vivencie atividades que integrem todos os grupos de interesse, “[...] exercitando o corpo, a imaginação, o raciocínio, a habilidade manual e o relacionamento social, quando, onde, com quem e da maneira que quiser” (LOMBARDI, 2005, p. 24).

O PELC busca sintetizar todas as dimensões do lazer em sua construção sociocultural, com a intenção de reverter uma lógica das relações do lazer, em que prevalece na sociedade a proposta de lazer como tempo e espaço de entretenimento e de campo da indústria de consumo. Esse lazer percebido pela indústria não é acessível a todas as classes da sociedade, por conseguinte, não pode ser usufruído como direito.

O lazer como direito social foi a base das ações de implementação do PELC, que identifica como questão de Estado a busca de materialização desse direito social, “oferecendo respostas à necessidade social por política de lazer apoiada no projeto histórico de emancipação humana” (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 7).

Na dinâmica de inclusão e direito constitucional é que a criação do PELC direcionou ações para a autonomia e a pluralidade, sustentando, no acesso ao esporte e lazer, sua capacidade privilegiada de contribuir para a inclusão social. Porém, sozinho, estaria fadado ao fracasso, uma vez que a inclusão não se faz apenas com a prática esportiva ou de lazer. É necessário que a comunidade tenha respostas para as suas outras necessidades sociais.

A inclusão social é um dos pontos de ação do PELC, sendo assim, sua implantação e funcionamento são direcionados, sobretudo, para as camadas sociais

---

<sup>10</sup> Joffre Dumazedier (1976, p. 34) é um sociólogo francês que categorizou os conteúdos culturais do lazer identificados em cinco áreas de interesse: manuais, intelectuais, sociais, artísticos e físico-esportivos. Camargo (1986) acrescenta o conteúdo turístico do lazer.

menos favorecidas. Isso ocorre porque as camadas sociais mais empobrecidas não têm acesso às atividades da indústria de lazer.

O consumo de mercadorias e de entretenimento é marca da realidade capitalista em que se vive. O desejo de uma qualidade de vida, a partir dos padrões sociais forjados nas relações neoliberais e intensificados pela globalização, é uma busca constante dos homens e das mulheres. Padilha (2000) adverte que o tempo de lazer deve ser refletido para uma transformação social não muito radical, em que haja um crescimento considerável das indústrias de lazer, mas que também os gestores públicos sejam capazes de oferecer e organizar atividades e oportunidades de lazer para as diferentes classes sociais. A democratização do lazer é a busca constante para que ocorra a inclusão através dele.

Inclusão significa pertencer e participar, falar e ser ouvido, a inclusão social visa à participação e à possibilidade de usufruir dos bens socialmente produzidos e dos direitos básicos constitucionais. Para que o cidadão seja incluído, é necessário que não exista a exclusão social, considerada, muitas vezes, como sinônimo de pobreza. Schwartzman (2004, p. 85), sobre o assunto, assim se expressa: “O que encontramos por trás disso é a consideração de que qualquer pessoa socialmente integrada está também protegida contra a pobreza e a miséria”. Verifica-se que essa afirmativa não reflete a realidade do capitalismo e do poder vigente. Para que o sujeito possa realmente estar incluído em seus direitos, torna-se necessário uma transformação de pensamento da lógica de consumo, hoje extremamente forte e enraizada na sociedade. As políticas de esporte, lazer, cultura e educação são fontes para desenvolvimento humano. Segundo Rodrigues (2007), o PELC possui, em sua concepção, possibilidades de ampliar a oferta de atividades esportivas, recreativas e de lazer, combatendo todas as formas de discriminação, na busca da inclusão social e da qualidade de vida.

Assim, esse Programa se implantou sob os conceitos de criar

novas formas de lutas e resistência que permitam tanto frear os efeitos discriminatórios da dinâmica de injustiças e exclusão aberta pelo modelo de gestão macroeconômico enraizado em nosso país pelo avanço neoliberal, como contribuir para a formulação de políticas públicas e projetos sociopedagógicos verdadeiramente inclusivos que afirmem o lazer como direito social e pressupostos de

bem-estar e desenvolvimento humano (MASCARENHAS, 2007 , p. 18).

Além do aspecto da inclusão, o PELC propõe ações com relação à intergeracionalidade, um espaço de discussão e reflexão sobre conceitos, vivências e experiências de vida. A intergeracionalidade requer a construção e a troca de conhecimentos entre as diferentes gerações, não se limita às relações e à convivência. Percebe-se a necessidade de trocas de experiências, de aprendizagem, de convívio social entre pessoas de diferentes idades. Essas relações ocorrem no âmbito familiar, mesmo que sejam, algumas vezes, cercadas de conflitos: “A relação de respeito e convivência harmônica deve ser estimulada em todos os setores da sociedade, pois, até bem pouco tempo, não coabitavam em um mesmo espaço jovens e velhos que podem ter objetivos semelhantes” (ALVES JUNIOR, 2007, p. 42). Vale lembrar que estimular as diferentes gerações para que possam criar, organizar, dividir e se integrar social e culturalmente são propostas intergeracionais do PELC. Essas propostas são possíveis, agregando o trabalho intersetorial que fortalece a rede de proteção, integrando programas que atendem a diferentes faixas etárias.

O PELC propõe também iniciativas com efetivação da ação intersetorial, unindo educação, segurança, saúde, assistência, cultura, turismo, meio ambiente, entre outros setores. Considerada como um dos desafios do Programa e necessária para efetivação dos projetos sociais de acordo com as orientações do PELC a

proposta de intersetorialidade pretende oferecer direitos, através das ações envolvendo o orçamento participativo, permitindo dialogar com diferentes setores da sociedade civil e do poder público, seja municipal, estadual ou federal, gerando uma maior participação e integração dos agentes do programa e da comunidade (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2007, p. 4).

O trabalho intersetorial requer ações de integração do PELC com diferentes organizações, sejam elas comunitárias, ONG's, igrejas, escolas, Sociedade Pró Melhoramento de Bairros (SPM), entre outras, que permitam ampliar o nível de consciência dos conceitos do lazer e possibilitar o desenvolvimento da cogestão

comunitária. A participação popular e a construção da autonomia podem ser intensificadas com as ações intersetoriais que garantam ainda a otimização do uso dos equipamentos de lazer. A intersectorialidade não se reflete como ideias e crenças políticas e deve ser pensada como ações técnicas para um objetivo maior e comum: a comunidade. Assim, um novo pensar reflete uma nova ação.

A sociedade civil organizada faz a diferença no campo das políticas públicas, possibilitando aos cidadãos uma autonomia na dinâmica e no funcionamento dos programas em que elas se apresentam com diretrizes definidas.

O lazer permite, portanto superação de barreiras sociais, econômicas, de gênero, orientação sexual, racial, religiosa, intergeracional, integrando e diversificando as possibilidades dos diferentes interesses culturais. A pluralidade é característica do lazer, uma vez que este contempla diversos conteúdos culturais, seja na prática efetiva ou contemplativa.

Para o desenvolvimento do lazer crítico, é necessário educar para e pelo lazer, pois “gosta-se, em princípio, do que se conhece, rejeita-se, em princípio, o desconhecido, o difícil, o elaborado” (RODRIGUES; GUTTERRES, 1996, p. 6). Portanto, as pessoas se educam em qualquer espaço fora da escola, sendo assim, a cidade é um grande espaço para o lazer e deve ser entendida como tal. A articulação dos espaços e equipamentos a serem disponibilizados às comunidades para as práticas de atividades de lazer é também uma orientação do PELC.

A importância do esporte e do lazer enquanto política pública é recente. Até pouco tempo atrás, pensava-se que apenas gostar do esporte era suficiente para assumir cargos diretivos para desenvolver políticas públicas para a área. Com o passar do tempo, novas pesquisas surgidas foram modificando esse pensamento e, gradativamente, “passou-se a entender o esporte e o lazer como setores importantes para o desenvolvimento social e a necessidade de investir neste conhecimento” (RODRIGUES, 2007, p. 14). Importa ressaltar que o Governo Federal direciona, significativamente, ações nesse sentido. Para tanto, o Ministério do Esporte determina princípios que irão nortear o desenvolvimento dos programas do Governo, entre eles o PELC.

### 3.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

A Política Nacional de Esporte e Lazer foi desenvolvida a partir de princípios que irão nortear as ações governamentais na proposta de aplicação, implementação e sustentação dos Programas. São eles, no caso do PELC: da reversão do quadro atual de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social; do esporte e do lazer como direitos de cada um e dever do Estado; da universalização e inclusão social; da democratização da gestão e da participação.

Injustiças, exclusão e vulnerabilidades sociais são problemas que justificam as ações de políticas públicas de esporte e lazer, porém não se pode achar que apenas um programa dará conta de solucionar os problemas surgidos socialmente, mas propostas de políticas públicas que abarquem ações de modificação dos quadros de injustiça social vigente são fundamentais para auxiliar e possibilitar tais mudanças.

A partir do entendimento do quadro social em que o Brasil se encontra, sobretudo no que se refere às injustiças, exclusão e vulnerabilidade social, será possível entender a dinâmica de um programa com as características de inclusão como o PELC.

#### **3.3.1 Diretrizes para a implantação do PELC**

Para o desenvolvimento e implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, foram definidas diretrizes básicas que identificam o PELC como um programa com características particulares e diferenciadas. Essas diretrizes orientam suas ações com seu controle e avaliação. Para que o Programa seja implantado, faz-se necessário o encaminhamento de um pré-projeto e, caso seja aprovado, um projeto básico será enviado à SNDEL para análise. A implantação realiza-se após a aprovação do projeto básico que concorre em uma chamada pública e, posteriormente, pode-se solicitar sua renovação, que passa pelos mesmos trâmites do encaminhamento para implantação.

Neste trabalho, optou-se por não se diferenciar os projetos enquanto implantação ou renovação, uma vez que, no preenchimento do corpo do projeto básico, os caminhos percorridos para a aprovação, tanto para implantação quanto para renovação, são iguais. Porém, na prática, para que se obtenha a aprovação para renovação, é necessário que a prestação de contas seja aprovada pela SNDEL.

Vale lembrar, no que se refere ao orçamento, há uma diferença de encaminhamento de verba, que ocorre por dotação orçamentária ou por emenda parlamentar, em que os projetos passam por uma avaliação da equipe de consultores avaliadores e da equipe técnica da SNDEL, respectivamente. Para tanto, o Ministério do Esporte, por meio da SNDEL, desenvolve um conjunto de diretrizes a serem seguidas nas ações práticas do PELC que permitam a auto-organização comunitária, o trabalho coletivo, a intergeracionalidade, o fomento e a difusão da cultura, o respeito à diversidade e à intersetorialidade.

As diretrizes do Programa orientam quanto à sua forma de organização junto à comunidade: a auto-organização comunitária, que objetiva a intervenção através do esporte e do lazer, é influenciada pelos governos municipais inclusive com ações que possuem relação direta com o orçamento participativo; o trabalho coletivo integra todos com uma convivência que respeita a diversidade e as diferenças de interesses. A intergeracionalidade garante as práticas sem que ocorra a divisão de faixa etária, comuns em outros programas de esporte e de lazer e programas sociais com características mais tradicionais. Na relação de construção dos programas, as oficinas são organizadas por interesse e conhecimento, possibilitando, assim, experiências entre as diferentes gerações. Os trabalhos, dessa forma, tornam-se mais recreativos, oportunizando ao cidadão o prazer e a diversão – foco de busca das atividades de lazer. Melo, M. P. (2007e, p.31) informa que “o prazer é sempre buscado nas atividades de lazer”.

O desenvolvimento e a difusão da cultura local é outra diretriz a ser seguida. A cultura é entendida em suas diversas linguagens e possibilidades, não se restringindo, portanto, a um modelo normalmente moldado culturalmente. No mundo globalizado, as identidades culturais vêm sofrendo transformações e influências dessa nova dinâmica social. Importa ressaltar, permitir que as diferentes culturas possam co-existir dentro desta forte influência gerada principalmente pela mídia é um desafio a ser vencido pelas ações do PELC.

O respeito à diversidade é considerado como uma proposta extremamente difícil de manter. Reconhecer as diferenças sociais e culturais, possibilitando encontros em um mundo globalizado, onde, muitas vezes, a cultura se perde pelo poder mais forte da influência da mídia, é, no mínimo, complexo. As diretrizes orientam as ações para o funcionamento do Programa, mas não garantem que essas ações e mudanças ocorrerão. Verifica-se que um programa de política pública, como a proposta pelo PELC, quando implementado nas diferentes comunidades, possibilita reflexões de modificações. Mas um cuidado especial deverá ser observado em todo o seu processo, uma vez que, para a maioria das comunidades atendidas por esse Programa, o lazer ainda não se constitui em um direito. Deve-se observar como as relações de políticas públicas de esporte e de lazer, tal como estas, são percebidas pela comunidade. Algumas ainda entendem essas ações como um favor encaminhado para a comunidade pelo poder público. Portanto, direcionar ações com um grupo de profissionais que interajam na comunidade, percebendo suas necessidades, desejos e anseios, é, na verdade, outro desafio a ser vencido.

### **3.3.2 Formação dos agentes e responsáveis pelo PELC**

A formação permanente como proposta de continuidade e a potencialização do investimento financeiro e humano são fundamentais para o desenvolvimento do PELC. Trata-se de um Programa que funciona com treinamentos e orientações sistematizadas, ocorrendo em períodos pré-determinados e com uma equipe de formadores da SNDEL. A proposta de formação e acompanhamento é “desenvolvida em três módulos: ‘Módulo Introdutório’, ‘Módulo de Aprofundamento’ e ‘Módulo de Avaliação’” (LAZZAROTTI FILHO, 2007, p. 106). No decorrer da formação, os profissionais responsáveis que desenvolvem o trabalho nos diferentes núcleos de todo o Brasil trabalham com valores como postura crítica e comprometimento, privilegiando não só a produção e a autoestima individual, mas também e, principalmente, a coletividade, re-significando os valores e os sentidos que atribuem à sua ação política, no desenvolvimento das políticas sociais, no campo do esporte,

da recreação e do lazer.<sup>11</sup> Existe uma discussão permanente para a construção coletiva, por meio de estudos e aquisição de novos conhecimentos, reflexões de diferentes conteúdos, além do respeito à diversidade cultural. Esses três pontos de discussão interferem na decisão coletiva e determina aspectos da inclusão e intergeracionalidade. O lazer e o esporte podem ser facilitadores do processo de inclusão, podendo, ainda, serem considerados espaços para a participação cultural em que as pessoas podem usufruir e criar cultura, sendo assim considerados como uma das formas de manifestação cultural. Essa participação cultural permite a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade. O lazer deve ser também orientado para um novo entendimento que rompa com os modismos sociais vigentes e impostos pela mídia. Portanto, de um lado, agregar conhecimento, permitir a participação e acreditar no potencial aglutinador e transformador do lazer é fundamental para que essas ações sejam possíveis. De outro, é importante perceber que as características de consumo do mundo capitalista, muitas vezes, reduzem as possibilidades de compreensão do lazer com uma proposta diferenciada. Muitos realizam as atividades propostas para seu tempo disponível por realizar ou para gerar novas forças de trabalho, caracterizando, dessa forma, o lazer funcionalista. O PELC propõe ações diferenciadas, mas será que realmente, na prática de suas ações, é possível romper com os modismos sociais vigentes? Esta questão abre novo campo de discussão que não é o propósito deste trabalho, mas extremamente importante para outros estudos sobre o Programa.

Como afirma Rodrigues (2003), o lazer pode ser apenas um produto comum ou pode ser um elemento revolucionário. Agrega e reúne pessoas, estimulando o convívio social, buscando, ainda, novas identidades. Para tanto, é necessário haver organização das propostas com objetivos bem delineados que permitam organizar, de forma efetiva, a estrutura de funcionamento do Programa.

---

<sup>11</sup> Análise realizada na reunião dos gestores e agentes do PELC, ocorrida em Brasília, em novembro de 2007.



### 3.3.3 Objetivos do conjunto de ações do PELC

O PELC estabelece um conjunto de ações que possuem objetivos bem definidos para sua implantação e organização. Esses objetivos, sintetizados no Quadro 1, direcionam alguns pontos confluentes com o embasamento teórico moldado para o Programa.

QUADRO 1

<b>Objetivos para o conjunto de ações do PELC</b>
Democratizar o acesso a políticas públicas de esporte e lazer. Reconhecer e tratar o esporte e o lazer como direito social. Articular ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos. Difundir a cultura do lazer. Promover formação permanente aos agentes sociais de esporte e lazer. Fomentar e implementar instrumentos e mecanismos de controle social. Avaliar institucional e processualmente as políticas públicas de esporte e lazer. Re-significar os espaços esportivos e de lazer que atendam às características das políticas sociais de esporte e lazer. Respeitar a identidade esportiva e cultural local/regional. Orientar a estruturação e condução de políticas públicas de esporte e lazer nos poderes públicos municipais e estaduais.

Fonte: Elaborado pela autora através das informações obtidas no Manual de Orientação do PELC – 2004.

Os objetivos determinam o que o Programa pretende realizar, dessa forma, faz-se necessário compreender cada item relacionado. Evidencia-se que democratizar o acesso a políticas públicas de esporte e de lazer significa ter a preocupação em oferecer uma política pública de qualidade e que contemple a todos os cidadãos. É claro que objetivos traçados direcionam, mas não garantem a prática efetiva. Para reconhecer e tratar o esporte e o lazer como direito social, tal como reza a Constituição Brasileira, o PELC propõe fortalecer o entendimento e a compreensão do esporte e do lazer enquanto direito social. As possibilidades de articular ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de esporte e lazer, de forma a privilegiar a unidade conceitual do Programa, refletem as ações participativas e intergeracionais.

A cultura do lazer deve ser difundida através do fomento a eventos de lazer construídos e realizados de forma participativa com a comunidade. Este objetivo requer um sentimento de grupo e comunitário que direciona as relações de que o

cidadão deve pertencer àquela comunidade. Os agentes sociais têm papel preponderante na difusão e enriquecimento da cultura do lazer.

As atividades do PELC são orientadas por esses agentes sociais, sejam eles com formação acadêmica ou não (professores, estudantes, educadores sociais/comunitários, gestores e demais profissionais de áreas afins envolvidos no Programa). A formação permanente desses agentes sociais de esporte e lazer é uma preocupação contínua para que as ações ocorram dentro das diretrizes do Programa.

O controle social requer mecanismos de aplicação metodológica de avaliação institucional processual às políticas públicas de esporte e de lazer; a avaliação constante reflete o desejo de ajustes e de melhorar a qualidade de atendimento, sendo, portanto, fundamental em programas de cunho social.

Outros objetivos do Programa são os seguintes: fomentar a re-significação de espaços esportivos e de lazer que atendam às características das políticas sociais de esporte e de lazer implementadas e que respeitem a identidade esportiva e cultural local/regional; orientar a estruturação e condução das políticas públicas de esporte e de lazer nos poderes públicos municipais e estaduais.

As políticas públicas com foco no lazer, por vezes, são construídas nos municípios como apenas grandes eventos e não se constituem em política efetiva de garantia de direitos. Percebe-se, nos municípios e estados, uma falta de compreensão do conceito de lazer e como este pode ser desenvolvido. Apesar de algumas dificuldades de entendimento, é o próprio poder público que, com iniciativas diferenciadas e em parceria com a sociedade civil organizada, vem desenvolvendo a construção e a implementação de políticas setoriais de esporte e lazer (RODRIGUES, 2003).

O PELC foi desenvolvido como uma proposta diferente, menos tradicional e mais contemporânea, gerando possibilidades de ações que envolvam a comunidade em todas as suas dimensões sociais. Dessa forma, requer análise sobre sua forma de atuação e perspectiva concreta de efetivar-se. Assim, pode-se colaborar para a avaliação do impacto e das ações do Programa na perspectiva de qualificá-lo.

## CAPÍTULO IV

### ASPECTOS METODOLÓGICOS

“A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso;  
a palavra foi feita para dizer.”  
(Graciliano Ramos)



O capítulo que ora se inicia pretende esclarecer os percursos metodológicos da pesquisa para que esta pudesse ocorrer e caminhar com maior clareza. Apresentam-se, a seguir, os procedimentos e modelos metodológicos do estudo, as características dos documentos analisados, os instrumentos decididos e utilizados para a coleta de dados e, posteriormente, a análise destes.

A tomada de decisão do pesquisador em relação à abordagem metodológica a ser utilizada para o desenvolvimento do trabalho é foco de discussão e está diretamente relacionada com a característica da pesquisa. De acordo com Santos (2006, p. 17), “pesquisar é o exercício intencional da pura atividade intelectual”, o que permite ao pesquisador tomar decisões e adotar critérios para realizar a seleção das fontes de dados e decidir a forma como ocorrerá a generalização dos conhecimentos obtidos.

Dessa forma, o pesquisador deve expor e validar os meios e as técnicas adotadas, resultado do esforço individual e coletivo para dar significado à realidade a partir de um conjunto metodologicamente organizado de soluções de problemas já levantados, demonstrando, cientificamente, os dados colhidos e o conhecimento produzido (CHIZZOTTI, 2008; SANTOS, 2006). Partindo dessa percepção, decidiu-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, que direciona caminhos possíveis para que os objetivos propostos sejam alcançados. Abrigando correntes de pesquisa diferentes, a abordagem qualitativa “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 2008, p. 79).

Caminhos foram percorridos até que se definisse a metodologia deste trabalho, portanto, optou-se pela Análise de Conteúdo, que possibilita as relações qualitativas, não descartando as possibilidades de coletas quantitativas.

#### 4.1 MODELO DE ESTUDO

A Análise de Conteúdo é aqui entendida como a possibilidade de refletir e descobrir, por meio da palavra, aspectos individual e actual (acto) da linguagem, as significâncias (conteúdo), a sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas (índices formais e análise de co-ocorrência), um conjunto de técnicas de análise das comunicações (BARDIN, 1977). Como método de tratamento e análise de informações colhidas em documentos, a técnica se aplica a textos descritos ou a qualquer comunicação, seja oral, visual, gestual, reduzida a um documento (CHIZZOTTI, 2008)

Assim, a partir da utilização da técnica da Análise do Conteúdo, procedeu-se ao estudo dos projetos das cidades de Minas Gerais, aprovados para implantação ou renovação em 2007, tendo como objetivo da pesquisa analisar os projetos básicos enviados pelos responsáveis pelos núcleos do PELC nos pleitos de adesão ao Programa, no ano de 2007. Estes são documentos cujas seções preenchidas revelam suas compreensões sobre o campo do Lazer. A análise documental fornecida pela SNDEL<sup>12</sup> permite compreender a dinâmica dos projetos contemplados, vinculando as ações dos gestores, coordenadores e agentes.

As comunicações são possíveis de diferentes maneiras e são cheias de sentidos e significados. A interpretação desses sentidos é objetivo da Análise de Conteúdo, percebendo os significados explícitos ou não. Os textos e os documentos analisados permitem questionamento como: o que se fala? Como se fala? Para quem se fala? O que se percebe descrito nos diferentes contextos. A partir dos questionamentos e da interlocução pesquisador e fonte de análise, é possível construir a pesquisa de acordo com as características da abordagem qualitativa, a qual identifica que todos os fenômenos são importantes.

---

<sup>12</sup> Agradeço o apoio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer.

Portanto, a Análise de Conteúdo foi o método escolhido para perceber e analisar os documentos, os projetos básicos, interpretando os diferentes textos e seus contextos. Pretendeu-se, por intermédio dos documentos e textos construídos após a análise, e, com esta intencionalidade, verificar a questão problematizadora desta pesquisa: “Como os responsáveis pela elaboração dos projetos básicos encaminhados à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, na chamada pública do ano de 2007, percebem o lazer?”

## 4.2 CAMINHOS PERCORRIDOS

Na primeira fase da pesquisa, realizou-se uma leitura preliminar de um total de 109 pré-projetos cadastrados para Minas Gerais e encaminhados para análise no ano de 2007, sendo que, desses, 64 foram aprovados na segunda etapa, e solicitado o encaminhamento dos projetos básicos para nova análise. Após análise dos projetos pela SDNEL, 44 foram aprovados para a etapa final. O resultado final identifica 30 projetos aprovados<sup>13</sup> e 14 reprovados.

Intencionalmente, optou-se por analisar os 30 projetos básicos cadastrados<sup>14</sup> e aprovados em 2007. Na listagem dos projetos básicos aprovados, não constava um projeto que, mesmo aparecendo na listagem por regiões, disponibilizada pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do ME, não aparecia na lista de identificação da chamada pública. Assim, ao todo, foram 31 projetos para análise.

Os 31 projetos contemplavam tanto projetos para o Núcleo Esporte e Lazer da Cidade quanto projetos para o Vida Saudável. O Programa Esporte e Lazer da Cidade é um programa da SNDEL que direciona ações para o esporte e o lazer sem restrições de faixas etárias e com diretrizes e objetivos determinados, como já visto no capítulo III deste trabalho. O “Vida Saudável” é outra ação do PELC dentro da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer que encaminha

---

<sup>13</sup> Aqui entendidos como aprovados todos os projetos sem diferenciá-los em aprovados para renovação e aprovados para implantação.

<sup>14</sup> Para melhor esclarecimento, verificou-se que o Ministério do Esporte, através da SNDEL, identifica algumas divisões e metodologia de análise, são elas: projetos básicos analisados, projetos básicos aprovados, projetos básicos não analisados e projetos reprovados.

ações específicas para uma população a partir de 45 anos, portanto, constitui-se de ações diferenciadas.

Após leitura preliminar, verificou-se que, dos 31 projetos básicos aprovados, 5 eram do Vida Saudável, dessa forma, depois de algumas pesquisas e contatos para esclarecimentos, foram eliminados da análise os projetos vinculados, tal como Vida Saudável, e foi confirmada a inclusão de outro projeto que, embora aparecesse de forma divergente nas listas, foi aprovado. Desse modo, a pesquisa passou a ser realizada com 26 projetos de Núcleos Esporte e Lazer da Cidade.

Os 26 projetos, que constituíram o *corpus* deste estudo, foram identificados com números para garantir o sigilo ético para análise. Os projetos são citados no corpo do trabalho através desses números definidos aleatoriamente, tomando o cuidado de não respeitar a ordem identificada na lista encaminhada pela SNDEL. Assim, os projetos foram numerados de 1 a 26. As análises partiram da documentação disponibilizada: projetos básicos.

A Política Nacional de Esporte e o PELC estabelecem princípios e diretrizes de suas ações, caracterizando o que deve nortear as ações de esporte e de lazer sob a ótica de pensamentos do governo vigente. Partindo-se desses princípios, as categorias de análise foram definidas (Quadro 2), pois são diretrizes que orientam a elaboração dos projetos básicos.

QUADRO 2

<b>Categorias de análise</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
1. Esporte e Lazer como Direitos Sociais (ELDS)	Desenvolvimento Humano (DH)
	Oportunidade a Diferentes Atividades (ODA)
	Melhoria da Qualidade de Vida (MQV)
2. Universalização e Inclusão Social (UIS)	Cidadania e Direito Social (CDS)
	Inclusão Social (IS)
	Utilização de Espaço Público (UEP)
	Vulnerabilidade Social (VS)
3. Gestão Democrática e Participativa (GDP)	–
4. Intergeneracionalidade (IG)	–
5. Intersetorialidade (IntS)	–
6. Fomento e Difusão da Cultura Local (DC)	–

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental do Projeto Básico do PELC – dezembro de 2007 e janeiro de 2008.

Após alguma reflexão verificou-se que a análise documental não traria todos os subsídios necessários para atingir o objetivo da pesquisa. Levantando alguns pontos sobre os projetos e, principalmente, seu entendimento no campo do lazer, percebeu-se que apenas os documentos não responderiam às dúvidas levantadas e, portanto, poder-se-ia amarrar a pesquisa e esta se tornaria insuficiente e direcionada, o que, dentro da cientificidade, não é possível permitir.

Decidiu-se por incluir, na pesquisa, posicionamentos de um grupo representativo de pessoas que tivessem participado da elaboração dos projetos ou que estivessem ligadas diretamente à proposta do PELC enquanto gestor ou coordenador do Programa. A elaboração de uma entrevista e de um questionário foi necessária para que os responsáveis pelos projetos aprovados, gestores ou coordenadores, pudessem manifestar seu entendimento sobre esporte e lazer e ainda refletirem sobre pontos fundamentais para o entendimento do PELC, como intersectorialidade, parceria, intergeracionalidade, entre outros.

Assim, a pesquisa caminhou sob dois aspectos: análise documental dos projetos básicos aprovados e análise das entrevistas respondidas por uma representatividade dos responsáveis pelos projetos.

#### 4.3 INSTRUMENTO E AMOSTRA

Importa ressaltar que, para a pesquisa, foram utilizados os corpos textuais dos 26 projetos básicos, não havendo diferença para projetos aprovados para implantação e aprovados para renovação. A análise documental iniciada e construída a partir dos textos disponibilizados foi realizada com leituras e releituras para que as categorias de análise fossem determinadas e, posteriormente, definidas.

Um roteiro de entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas, foi utilizado com o objetivo de compreender e coletar dados e informações sobre o PELC, bem como o pensamento do entrevistado no que se refere a seu entendimento sobre o esporte e o lazer, além de suas compreensões sobre o próprio Programa.

O instrumento foi preparado anteriormente e uma visita foi realizada a uma das cidades onde o Programa funciona desde 2005 com emenda parlamentar<sup>15</sup> e, a partir do ano de 2008, funcionou com dotação orçamentária aprovado no pleito de 2007. Na visita, foi realizada uma entrevista preliminar com a coordenadora responsável. Desse modo, foi possível adequar as questões para que fossem encaminhadas a outros responsáveis dos projetos básicos aprovados.

A entrevista elaborada passou por análise de 3 juízes, doutores *experts*, a fim de que fosse adequada e validada para a pesquisa (anexo A). Uma representatividade de 30% dos gestores e coordenadores do PELC participou da análise através das entrevistas.

O questionário foi encaminhado, via *e-mail*, para todos os responsáveis dos projetos básicos aprovados, contudo, apenas 15,4% retornaram com respostas. Sendo assim, foram descartadas as informações dos questionários, pois foram consideradas pouco expressivas como representatividade, então o trabalho foi direcionado utilizando-se apenas às entrevistas realizadas.

#### 4.4 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

No final do ano de 2007 e início de 2008, todos os projetos foram listados, catalogados e separados para que as informações ali contidas pudessem responder às questões da pesquisa. A pesquisa qualitativa não descarta a coleta quantitativa de dados, e a Análise de Conteúdo mostra que “para um maior rigor os resultados devem ser submetidos a provas estatísticas, assim como a testes de validação” (BARDIN, 1977, p. 101).

A coleta de dados reflete a construção do conhecimento influenciada pelas informações colhidas para a pesquisa. A Análise de Conteúdo indica que a categorização, que se caracteriza pela passagem dos dados brutos para dados organizados, permite conhecer índices invisíveis nos dados brutos. Isso requer uma leitura flutuante dos textos para, posteriormente, aprofundar-se na leitura deles.

---

<sup>15</sup> Na aprovação por emenda parlamentar, o projeto passa por avaliação da equipe técnica da SNDEL. Ele, automaticamente, recebe a verba para seu funcionamento. Sendo assim, permite realizar uma análise diferenciada e extremamente rica no que se refere ao corpo conceitual e de justificativa do projeto.



Evidencia-se que classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros, assim, utilizou-se de análise estatística descritiva para permitir os agrupamentos e a compreensão dos sentidos e significados dos projetos analisados.

## CAPÍTULO V

### PESQUISA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Há muitas razões para duvidar e uma só para crer.”  
Carlos Drummond de Andrade



O segundo momento da pesquisa iniciou-se a partir da percepção e análise dos projetos aprovados em 2007. As análises partiram da documentação disponibilizada: projetos básicos. Assim, para melhor compreensão do objeto de estudo, foi traçado o perfil dos projetos analisados e os pontos relevantes para a realização do trabalho.

#### 5.1 COMPREENDENDO OS PROJETOS

Os projetos possuem características importantes no que se refere ao encaminhamento de verba para implantação e são aprovados por emenda parlamentar e por dotação orçamentária. Os pleitos passam pelo crivo da equipe de análise da SNDEL. No último caso, dotação orçamentária, os projetos são encaminhados e avaliados pelos consultores avaliadores da SNDEL, onde são selecionados dentro de um critério de análise identificado no item 3.3.1 deste trabalho.

Essa diferença de encaminhamento ofereceu subsídios marcantes para a pesquisa e, a partir desta reflexão, outras questões foram levantadas, assim, novas hipóteses foram traçadas para a pesquisa. Para se compreenderem os projetos, verifica-se que o corpo e a estrutura do projeto (anexo B) são divididos nos seguintes itens de informações:

- Informação do tipo de núcleo: esclarece quanto à definição de Núcleo de Vida Saudável que atende pessoas acima de 45 anos; ou Núcleo Esporte e Lazer

da Cidade, que atende crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, PNE, sendo este o objeto do estudo.

- Origem do recurso: Emenda parlamentar e dotação orçamentária do Ministério do Esporte.
- Identificação da Entidade, Coordenador do Projeto e Entidade de controle social: estes itens determinam informações de contatos com os responsáveis pela elaboração e coordenação do projeto.
- Comunidade atendida por outro Projeto Social: neste item, identifica-se se a proponente já possui atendimento com projetos sociais, por exemplo, bolsa-escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), entre outros.
- Quadro resumo do Pleito: identifica os valores solicitados pelas instituições que solicitam o Programa e de sua contrapartida.
- Cidades cadastradas: este item é importante para se identificar quantos projetos existem em caráter de consórcio, que atendem a uma microrregião com um número maior de cidades e, possivelmente, de usuários; e quantos atendem a apenas um município. Pode-se verificar também, através desse item, quais regiões de Minas Gerais foram contempladas com o Programa.
- Entidades Parceiras: aqui se percebem dados quanto à intersetorialidade do Programa nas diferentes cidades contempladas.
- Metas: este item fornece dados de atendimento quantitativamente, oferecendo, sobretudo, informações quanto à intergeracionalidade.
- Atividades: aqui são informados o funcionamento dos núcleos e quais atividades são oferecidas a partir dos Conteúdos Culturais do Lazer<sup>16</sup>, o que levou a pesquisadora a uma compreensão de como os gestores e agentes responsáveis pela confecção dos projetos entendiam a diversidade cultural do lazer.
- Eventos de Esporte e Lazer: este item fornece dados também sobre a compreensão dos conteúdos culturais do lazer e ainda sobre a intersetorialidade do Programa.
- Formação Continuada: é uma exigência do Programa que a formação dos agentes atuantes nos programas ocorra, para que, dessa forma, o lazer e o

---

<sup>16</sup> Conteúdos Culturais do Lazer identificados por Jofre Dumazedier e descrito no item 2.3.1 deste trabalho.

esporte recreativo sejam compreendidos com conceitos melhor definidos e dentro de uma dimensão ampla e amarrada conceitualmente.

- Parcerias: reflete a relação intersetorial proposta pelo Programa.
- Divulgação e Inscrição: este item determina, especificamente, o funcionamento do Programa quanto à inserção dos usuários e à divulgação deste na comunidade.
- Núcleos: determina, quantitativamente, quantos núcleos serão criados, sua distribuição na cidade e estimativa de atendimento.
- Quadro Geral das Ações: determina em valores financeiros as ações e o quantitativo para cada uma delas.
- O item 10 do projeto é denominado Projeto Pintando a Liberdade, o qual determina os materiais a serem encaminhados por esse Programa aos núcleos das cidades contempladas.
- Detalhamento das ações: neste item, determinam-se todos os gastos orçamentários do Programa, tais como recursos humanos, aquisição de material de consumo, aquisição de material permanente, formação, eventos, suporte logístico. Todos esses custos aparecem no item final que identifica o Quadro Geral dos Custos.

Os itens relacionados apresentam informações relevantes para que haja compreensão da dinâmica de preenchimento do projeto e aprovação deste para funcionamento. Porém, alguns itens são pontos fundamentais para a análise da pesquisa e serão identificados no corpo deste trabalho.

Nos 26 projetos analisados, identificou-se que todos eles são aprovados por dotação orçamentária, mostrando que estes passaram por uma comissão de avaliação, o que permite afirmar que os itens de análise definidos pela SNDEL foram seguidos como ponto fundamental para sua aprovação.

Embora todos tenham passado pela avaliação, dois desses projetos aprovados, que aguardavam verba para funcionamento, conseguiram o recurso através de emenda parlamentar. O projeto 19 surge na lista geral encaminhada pela SNDEL como emenda parlamentar e, no corpo do projeto, aparece como dotação orçamentária. Em contato com o gestor responsável por esse projeto, verificou-se que ele se enquadra, na verdade, como dotação orçamentária. Em uma análise

preliminar, pode-se afirmar que há um grande desejo de que o Programa aconteça nas cidades em questão.

Verificam-se, ainda, algumas particularidades dos projetos no que se refere aos projetos aprovados para renovação<sup>17</sup> e os projetos aprovados para implantação. Assim, no Gráfico 1, pode-se identificar um total de 27% dos projetos aprovados para renovação e 73% dos projetos aprovados para implantação:

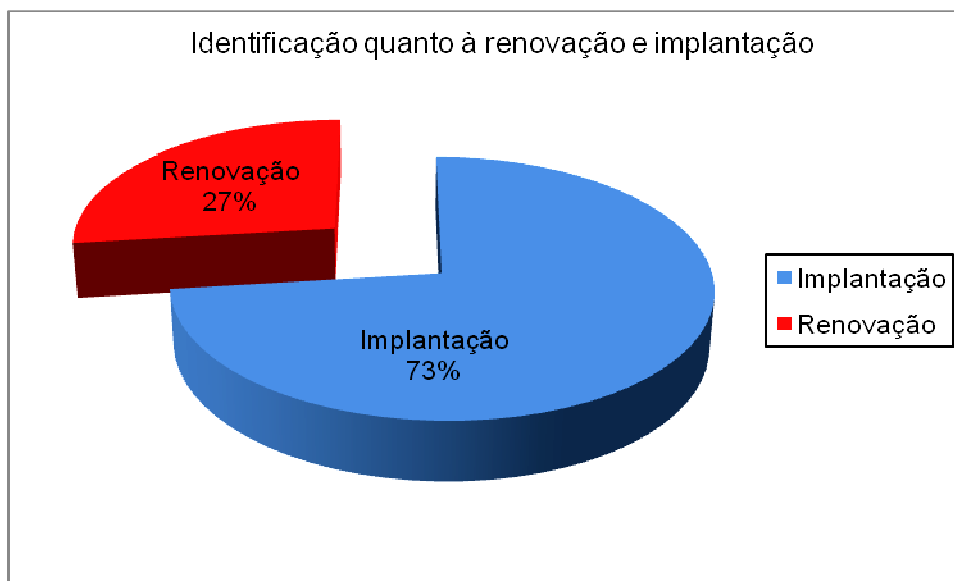


Gráfico 1- Identificação quanto à renovação e implantação.

Percebe-se, no Gráfico 2, que, dos 26 projetos analisados, 46% foram propostos por prefeituras municipais, e 54% dos outros projetos propostos por: Organizações Não-Governamentais (ONGs) (15%), clubes e ligas (8%), associações (12%), institutos (15%) e universidades (4%), o que denota a diversidade dos proponentes, embora quase metade deles sejam propostas de prefeituras. O terceiro setor surge com grande participação no encaminhamento de propostas de projetos, o que caracteriza a influência deste no quadro social que se verifica atualmente.

---

<sup>17</sup> Embora se tenha afirmado anteriormente que não se faria distinção entre projetos aprovados para implantação ou renovação, neste momento da pesquisa apresentam-se os projetos, e, portanto, este dado passa a ser apenas informativo e não objeto de análise.

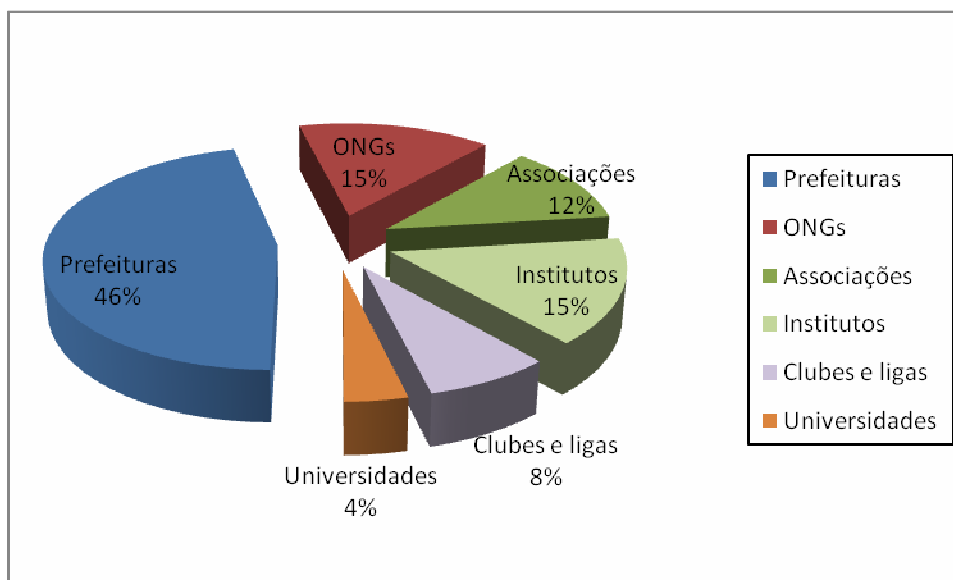


Gráfico 2 – Distribuição quanto aos diferentes proponentes.

Pode-se afirmar que outra característica importante é quanto à abrangência dos diferentes projetos aprovados. Conforme a Tabela 1, a seguir, os projetos consorciados são aqueles que atendem a um número maior de municípios, e os não-consorciados atendem a apenas um município:

Tabela 1 – Distribuição dos projetos segundo a forma de associação dos municípios

Consórcio	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Municípios Isolados	17	65,4	65,4
Consórcios	9	34,6	100
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental, dezembro 2007 e janeiro 2008.

Verifica-se, por meio da Tabela 1, que um total de 34,6% dos projetos são em forma de consórcio, o que permite o atendimento a mais de uma cidade. O atendimento é realizado para um maior número de municípios como identificado no documento de orientação para o PELC<sup>18</sup> – item operacionalização – que determina a forma consorciada para municípios de até 20 mil habitantes. Dos nove projetos em caráter consorciado, três localizam-se na região do Rio Doce (Vale do Aço), um na região do Rio Doce e Central, um na região Norte de Minas, um na Região Central e da Zona da Mata, dois na região Central e um na região da Zona da Mata. Os outros

<sup>18</sup> Fonte: Disponível no site do Ministério do Esporte: <[http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte\\_lazer/](http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/)>. Acesso em: 14 dez. 2008.

17 projetos perfazem um total de 65,4% e localizam-se nas seguintes regiões: quatro na região central, três no Norte de Minas, três na região da Zona da Mata, dois na região do Alto Paranaíba, dois no Triângulo, um no Sul de Minas, um na região Centro-Oeste de Minas e um na região do Rio Doce.

Percebe-se que diferentes regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais foram contempladas com a aprovação do Programa, como identificado na Figura 1, a seguir:

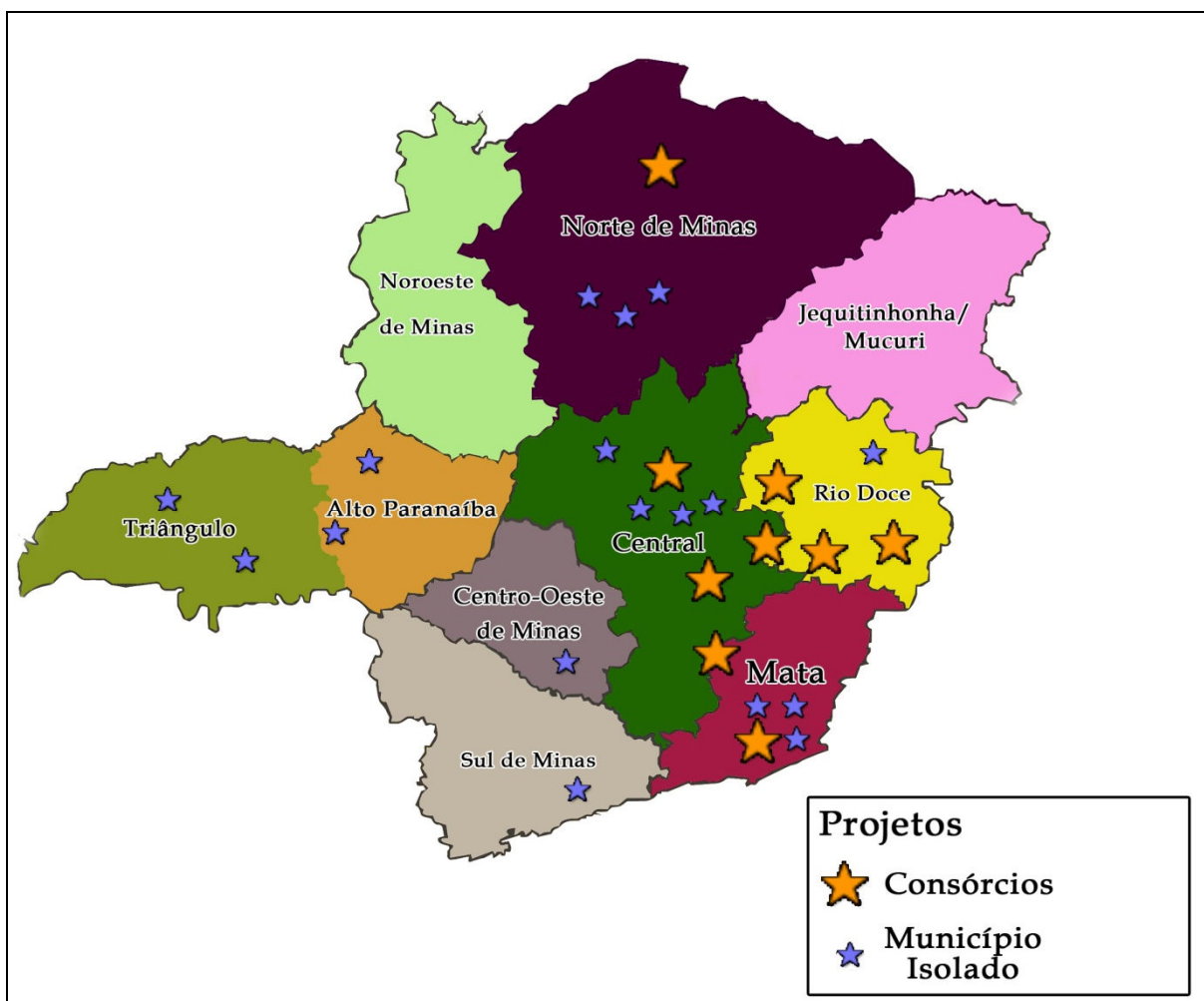


Figura 1 – Mapa do Estado de Minas Gerais complementado pela autora.

Fonte: Disponível em: <[http://licht.io.inf.br/mg\\_mapas/mapa/cgi/iga\\_comeco1024.htm](http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/iga_comeco1024.htm)>. Acesso em: 8 jan. 2009.

Verifica-se que existem projetos nas diferentes regiões e que estes não estão distribuídos em todas elas. A região do Jequitinhonha/Mucuri não possui nenhum programa em funcionamento, sendo uma região com baixo índice de desenvolvimento humano e que merece atenção. Embora este não seja o foco desta

pesquisa, acredita-se que, a partir da análise dos projetos, será possível entender melhor a distribuição apresentada neste estudo.

O Gráfico 3 demonstra a relação entre o número de municípios isolados<sup>19</sup> e o total de núcleos para cada um deles. Em 50% dos projetos, são contemplados de 2 a 10 núcleos por município. Este número de núcleos por projetos/município indica uma maior possibilidade de atendimento, uma vez que oferecem pólos diferentes nas cidades onde os projetos foram aprovados.

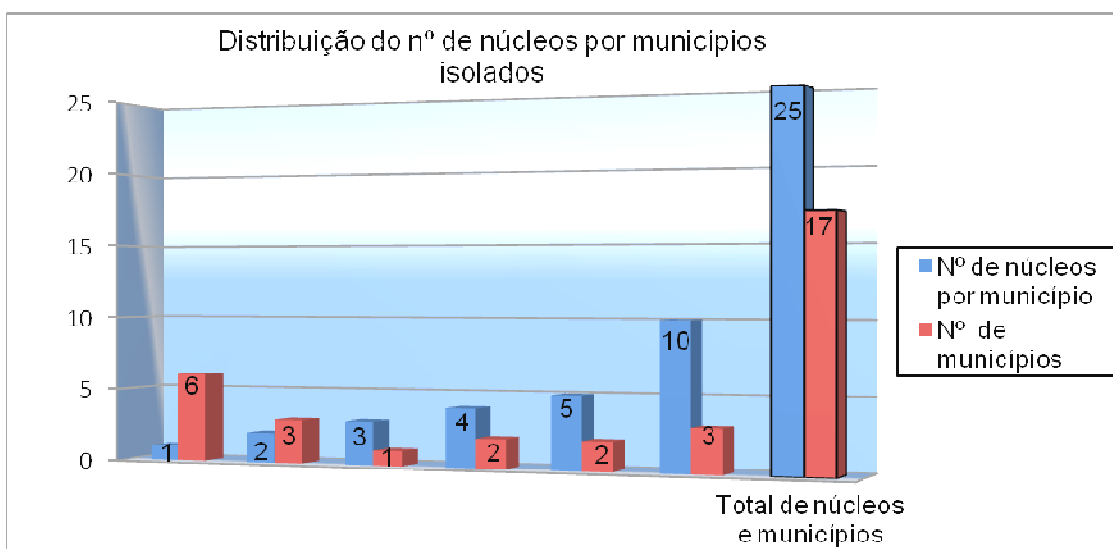


Gráfico 3 – Distribuição do número de núcleos por municípios isolados.

Verifica-se, no Gráfico 3, que, em 6 municípios, é proposto um núcleo em cada um deles; em três municípios, são identificados dois núcleos; em um município, foram sugeridos três núcleos; em dois municípios, são quatro núcleos; em outros dois municípios, são propostos cinco núcleos por município; em três municípios, foram propostos dez núcleos em cada município, gerando uma maior possibilidade de atendimento e seguindo as orientações do Programa no sentido de abrir um maior número de núcleos para municípios com uma maior população. Nos municípios isolados, a média de núcleos por município é de 3,71 núcleos, variando de 1 a 10 núcleos para esses municípios.

O Gráfico 4 demonstra a relação entre o número de municípios consorciados em cada projeto e o total de núcleos por projeto. O total de núcleos para esses projetos varia de 2 a 17 por projeto. Embora os consórcios atendam a um número

<sup>19</sup> Aqui se entende por isolados os municípios que apresentaram os projetos individualmente, ou seja, um único município apresenta o projeto.



maior de municípios, é interessante notar que os projetos consorciados contemplam, em média, um núcleo por cidade, confirmando as orientações do PELC.

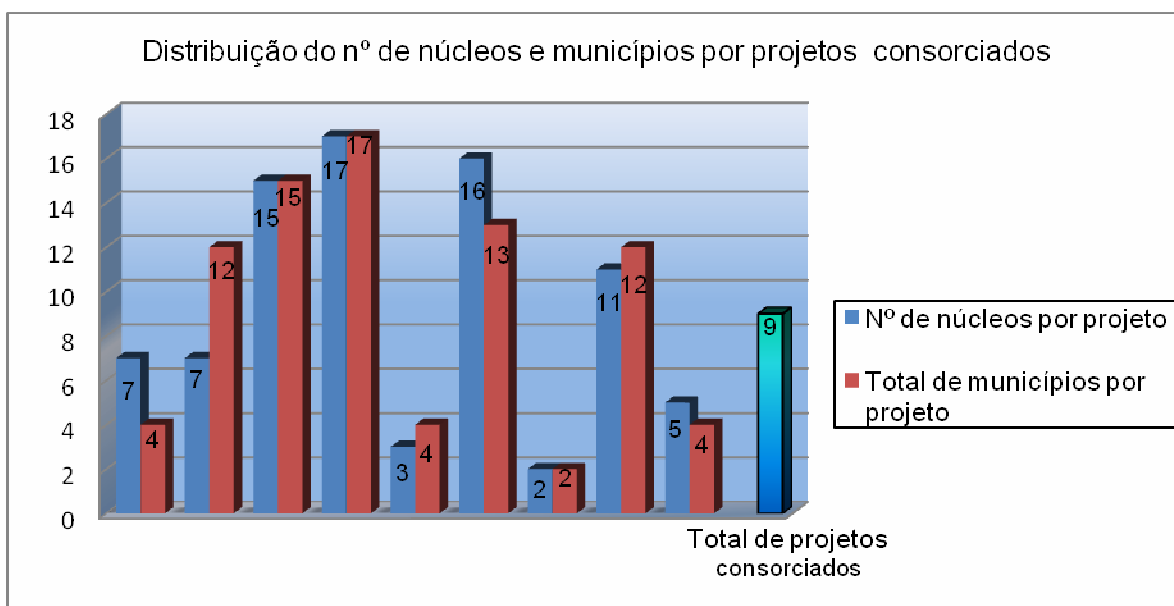


Gráfico 4 - Distribuição do número de núcleos por municípios consorciados.

As variações percebidas indicam as possibilidades de atendimento e a Tabela 2, a seguir, esclarece quanto à população beneficiada (descrita em intervalos de 5 mil a mais beneficiados):

Tabela 2 – Distribuição dos projetos segundo a população beneficiada

População beneficiada	Frequência	Percentual	Valid. Percentual	Percentual cumulativo
até 5 mil	7	26,9	26,9	26,9
>5 mil até 20 mil	9	34,6	34,6	61,5
>20 mil até 30 mil	4	15,4	15,4	76,9
>30 mil até 64 mil	6	23,1	23,1	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Pelos dados expostos, observa-se que, na população beneficiada compreendida entre 0 até 20 mil, encontra-se 61,5% do total de atendidos e de 30 mil até 64 mil, 23,1% da população beneficiada. É importante esclarecer que, nos diferentes projetos, a população beneficiada é aquela atendida em todos os núcleos do projeto e ainda contemplada em diferentes eventos. Crianças e Adolescentes

(CR/AD), Jovens, Adultos, Idosos<sup>20</sup> e Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) integram a população atendida pelo Programa.

A Tabela 3, a seguir, apresenta a diversificação do atendimento e fortalece a intergeracionalidade, categoria 4 de análise da pesquisa, item 4.3.4.

Tabela 3 – Valores percentis dos grupos de atendimento por grupos da população beneficiada

	Percentil		
	25	50	75
População beneficiada	4000	13200	30000
CR/AD	400	850	2000
Jovens	100	350	720
Adulto	100	300	540
Idoso	100	350	600
PNE	50	100	300

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico; dezembro 2007 e janeiro 2008.

Observa-se que há uma preocupação maior quanto ao atendimento de crianças e adolescentes, que, de acordo com a Tabela 3, possui uma população mediana de 850 atendidos. As PNEs ficam com mediana de 100 atendidos no conjunto de municípios. Jovens, adultos e idosos estão em uma mediana de atendimento de 350, 300 e 350, respectivamente, criando um equilíbrio de atendimento para essas faixas etárias. Verifica-se que as CR/AD possuem um número maior de atendidos, e isso pode ser justificado pela necessidade de proteção à criança e ao adolescente em virtude de estarem em formação, e ainda pela orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante os direitos ao esporte e ao lazer para crianças e adolescentes, assim como o Estatuto do Idoso garante esse direito aos idosos. Porém, não há oportunidade de atividades para uma representatividade de idosos como ocorre para as CR/AD, pois, enquanto atenção assistencial, e, como reza a Constituição de 1988: criança é declarada prioridade absoluta. Dessa forma, “aceita-se que o Estado deve assistência às crianças e aos adolescentes que buscam sustento na rua” (DEMO, 2006, p. 26).

Verifica-se ainda um menor número de jovens e adultos atendidos pelo Programa. Isso deve ser avaliado com cuidado, pois devido à influência do mercado e da necessidade de trabalhar, os adultos acabam ficando com um reduzido tempo

<sup>20</sup> A divisão das faixas etárias seguem a orientação inserida nos projetos básicos encaminhados em que as crianças e os adolescentes são considerados de 0 a 17 anos; jovens, de 18 a 24 anos; adultos, de 25 a 59 anos; e idosos a partir de 60 anos.

disponível para as práticas de lazer, e os jovens necessitam ingressar nesse mercado ocupando seu espaço enquanto trabalhador. Assim, o PELC necessita pensar em fazer com que esse direito seja estendido aos jovens e adultos, repensando horários e dias de atendimento à população.

Outro fator que pode influenciar essa relação de atendimento se refere a indicadores sociais, por exemplo, a vulnerabilidade que identifica situações, em que diferentes grupos sociais, sejam eles crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e PNEs, vivem em extrema pobreza, em riscos sociais e pessoais, tais como envolvimento com drogas, vícios e prostituição, falta de moradia, marginalidade, entre outras. Um programa de esporte e lazer deve se direcionar para a mudança da realidade, possibilitando a um determinado grupo social uma melhor condição de vida e contribuindo com o seu desenvolvimento e de sua comunidade (ZIGONI, 2007).

## 5.2 A PESQUISA

A compreensão de diferentes características dos projetos percebidas no item 5.1 descritos anteriormente fortalece os pontos necessários para responder aos objetivos propostos. Neste estudo, há interesse em analisar os itens dos projetos em que surgem características da percepção e do entendimento que os textos apresentam sobre o lazer e o esporte. Optou-se por trabalhar nos itens: apresentação, justificativa, atividade e eventos, não descartando as informações contidas em outros itens que pudessem auxiliar na análise.

Assim, com base nos critérios de análise utilizados pela equipe avaliadora da SNDEL, definiram-se os pontos de suporte da análise dos projetos. Os critérios<sup>21</sup> foram listados e utilizados pelo Ministério do Esporte, através da SNDEL, para análise dos pleitos do PELC:

---

<sup>21</sup> Critérios disponibilizados pela SNDEL e disponível no *site* do Ministério do Esporte, área restrita. Optou-se por manter o texto na íntegra como foi disponibilizado para que nenhuma distorção ocorresse.

1 - Relação do projeto com o modelo de ação proposto pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade: o Programa Esporte e Lazer da Cidade tem como prioridade somar-se às ações do Governo e da sociedade organizada na busca da consolidação de uma rede de proteção social e no cumprimento do que determina a Constituição Brasileira no art. 217, § 3º, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e as Resoluções das Conferências Nacionais de Esporte, em harmonia com as Orientações para implementação do Programa, no que diz respeito a princípios, diretrizes, diversificação das atividades, entre outros. 2 - Mérito: Razões que tornam o projeto relevante para o público alvo em questão e a importância do projeto para a comunidade envolvida. 3 - Capacidade Gerencial do Proponente: condições físicas (infraestrutura física e material), financeira, recursos humanos, as tecnologias e a cultura de gestão, apropriadas à dimensão e natureza das ações e a capacidade técnica, administrativa e operacional da entidade proponente para receber verbas públicas. 4 - Capacidade de relação intersetorial: os projetos que favoreçam a consolidação da Rede de Proteção Social terão prioridade. 5 - Viabilidade Econômica e Sustentabilidade do Projeto: presença de estratégias para assegurar a continuidade do projeto, uma vez terminado o convênio com o Ministério do Esporte, sem perda da sua eficácia. A continuidade do projeto pressupõe o domínio da comunidade envolvida, a presença de outros parceiros dos três setores da sociedade, de outras fontes de financiamento, além da inserção do projeto em planos locais e regionais de desenvolvimento. 5.1 - Projetos apresentados pelos governos estaduais e/ou suas vinculadas ou organizações privadas sem fins lucrativos, que contemplarem regiões metropolitanas, terão prioridade; 5.2 - Além das regiões metropolitanas, as mesorregiões e as de menor IDH terão prioridade (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2007, p. 3).

Importa, em especial para esta pesquisa, o primeiro critério, pois serão analisadas as concepções e compreensões de lazer dos responsáveis pelos projetos mineiros revelados a partir dos Projetos Básicos em comparação à estrutura teórica do PELC.

Neste ponto da pesquisa, realizar-se-ão estudos dos projetos básicos aprovados, dividindo-os em três pontos de análise:

- Análise da apresentação e da justificativa.
- Análise das atividades propostas.
- Eventos propostos.

Ressalta-se que, depois de uma leitura exaustiva dos textos, como orienta Bardin (1977), manteve-se um distanciamento para que as categorias de análise pudessem ser definidas. A partir do entendimento desses itens e dos textos neles identificados, foi realizada a constituição do *corpus* de análise e o levantamento de

núcleos temáticos, com o qual se pôde traçar as categorias de análise, percebendo as aproximações e os distanciamentos dos conceitos de esporte e de lazer a partir das orientações do PELC.

A opção foi analisar, separadamente, os itens anteriormente descritos e posteriormente triangular as informações coletadas. Quando se refletiu sobre os dados e estudou a apresentação do projeto descrita nos 26 projetos básicos, entendeu-se que, para o encaminhamento do projeto, não havia necessidade de seguir um modelo específico da apresentação. Assim, os diferentes municípios se apresentaram de forma distinta. O item “Apresentação do projeto” retrata informações sobre o município, sua população e os motivos que levaram instituições, sejam elas públicas, como prefeituras, ou do terceiro setor, a pleitearem o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Já o item “Justificativa”, em alguns projetos, contemplou também informações sobre o município, população; assim, nos dois itens – “Apresentação do projeto e Justificativa” – dos diferentes projetos, surgem esclarecimentos iguais como características da cidade em itens diferentes, pois, em alguns projetos, essas informações apareciam no item “Apresentação” e, em outros, apareciam no item “Justificativa”, o que levou a pesquisadora a realizar a análise desses dois itens conjuntamente. Isso se justifica também pelo corpo de texto encontrado nesses dois itens, que determinam termos semelhantes ou próximos, permitindo melhor compreensão das relações conceituais sobre o lazer.

Ressalta-se que, para se alcançar o objetivo da análise, identificaram-se categorias que direcionaram a pesquisa. Essas categorias foram definidas, em concordância entre os pesquisadores, a partir dos princípios norteadores e diretrizes do PELC, que forneceram subsídios para identificá-las.

Assim, para o entendimento dos textos analisados, foram listados todos os termos mais significativos que surgiram nos diferentes projetos, respeitando em qual item este aparece e analisando sua complexidade contextual. Após essa definição, fez-se necessário agrupar termos com significados próximos ou sinônimos, condensando-os numa mesma categoria de análise. Com essa compilação das informações, partiu-se para a identificação das incidências dos termos dentro das diferentes categorias e ainda para a definição de marcas que aproximavam ou distanciavam o discurso dos projetos das orientações do PELC.

Importa destacar que algumas categorias foram subdivididas em subcategorias, uma vez que sua abrangência é ampla, portanto, necessita-se explicitar em pontos menores para a análise (subcategorias).

A categoria 1 (um), intitulada *Esporte e Lazer como Direitos Sociais (ELDS)*, foi dividida em três subcategorias: *Desenvolvimento Humano (DH)*, *Oportunidade a Diferentes Atividades (ODA)* e *Melhoria da Qualidade de Vida (MQV)*. A categoria ELDS identifica os depoimentos e os pensamentos descritos nos projetos que percebem o Programa como instrumento de transformação, resgatando e tratando o esporte e o lazer como direitos sociais. A subcategoria DH identifica termos e/ou frases em que o esporte e o lazer surgem como influenciadores para o desenvolvimento social, educacional, esportivo, de crescimento individual e valorização humana de maneira geral. A ODA agrega os relatos e descritores textuais que colocam as práticas de atividades, sejam elas esportivas, culturais ou artísticas inseridas nos conteúdos culturais do lazer, como caminho para a garantia de direitos sociais. E a subcategoria MQV denota os pensamentos de que, com a aquisição e a prática de direitos sociais, neste caso, o esporte e o lazer, considerando este último como fenômeno social abrangente, a qualidade de vida pode ser modificada e, conseqüentemente, para melhor.

A categoria de análise 2 (dois) *Universalização e Inclusão Social (UIS)*, é dividida em quatro subcategorias: *Cidadania e Direito Social (CDS)*, *Inclusão Social (IS)*, *Utilização de Espaço Público (UEP)*, *Vulnerabilidade Social (VS)*. A subcategoria CDS reflete a compreensão de que a cidadania diz respeito ao fato de o indivíduo fazer parte da comunidade política e, a partir disso, ter direitos.

Schwartzman (2004), referindo-se aos estudos de Marshall, esclarece que a noção de direitos está ligada à de cidadania, pois, para o autor, o direito não é abstrato e se define entre os membros de uma sociedade e o Estado. A cidadania é aqui percebida como um desejo de pertencimento social e agrega valores coletivos e individuais dos sujeitos. Neste ponto, entende-se que a educação, o trabalho, a saúde, a moradia, entre outros, são direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 e determinam a cidadania.

A subcategoria IS reflete a inclusão entendida como a possibilidade de não-exclusão, como a possibilidade de enfrentamento às desigualdades sociais, tão marcantes neste início de século. Em razão do quadro de injustiça social que se faz presente, propostas de políticas públicas de esporte e de lazer devem ocorrer com

um foco direcionado ao enfrentamento da discriminação, das desigualdades e da falta de oportunidades. Essas devem permitir aos sujeitos serem presentes, participativos, a fim de que obtenham ganhos e possibilidades de uma vida digna, e ainda que sejam reconhecidos como cidadãos.

A UEP, enquanto uma subcategoria, indica ações para o entendimento de uso e apropriação democrática dos equipamentos de esporte e de lazer. É certo que a cidade se constrói com a relação do uso ou não de seus espaços. O PELC trabalha com a proposta de transformação dos espaços públicos que, muitas vezes, perdem sua finalidade maior e passam a ser subutilizados para as atividades fins, ou pior, tornam-se campo de violência urbana. Dessa forma, é preciso pensar nos espaços públicos como locais de uso comunitário para todos, sem regras de violência e sim como uma organização participativa e democrática, possibilitando a integração e a redução dos quadros de violência percebida como um dos pontos de VS.

A Vulnerabilidade Social é uma subcategoria que retrata como as dificuldades enfrentadas pelas comunidades no mundo contemporâneo são entendidas e quais são seus significados nos projetos. Surgem, portanto, nesta subcategoria, termos com significados e sentidos mais negativos das palavras, identificando e justificando o quadro de problemas sociais enfrentados nas diferentes cidades. Assim, textos que incluem violência, repressão, drogas, prostituição, preconceito, desestrutura familiar, entre outros, são descritos nos diferentes projetos. Ações que possam ir de encontro a essas dificuldades sociais e, conseqüentemente, possam gerar soluções para seu enfrentamento têm de ser propostas.

*A Gestão Democrática e Participativa (GDP)*, categoria 3 (três) de análise, caracteriza a nova relação do sujeito com a sociedade. No final do século XX, o poder do Estado perdeu força, os governos se viram em um processo de se apoiarem nos interesses do povo: “O governo ou qualquer forma análoga de tomada de decisão não podia mais governar contra o povo ou mesmo sem ele, não mais que o ‘povo’ podia viver contra ou sem o governo” (HOBBSAWM, 1995, p. 559). Mesmo que este não tivesse direito de eleger seu governo, suas intervenções nos assuntos políticos eram decisivas. Assim, em governos democráticos, a participação exclusivamente do Estado em propostas de políticas públicas se torna pouco efetiva, gerando a necessidade de participação comunitária e gestão democrática e participativa.

A *Intergeracionalidade (IG)*, como a categoria 4 (quatro) da análise temática, é percebida por meio de termos que identificam o respeito à diversidade, às diferentes faixas etárias, à relação familiar, à integração de grupos de todas as idades, à solidariedade, ao trabalho coletivo, à vivência diversificada, ao respeito às diferenças das faixas etárias e à integração entre elas. A Intergeracionalidade deve ser pensada com o objetivo de facilitar a transmissão de valores e de possibilitar troca de experiências e conhecimentos. Identifica-se como um diálogo de diferentes culturas com motivações semelhantes com o propósito de enriquecimento de vida (ALVES JÚNIOR, 2007). Reflete, ainda, o grau de importância contido nos projetos enquanto trabalho focado nessa relação intergeracional.

A categoria 5 (cinco), de fundamental importância para a análise, é a *Intersetorialidade (IntS)*. Ela é, sem dúvida, a categoria que determina as possibilidades de continuidade do PELC para as diferentes cidades, sendo, portanto, entendida como a possibilidade de consolidação da rede de serviços, do trabalho em parcerias, do consórcio de municípios, entre outras ações que garantam a continuidade do projeto proposto: “Políticas multisetoriais são fundamentais para despertar e envolver governos, empresas e organização para que, num espaço de troca e diálogo, articulem parcerias sustentáveis” (MAGALHÃES, 2006, p. 51).

O *Fomento e a Difusão Cultural (DC)* referem-se à categoria 6 (seis) de análise. Essa categoria é pensada como possibilidade de mudanças de comportamentos e de hábitos no processo de valorizar a cultura. Termos como: fortalecimento da cultura do esporte e lazer; diversidade cultural, integração e resgate da cultura são refletidos nessa categoria. A cultura faz parte do cotidiano dos sujeitos. É por meio dela que se percebem as características de um povo. Nesta análise, porém, não se pretende, conceituar cultura, mas entendê-la dentro do processo de um projeto de política pública que se propõe a oferecer atividades diversificadas para a comunidade.

Após explanação das categorias definidas para a análise, partiu-se para a compreensão destas, de forma que seja possível responder às questões iniciais desta pesquisa.



### 5.2.1 Categoria 1: Esporte e Lazer como Direito Social

O esporte é entendido como um dos maiores fenômenos sociais da atualidade, e existem diferentes formas de abordá-lo e compreendê-lo, que vão desde uma perspectiva de performance física até a sua compreensão como elemento social. Sua definição é extremamente ampla, é discutido e refletido em três dimensões sociais: esporte – educação, esporte – performance e esporte-participação (TUBINO, 2001). O manual de orientação do PELC utiliza-se dos termos esporte-recreativo no lugar de esporte-participação, de que trata o corpo deste trabalho. A opção desta pesquisa foi reconhecer o esporte-recreativo como termo a ser utilizado com a característica da dimensão do prazer e do lúdico em sua vivência. Está direta e intimamente ligado ao lazer. Verifica-se que a “inter-relação entre o campo social, a modalidade praticada com suas regras e especificidades, e o sentido adotado para a prática, é que formarão o contexto esportivo a ser vivenciado e os valores morais transmitidos” (MARQUES; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2007, p. 239). Dessa forma, o esporte-recreativo é aqui refletido como um fenômeno social, assim como o é o lazer, e entendido como possibilidade de vivência cultural. O esporte deve ser oportunizado como um dos conteúdos culturais do lazer e entendido como direito social.

O Quadro 3 demonstra a categoria 1 (um): ELDS e suas respectivas subcategorias, apresentando as incidências ocorridas nos projetos para cada uma delas.

QUADRO 3

<b>Categoria 1 – Esporte e Lazer como Direito Social</b>		
<b>Subcategorias</b>	<b>Incidências</b>	<b>Percentual nos projetos</b>
A. Desenvolvimento Humano	65	84,6%
B. Oportunidade a Diferentes Atividades	51	88,5%
C. Melhoria da Qualidade de Vida	30	65,4%

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

### 5.2.1.1 Subcategoria: Desenvolvimento Humano

Nos diferentes projetos, o DH, representado por 65 ocorrências de termos e/ou frases, identifica o lazer e o esporte como meios de conquistas sociais e, pelo menos teoricamente, como um direito social. A Tabela 4 esclarece as frequências que surgem nos projetos e, por meio dela, pode-se perceber que, em 15,4% dos projetos, não surgem termos que identificam o desenvolvimento humano. Em 84,6% dos projetos, surgem de 1 a 7 ocorrências de termos ou frases relacionados ao desenvolvimento humano.

Tabela 4 – Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Desenvolvimento Humano dos projetos

<b>Desenvolvimento Humano. Ocorrências nos projetos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
0	4	15,4
1	5	19,2
2	5	19,2
3	3	11,5
4	6	23,1
5	2	7,7
7	1	3,8
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Em alguns pontos dos textos analisados, nota-se que há uma responsabilidade e um poder de mudança muito marcante do esporte e do lazer, todavia, é importante realçar que todas as conquistas sociais são um conjunto de ações em diferentes campos de atuação, tais como lazer, saúde, educação, trabalho, economia, e não somente do lazer, como se verifica em trechos do texto do Projeto 3, cujos integrantes afirmam:

[...] propormos soluções aos problemas mais eminentes de nossa população. Superando uma visão segmentada de desenvolvimento social, [...] defendemos neste projeto a ideia de lazer enquanto direito de todos, tão fundamental como o é, reconhecidamente, a alimentação, a saúde, a educação, o saneamento básico (Projeto 3).

Em propostas de políticas públicas, principalmente nas comunidades mais empobrecidas, onde pesa a falta de compreensão e entendimento do que são realmente seus direitos, torna-se necessário pensar estratégias para consolidar alguns espaços inquestionáveis como o de esporte e o de lazer enquanto direitos. Esta falta de percepção de direitos sociais é evidenciada no corpo do texto de diferentes projetos, quando se reflete sobre a busca por esses direitos. Pinto (2008) fortalece essa reflexão quando afirma que políticas sociais são ações que devem garantir os direitos dos cidadãos. No Projeto 5, há a seguinte afirmativa:

[...] além de garantir um direito conquistado, de acesso a atividades de qualidade, com o objetivo de promover socialização entre os moradores do município [...] (Projeto 5).

Em contraposição às afirmações apresentadas, o lazer ainda não é percebido como direito constituído, e verifica-se que os projetos, especificamente o PELC, devem direcionar caminhos para a compreensão do lazer dentro dessa perspectiva:

E o esporte emerge como forma de lazer, abrindo novas alternativas para o indivíduo,... assim, entendemos que o esporte, enquanto uma das políticas sociais cujos direitos ao acesso, prática e gozo, são garantidas na Constituição Federal, vem somar e ao mesmo tempo integrar às demais políticas sociais no intuito de se fazer reconhecido enquanto direito constitucional [...] (Projeto 1).

Na subcategoria DH, o desenvolvimento humano é percebido com inferência do desenvolvimento educacional, sociocultural, físico, psicomotor, direito ao esporte e ao lazer como “direito social”<sup>22</sup>, identificando o esporte e o lazer como interlocutores para o desenvolvimento comunitário, trazendo mudanças sociais significativas, percebidas como possibilidade de utilização do esporte como meio de alcançar algo novo:

---

<sup>22</sup> Grifo do autor.

[...] utilizando o esporte e lazer e a cultura como agentes transformadores para o desenvolvimento de habilidades e crescimento das potencialidades e poder de escolha (Projeto 21).

Percebe-se que o esporte gera oportunidades diferenciadas para a emancipação do sujeito, o que se reflete na categoria seguinte, Oportunidade a Diferentes Atividades (ODA).

#### 5.2.1.2 Subcategoria: Oportunidade a Diferentes Atividades

As opções de atividades de lazer são inúmeras quando analisadas no contexto social. Para a comunidade atendida pelo PELC, a ODA está vinculada à possibilidade de novos conhecimentos, de novas conquistas de lazer, de se educar para novas práticas de lazer, gerando maiores opções e, conseqüentemente, uma educação informal: “O lazer é um modelo cultural de prática social que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos” (CAMARGO, 2003, p. 71), gerando, assim, esta educação informal através de atividades, por exemplo, em encontros com amigos, informações em livros, teatro, cinema, entre outros.

A Tabela 5, a seguir, apresenta como o entendimento de oportunidades é percebido nos projetos básicos analisados:

Tabela 5 – Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Oportunidade a Diferentes Atividades – ODA

<b>Oportunidade a Diferentes Atividades ocorrências</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual cumulativo</b>
0	3	11,5	11,5
1	6	23,1	34,6
2	8	30,8	65,4
3	7	26,9	92,3
4	2	7,7	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

As diferentes frequências podem ser entendidas por meio da Tabela 5, na qual, em 11,5% dos projetos, não é verificada nenhuma referência textual a essa subcategoria. O maior percentual de ocorrências é de 30,8% dos projetos, em que são percebidos dois termos e/ou frases relacionados especificamente às oportunidades de atividades, sejam elas de esporte, cultura ou educação. Em um total de 34,8% dos projetos (somados os percentuais), percebem-se três ou quatro ocorrências de termos como: “[...] oportunizar o acesso a atividades esportivas, artísticas, práticas corporais e de lazer” (Projeto 9).

O lazer é percebido em 88,5% dos projetos como mecanismo de oportunizar acesso a diferentes atividades, contudo, em um sentido minucioso de análise, percebe-se uma visão divergente do lazer, que está descrito nos textos sob dois aspectos: lazer transformador e lazer funcionalista:

[...] para fomento de práticas educacionais, esportivas, culturais, de lazer e de proteção ambiental [...] (Projeto 12).

[...] Otimizar as atividades esportivas, competitivas, lúdicas e outras, tirando os cidadãos da ociosidade, ... tornando-os aptos a conviver e competir de forma saudável.(Projeto 24)

Os textos transcritos dos projetos enfatizam a importância de práticas de atividades, dando maior destaque às atividades físicas e esportivas e ainda identificando as dimensões da cultura corporal de movimento:

Promovendo assim, a vivência e o aprendizado através da dança, jogos, lutas, esporte, atividades físicas e eventos de lazer, de maneira lúdica, prazerosa, criativa [...] (Projeto 17).

Cabe ressaltar que foi observada certa confusão quanto à oportunidade de acesso a atividades, pois, em muitos projetos, essa oportunidade se caracterizou, com maior ênfase, para as atividades físico-esportivas, não demonstrando a dimensão ampla que é o lazer. Esse aspecto é fortalecido pelas reflexões de Isayama (2007), quando este mostra as relações estabelecidas entre o lazer e as

atividades físicas e esportivas, que surgem com maior ênfase em programas de lazer. Em alguns projetos, 23%, o esporte e o lazer aparecem como necessários para ocupar o tempo ocioso ou romper a ociosidade<sup>23</sup>, portanto, direciona a compreensão do lazer e esporte para um caráter funcionalista do lazer:

[...] grande número de cidadãos que por falta de oportunidade, e incentivo, encontram-se carentes de lazer, atividades esportivas e culturais. [...] prática de atividade física regular e sistematizada (Projeto 22).

Os trechos dos textos denotam o lazer independente do esporte, da cultura, das atividades artísticas de modo geral, e não como instrumento cultural em que nele estão inseridos esporte, cultura, artes, entre outras atividades. Esta reflexão, neste momento, tem pertinência, uma vez que os sentidos e significados dos termos analisados são a fonte da Análise de Conteúdo, pois os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos (<falantes>) e válidos (BARDIN, 1977, p. 127). Desse modo, as oportunidades de atividades de lazer observadas no contexto visam, entre outras conquistas, à melhoria da qualidade de vida da população.

### 5.2.1.3 Subcategoria: Melhoria da Qualidade de Vida (MQV)

A categoria MQV é percebida com toda sua complexidade, envolvendo ações que conotam valores e aspirações sociais, princípios de saúde em sociedade, educação e, ainda, hábitos e decisões individuais de como se pretende viver a vida. A MQV é refletida a partir de indicadores qualitativos de inclusão social como: taxa de alfabetização, esperança média de vida, renda *per capita* e sustentabilidade ambiental, a qual está inserida como um dos pontos para análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Neste trabalho, de forma bem simples, a qualidade de vida é influenciada, principalmente com ações que indiquem uma boa saúde, bem-estar físico e social, oportunidades de moradia, alimentação, educação,

---

<sup>23</sup> Ócio e ociosidade, no contexto analisado, são entendidos como algo ruim, não produtivo, sendo, portanto, algo que deve ser combatido (DE MASI, 1980).

atividades esportivas e acesso ao lazer. Ela é gerada pela sociedade e por ela deve ser conquistada através de ações e caminhos, que minimizem as desigualdades, que intensifiquem as oportunidades de acessos a bens e serviços e, que principalmente, possibilitem prazer e alegria aos sujeitos inseridos nesta sociedade atualmente tão desigual.

A Tabela 6, a seguir, apresenta informações sobre a subcategoria de análise MQV, inserida na categoria 1: ELDS:

Tabela 6 – Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Melhoria da Qualidade de Vida – MQV.

Ocorrências	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
0	9	34,6	34,6
1	9	34,6	69,2
2	4	15,4	84,6
3	3	11,5	96,2
4	1	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Percebe-se que 9 (nove) projetos, ou seja, 34,6%, não fazem menção a termos como qualidade de vida, bem-estar geral e social, perspectiva de vida, saúde, hábitos saudáveis, enquanto que 50% dos projetos apresentam-se com um ou dois termos específicos para qualidade de vida.

O projeto básico em análise possui textos com características bem marcantes de que a comunidade necessita de mudanças que orientem para a melhoria de qualidade de vida:

[...] mas necessita de uma orientação para a melhoria de sua qualidade de vida e a oportunidade de preenchimento de seu tempo (Projeto 7).

[...] vemos no Programa Esporte e Lazer da Cidade, uma alternativa concreta para o desenvolvimento de ações que promovam a melhoria da qualidade de vida da população como um todo[...] (Projeto 12).

A discussão conceitual de lazer como possibilidade de melhoria da qualidade de vida é ampla e caberia uma análise mais aprofundada. Aqui, porém, não se pretende discutir com maior ênfase esse aspecto conceitual, mas identificá-lo nos projetos como uma possibilidade de conquista, relacionando-a às compreensões do lazer nos diferentes textos. Guimarães e Martins (2004) afirmam que o tema “qualidade de vida” traz inesgotáveis discussões em razão de sua complexidade, e este envolve imprecisões relativas aos prazeres, aos hábitos, ao uso de espaços pelos sujeitos de cada grupo social.

O PELC, enquanto programa de política pública, desenvolve alguns objetivos seguidos pelos projetos, os quais direcionam ações influenciadas diretamente pela condição social em que vivem as diferentes comunidades atendidas:

[...] A implantação do PELC [...] tem como objetivo o resgate e a inclusão social para a formação da cidadania, melhoria da qualidade de vida restaurando assim valores perdidos pela problemática já pré-estabelecida na comunidade (Projeto 21).

[...] poder ampliar a cobertura do esporte com esse público existente, tendo como diferencial a melhoria da qualidade de vida desses usuários através de várias ações esportivas e recreativas [...] (Projeto 11).

Marcellino (2001, p. 45) afirma que o lazer não pode ser entendido como “a válvula de escape da falta de qualidade de vida, ou da baixa qualidade de vida”, sendo caracterizado como funcionalista, sob esse aspecto. Deve-se perceber um lazer que possibilite uma qualidade de vida melhor para o cotidiano, o dia-a-dia dos sujeitos. De acordo com Moreira (2001, p. 25), “A qualidade de vida deve ser entendida como um compromisso em aperfeiçoar a arte de viver e de conviver”. Para que a qualidade de vida seja conquistada como melhoria de vivência, prolongamento da vida, é necessário que sejam oportunizadas condições de boa saúde, de educação, de moradia com dignidade, de políticas públicas alicerçadas nos direitos sociais.

Percebe-se que os projetos contemplam, em seu corpo textual, quando analisados nas diferentes subcategorias da categoria 1 – ELDS, um posicionamento



relevante de compreensão do esporte e do lazer enquanto direitos sociais garantidos por lei e que ainda não estão solidificados na prática.

O Gráfico 5, a seguir, permite comparar as três subcategorias já analisadas anteriormente:

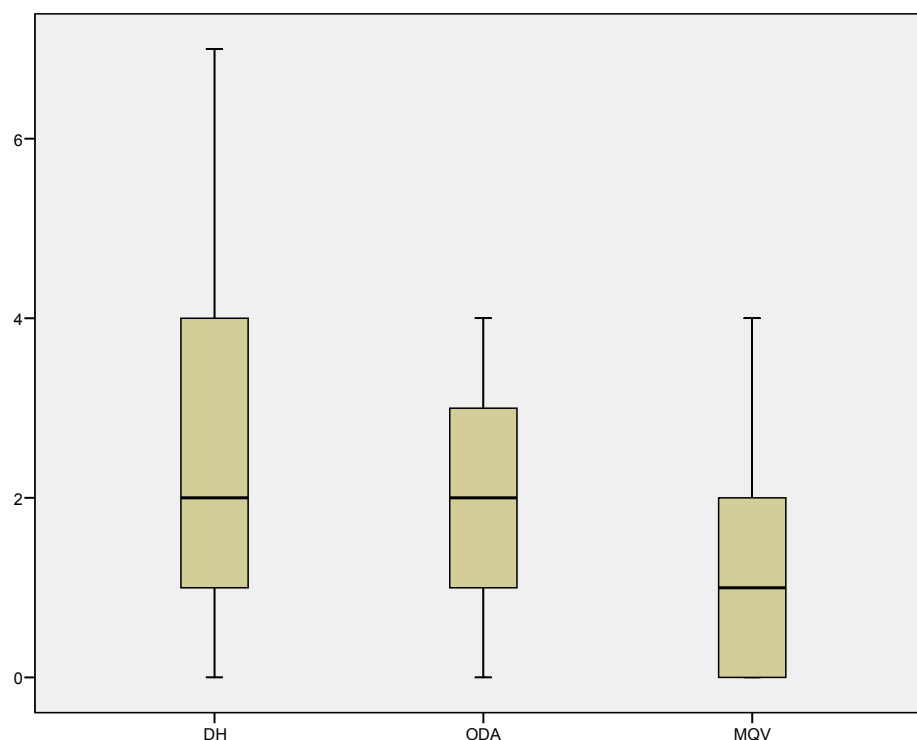


Gráfico 5 – Comparativo das subcategorias da categoria 1 de análise.

Na subcategoria A – DH, conforme o Gráfico 5, 50% dos projetos indicam de 1 a 4 termos em seu corpo de texto, correspondendo a uma média de 2,5 (DP= 1,84). Na subcategoria B – ODA, em 50% dos projetos, os termos surgem de 1 e 3 vezes, com uma média de 2 (DP= 1,15) e, na terceira subcategoria da categoria 1, MQV, 50% dos projetos identificam menos de 1 a 2 termos no corpo de texto dos itens apresentação e justificativa nos 26 projetos analisados, contemplando em média 1,15 (DP= 1,16) .

Assim, de um lado, um maior grupo de termos e/ou frases que identificam as relações do lazer com o desenvolvimento humano aparecem nos projetos, de outro, termos relacionados à melhoria da qualidade de vida surgem em um menor número de projetos.

Dessa forma, o esporte e o lazer, entendidos enquanto direito social, relacionam-se às possibilidades de desenvolvimento humano, porém uma subcategoria está inserida subjetivamente em outra. Assim, enquanto categoria de análise, o Esporte e o Lazer são percebidos como direito socialmente constituído e surgem como ponto de encaminhamento em todos os projetos, como se pode perceber na a Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 - Distribuição geral dos termos e/ou frases dos projetos na categoria de análise Esporte e Lazer como Direito Social

	<b>Nº.</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>
Esporte e Lazer como Direito Social	26	1	13	5,62	2,994

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

A partir da análise dessa categoria, identificou-se que a compreensão dos responsáveis pela elaboração dos projetos básicos sobre o lazer e o esporte, enquanto direito social, aproxima-se da concepção de lazer definida pelo PELC, um lazer de caráter transformador, em que há uma grande preocupação com o desenvolvimento humano, embora não seja esta a percepção de todos os projetos.

Reforçado pelos depoimentos de que o “esporte e lazer são direitos; são possibilidades e oportunidades de desenvolvimento (econômico, cultural, social, histórico...), participação e inclusão” (Entrevista 2), percebe-se qual é o pensamento de esporte e de lazer hegemônico. Portanto, fortalecidas por outras respostas o esporte e o lazer são percebidos como elementos da cultura, como direitos e como oportunidades de possibilitar a fruição de momentos de prazer e de crescimento pessoal.

No cenário do PELC, penso lazer como uma dimensão ampliada da cultura, oportunizando sob a ótica do direito social, assim como os demais previstos na Constituição Cidadã – 1988. Pensar em esporte e lazer dentro do PELC significa valorizar diversidade cultural, intergeracionalidade, democratização e qualidade de acesso, intersetorialidade e gestão participativa, dentre outros princípios norteadores (Entrevista 1).

Depende da objetividade, no cenário do PELC, entendo que a prática do esporte e do lazer estão voltados mais para o lado do prazer, de

curtir aquele momento, esteja só ou acompanhado, com quem for que seja, a pessoa sente o que está fazendo, desfruta de cada pequeno momento, fazendo com que possa, através dessa prática, o surgimento de algumas reflexões sobre seu crescimento pessoal. Já no cenário de esporte de rendimento, é tudo completamente diferente (Entrevista 3).

Assim, surgem equívocos quanto ao entendimento do esporte em sua dimensão recreativa. O Projeto 8 retrata, claramente, esse conflito de ideias: “[...] tal programa constitui-se como uma das raras possibilidades de revelar talentos para o desporto nacional.”

Acredita-se que há um distanciamento do que seja o lazer para os responsáveis desse projeto especificamente. O texto reflete um aspecto relevante, pois, muitas vezes, os responsáveis pela elaboração dos projetos não possuem a compreensão ampliada das discussões acadêmicas que identificam o esporte recreativo na dimensão mais democrática e na perspectiva do lazer transformador.

Esse lazer pode ser caracterizado pela Universalização e Inclusão Social possibilitada dentro de ações e projetos sociais sérios e comprometidos. Na categoria 2 de análise, pretende-se verificar como essas questões são pensadas e descritas nos diferentes projetos encaminhados para a SNDEL.

### **5.2.2 Categoria 2: Universalização e Inclusão Social**

“Os segmentos mais empobrecidos da população consomem a maior parte de seu tempo buscando condições de sobreviver” (MARSIGLIA; SILVEIRA; CARNEIRO JUNIOR, 2005, p. 71). Esse quadro de pobreza e de desigualdades sociais presenciado requer ações para que sejam minimizados os problemas que envolvem as populações menos favorecidas. A constante busca de propostas e projetos para reverter essa situação, hoje enfrentada em todo o mundo, é direcionada e objetivada pela universalização dos direitos sociais, sendo estes garantidos por lei. A reflexão sobre a categoria de Universalização e Inclusão Social, como categoria de análise, remete à percepção do esporte e do lazer possível para todos, sendo utilizada como um dos instrumentos para a inclusão social. É fundamental ressaltar que, nas pesquisas realizadas, diferentes autores concordam que, sozinhos, o esporte e o

lazer não garantem a inclusão social, mas que podem ser poderosos instrumentos de conquistas sociais. É sob este olhar que se identifica a categoria 2 de análise – Universalização e Inclusão Social e suas subcategorias: cidadania e direito social, inclusão social, utilização de espaço público, vulnerabilidade social, como mostra o Gráfico 6, a seguir:

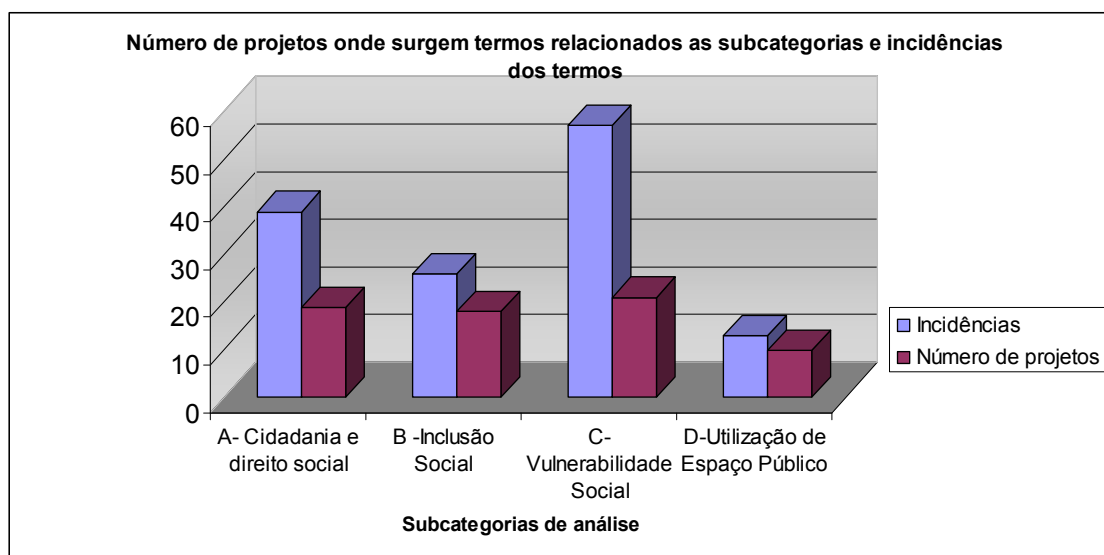


Gráfico 6 – Número de projetos em que surgem termos relacionados às subcategorias da categoria 2.

### 5.2.2.1 Cidadania e Direito Social (CDS)

As políticas sociais visam ações diretamente para as camadas menos favorecidas, auxiliando para que novas conquistas sociais sejam possíveis. No debate da construção de direitos, a cidadania aparece como ponto central com novos sentidos, em que se identifica que o ponto de partida é a concepção desta como um direito a ter direitos. A cidadania deve ser pensada como uma conquista em constante alteração, na qual o processo de construção como afirmação e reconhecimento de direitos é um processo de transformação de práticas arraigadas na sociedade como um todo (DAGNINO, 2004).

A Tabela 8 apresenta uma visão de como os projetos básicos do PELC percebem a cidadania e os direitos sociais, identificando a frequência de termos e/ou frases em que a CDS é vista no *corpus* da análise. Termos como: exercício da cidadania, agregar valores, dignidade, formação da cidadania, promoção da

cidadania, intervenção social, superação, entre outros, foram listados com o sentido de cidadania e direito presenciados nos textos.

Tabela 8 – Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Cidadania e Direito Social – CDS.

<b>Cidadania e Direito Social – ocorrências</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual cumulativo</b>
0	7	26,9	26,9
1	10	38,5	65,4
2	4	15,4	80,8
4	4	15,4	96,2
5	1	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Evidencia-se que, em 26,9% dos projetos, nenhuma referência a esta categoria foi identificada. Em 73,1% dos projetos, termos e/ou frases, são identificados, sendo que, em 38,5%, ou seja, a maioria pontuou apenas uma ocorrência de termos relacionados. Em 15,4% dos projetos, surgem 2 ou 4 termos e/ou frases que identificam a cidadania e o direito social como pontos a serem entendidos nos projetos, e ainda 3,8% dos projetos se referem cinco vezes a esses termos, dando uma maior importância às questões de cidadania e de direitos. A seguir, apresentam-se algumas referências ao tema contidas nos projetos analisados:

[...] a relevância do programa como fonte de melhoria de qualidade de vida e de promoção da cidadania se faz presente diante desta população carente de oportunidade que lhe proporcione mudanças de hábitos (Projeto 17).

A participação comunitária, o esporte, o trabalho, a cultura e educação são palavras-chave para o exercício da cidadania (Projeto 1).

[...] o resultado intrinsecamente humano onde o público-alvo, por meio de experiências vivenciadas, resgatará sua integridade pessoal (Projeto 21).

[...] quando abordamos os deficientes físicos, auditivos, motores, cerebrais e outros, têm na essência da prática e das ações uma forma clara e indireta de torná-los parte integrante do processo de

construção da cidadania e de sua integração a uma sociedade (Projeto 7).

Para que uma pessoa seja considerada cidadã, é preciso gozar de três direitos: sociais, cívicos e políticos (MARSHALL, 1967). A cidadania, embora seja um direito, não é dada, é conquistada, contudo, nem todos os cidadãos são plenos, pois nem todos usufruem de seus direitos da mesma maneira (PINTO, 2008). Portanto, o entendimento de promoção de cidadania, exercício da cidadania e construção da cidadania contido nos textos devem ser refletidos. A cidadania evidencia um pertencimento social, assim, requer um sentido único para sua prática efetiva, como: participar de valores comuns, de experiências comuns, fortalecidas por um sentimento de identidade coletiva (CARVALHO, 1995).

O lazer, de um lado, pode ser percebido como um aspecto formador e garantidor de cidadania (AMARAL, 2004) e que possibilita a inclusão social; de outro, deve-se ter cuidado com projetos de caráter assistencialistas, em que o lazer e o esporte oferecidos possuem um papel alienante, de repetição de gestos, de ocupação de tempo, sem maiores preocupações em orientar e perceber o esporte e o lazer como direitos constituídos.

#### 5.2.2.2 Inclusão Social (IS)

De acordo com Demo (2006), a inclusão é fundamental para que os sujeitos excluídos de direitos possam construir sua cidadania. Assim, embora possam ocorrer em diferentes classes sociais, a inclusão social é fonte de trabalho direcionado para as classes empobrecidas. Nessa perspectiva, os projetos contemplam, em seus textos, termos que fortalecem a necessidade de inclusão social para as diversas comunidades atendidas.

Tabela 9 – Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Inclusão Social – IS.

<b>Inclusão Social - Ocorrências</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual cumulativo</b>
0	8	30,8	30,8
1	13	50,0	80,8
2	3	11,5	92,3
3	1	3,8	96,2
4	1	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico e do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Como observado na Tabela 9, para os diferentes projetos, a Inclusão Social aparece em 69,2% dos projetos com identificação de termos e/ou frases e, em 30,8%, não foram identificados termos que caracterizem a Inclusão Social nos projetos. Palavras como: inclusão social, alienação, injustiça social e desigualdade social são percebidas e identificadas nos projetos em média de 1(DP=1) por projeto. A inclusão social é verificada nos projetos ora dependente do lazer, ora objetivo, ora justificativa deste. Os textos dos projetos identificam trechos que percebem a inclusão social como:

[...] que contribuam para a qualidade de vida, a inclusão social e a formação de cidadania, em todos os níveis e idades (Projeto 14).

Para a efetiva realização do projeto [...] pretende alcançar os seguintes objetivos: a) oferecer à população de baixa renda dos municípios beneficiados acesso à prática esportivo-cultural como meio para o desenvolvimento humano, da saúde, da educação, inclusão social e formação da cidadania; [...] c) integrar e incluir socialmente adultos, idosos, portadores de deficiência e/ou de necessidades especiais, utilizando o lazer, o esporte e a manifestação cultural, como meios de aproximação, socialização e de solidariedade; [...] (Projeto 14).

A instalação destes núcleos de lazer irá trazer oportunidades para a comunidade, oportunidade de entretenimento justo e digno, oportunidade de inclusão social e cultural e até oportunidade para o jovem se manter vivo, ter perspectiva de vida e almejar algo melhor. O esporte e a cultura são instrumentos efetivos para isso (Projeto 6).

Os preceitos abordados na solicitação, estão referendados numa formação centrada dos agentes, que serão os propulsores das ações, e, essa multiplicação proporcionará às comunidades atendidas uma valorização da vida e conseqüentemente uma

continuidade das ações, bem como sua inserção social, valorizando a vida (Projeto 7).

Atender a população de baixa renda da cidade, oferecendo lazer orientado com o objetivo de inclusão social (Projeto 4).

A necessidade de inclusão social observada nos projetos é reflexo das dificuldades sociais enfrentadas pelas comunidades mais carentes que vivem em vulnerabilidade social ocasionada por fatores socioeconômicos, sendo percebida nos textos por meio de termos como: baixa renda, bolsão de miséria, população carente, marginalidade social, violência urbana e domiciliar, drogas, risco social, prostituição, vulnerabilidade social e econômica, entre outros.

### 5.2.2.3 Vulnerabilidade Social (VS)

A Tabela 10 direciona para a compreensão de como é entendida a vulnerabilidade social nos projetos básicos analisados. Vale lembrar que um quadro extremamente complexo se instalou no mundo globalizado, aumentando as diferenças existentes nas classes sociais. Os ricos estão mais ricos, e os pobres mais pobres. Parece irônica esta afirmativa, mas o Brasil convive com uma secular desigualdade social que se agrava influenciada diretamente pelo “complexo mecanismo para qual o Estado, o mercado, a moeda, a ordem jurídica” contribuem fortemente (THEODORO; DELGADO, 2003, p. 122).

Tabela 10 – Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Vulnerabilidade Social – VS

<b>Vulnerabilidade Social ocorrências</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual cumulativo</b>
0	5	19,2	19,2
1	8	30,8	50,0
2	4	15,4	65,4
3	2	7,7	73,1
4	3	11,5	84,6
5	2	7,7	92,3
6	1	3,8	96,2
7	1	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico; dezembro 2007.



Na maioria dos projetos 80,8%, a Vulnerabilidade Social aparece como justificativa para a implantação e/ou renovação do programa. E, em 19,2% dos projetos, não há nenhuma referência a essa subcategoria de análise. A média de projetos que apresentam termos relacionados à subcategoria VS é de 2,2 (DP= 2). Os problemas sociais desencadeados ocorrem de maneira parecida nas diferentes cidades contempladas:

[...] reflexo das desigualdades sociais presentes no contexto municipal e regional, onde a marginalidade social é explícita. Neste sentido o Programa se coloca como estratégia importante no que tange ao problema supracitado, no intuito de contribuir para a melhoria de qualidade de vida [...] (Projeto 9).

[...] Predominam vários indicadores sociais como: alcoolismos, drogaditos, abuso e exploração sexual e comercial, trabalho infantil, desemprego ou subemprego [...] (Projeto 11).

Essas considerações demonstram a vulnerabilidade social e econômica da população atendida. Os conflitos sociais e as desigualdades enfrentadas geram necessidade de se implementar políticas públicas que efetivem direitos sociais em diferentes comunidades. E para a implantação e o desenvolvimento dessas políticas sociais de lazer, há que se pensar nos espaços e equipamentos.

#### 5.2.2.4 Utilização de Espaços Públicos (UEP)

Os espaços públicos são componentes de uma política pública de lazer e estão em transformação, principalmente com o crescimento urbano e desordenado. Muitas vezes, espaços de lazer passam a ser utilizados para outros fins que não permitam seu uso enquanto espaço público democrático. A categoria UEP analisa o grau de importância dado aos espaços públicos pelos projetos analisados.

Na Tabela 11, em 61,5%, não há nenhuma referência à utilização ou transformação de espaços públicos e, em 38,5%, há de uma a três referências de termo e/ou frase para a utilização dos espaços.

Tabela 11 – Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a subcategoria Utilização de Espaços Públicos – UEP

Projeto	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
0	16	61,5	61,5
1	8	30,8	92,3
2	1	3,8	96,2
3	1	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Nos projetos, verifica-se uma menor preocupação quanto à utilização e necessidade dos espaços públicos. Surge uma preocupação pelo fato de essa subcategoria não aparecer de maneira equilibrada nos projetos. Isso ocorre porque, para que uma proposta de atividades contemplada nos diferentes conteúdos culturais do lazer possa se efetivar, necessita-se de equipamentos para que isso ocorra. Os projetos de políticas públicas sociais, mais especificamente o PELC, contemplam utilização e transformação de espaço público, seja ele subutilizado, sem utilização ou em uso, gerando revitalização desse espaço, aceitação e cuidado com o mesmo. A entrevista número 6 (seis) fortalece o exposto, quando esclarece que:

[...] antigamente o campo era... não era frequentado por ninguém da comunidade, porque, tinha o campo lá mas não era gramado tal, não é gramado ainda, mas não tinha organização, não tinha uma pessoa que igual tem hoje, o pessoal do PELC [...] eles sente falta sim de organização, é só colocar, coloca uma plaquinha lá “dia tal vai ter treino de futebol de campo, horário tal” [...] é... agora esses campos são o seguinte, igual te falei, [...] não tem organização, o pessoal vai depredando, no começo é legal o pessoal faz time, joga, mas depois vai perdendo o interesse, não tem ninguém pra comandar, não tem ninguém pra apitar, não tem ninguém pra impor ordem nenhuma, então eles vão acabando, o pessoal vai depredando os campos, e o PELC entrou na... na... aí pra justamente pra isso, pra retomar essa.. esse... esse espaço, porque às vezes a comunidade não tem nada, só tem o campo e bem o campo eles tão usando, por falta de interesse, mal cuidado, então a gente tá... eles tão retomando o... o... amor por esse espaço que eles têm pra eles mas eles não usavam, então agora eles já tão eles mesmo organizando quando o PELC não tá funcionando, eles mesmo cuidando dos vestiários, cuidando da parte desse negócio de pichação, outro dia fizeram um **mutirão** [...] pra pintar os vestiários, tudo com tinta que eles arrumaram lá, eles que eu falo são os participantes, os jovens arrumaram, cal eles arrumaram, tudo eles arrumaram, o cara do depósito arrumou cal pra gente também, então eles tão retomando esse interesse pelo

negócio que fizeram pra eles, só não cuidaram, entendeu (Entrevista 6, grifo da autora).

Após a análise das categorias 1 (um) e 2 (dois), acredita-se ser pertinente realizar uma reflexão, associando e comparando essas duas categorias, que envolvem 7 (sete) subcategorias. A Tabela 12 mostra a distribuição do número de termos que surgem nas duas grandes categorias. Os termos do corpo de texto, que indicam a categoria de análise – Universalização e Inclusão Social, associando as diferentes subcategorias, surgem em média em 5,62 (DP=3) dos projetos (Tabela 15). Há um aparente equilíbrio se se compararem os estudos apresentados das categorias 1 e 2 desta pesquisa. Portanto, na categoria Universalização e Inclusão Social, os projetos encaminham textos que refletem o entendimento de que a Inclusão Social é importante, mas não percebem a relação conceitual desta com a Universalização, seja ela do esporte, da educação do lazer, dos direitos sociais.

Tabela 12 – Distribuição geral dos termos e/ou frases dos projetos nas categorias de análise 1 - Esporte e Lazer como Direito Social e categoria de análise 2 – Universalização e Inclusão Social.

	<b>Nº.</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>
Esporte e Lazer como Direito Social	26	1	13	5,62	2,994
Universalização e Inclusão Social	26	1	12	5,19	2,994

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Comparando-se, inicialmente, as categorias de análise da Tabela 12, verifica-se um equilíbrio quanto à compreensão de que o esporte e o lazer como direitos sociais podem ser percebidos nos projetos, o que se confirma nas entrevistas realizadas.

Como esporte recreativo e/ou lazer deve prevalecer o sentido lúdico, a livre escolha a participação, onde as atividades devem ser prazerosas e alegres (Entrevista 7).

No âmbito do lazer deve-se oportunizar atividades independente das faixas etárias.( Entrevista 3).

Destaca-se que a Universalização e Inclusão Social são pontos fundamentais de ação de uma política pública de lazer com caráter transformador. A Entrevista 1 (um) mostra que, com programas sociais, mais especificamente o PELC, a comunidade quer que “as prefeituras se envolvam mais, que a prefeitura participe, que a prefeitura ofereça isso pra eles como direito deles.” E ainda a Entrevista 4 (quatro) esclarece que “as atividades e oficinas são oferecidas para que eles tenham oportunidade de conhecer o esporte e lazer enquanto direitos [...] como defender os direitos se não os conheço.”

### 5.2.3 Categoria 3: Gestão Democrática e Participativa

O Quadro 4, a seguir, demonstra as incidências de termos ocorridas em 19 (dezenove) dos 26 (vinte e seis) projetos analisados:

QUADRO 4

<b>Categoria 3 – Gestão democrática e participativa</b>		
<b>Categoria</b>	<b>Incidências</b>	<b>Projetos</b>
Gestão democrática e participativa	42	19

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

O resultado mostra que os responsáveis pela elaboração dos projetos básicos percebem a Gestão Democrática e Participativa como fator importante de implantação e continuidade de propostas de políticas públicas.

Tabela 13 – Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a categoria – Gestão Democrática e Participativa

Gestão Democrática e Participativa	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
0	7	26,9	26,9
1	9	34,6	61,5
2	5	19,2	80,8
4	2	7,7	88,5
5	3	11,5	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008

Na Tabela 13, pode-se verificar que, em 73,1% dos projetos, os termos relacionados à categoria Gestão Democrática e Participativa surgem nos projetos, distribuídos como segue: 1 (uma) ocorrência (34,6%), 2 (duas) ocorrências (19,2%), 4 (quatro) ocorrências (7,7%) e 5 (cinco) ocorrências (11,5%). E em 26,9% dos projetos, nenhum termo correspondente à Gestão Democrática e Participativa foi registrado. Considera-se um percentual elevado, uma vez que a Gestão Democrática e Participativa é um dos princípios do PELC.

Nos 73,1%, em que a Gestão Democrática e Participativa aparece, a participação é sentida, para alguns, como necessária para a execução do PELC.

A importância da realização do mesmo reside na possibilidade de que as comunidades envolvidas possam desempenhar possibilidades de co-gestão em lazer, ou seja, através do estímulo, formação e capacitação, a fim de contribuir para a mudança no espaço, no tempo e nas atitudes no que se refere a práticas de lazer (Projeto 22).

Para que haja a participação comunitária, a população necessita de ações como forma de resistir e encontrar alternativas para as questões do cotidiano, sendo assim, os sujeitos procuram soluções na formação de grupos de interesses, com a participação em ações comunitárias, em busca de saídas para os problemas vivenciados (STOPPA, 2007).

A participação, o interesse comunitário, a auto-organização, a cogestão, a liderança, bem como o aproveitamento de recursos humanos e a formação

sistemática de agentes, são alguns dos termos que refletem o aspecto de Gestão Democrática e Participativa gerada nos textos dos projetos:

Parceria com o objetivo, de gestão, democratização e inclusão do cidadão em vulnerabilidade social; com atividades de esporte, palestra de direitos humanos fomento ao cooperativismo, [...] autogestão e articulação da comunidade, cuidados com a saúde, lazer e cultura, [...] contribuindo, assim, para integração e participação social das comunidades beneficiadas pelo projeto esporte e lazer da cidade (Projeto 20).

[...] PELC promoverá: [...] participação efetiva da sociedade civil nas políticas públicas de Inclusão Social [...] (Projeto 14).

[...] o cidadão passa de expectador passivo para ator do seu próprio contexto social e o sentido de gestão coletiva deve prevalecer (Projeto 9).

A participação pode ser realizada por todos, independente de faixa etária e do gênero, A comunidade se fortalece baseada no entendimento de que a política social é percebida como política emancipatória. O sujeito social, consciente e organizado, percebe a pobreza como injustiça social e acredita que esta pode ser minimizada por meio de projetos sociais que possibilitem a participação popular efetiva (DEMO, 2006). Assim, as propostas de programas que possam

[...] atender a demanda de alternativas exequíveis para o acesso ao esporte e ao lazer, como direitos sociais de crianças, adolescentes, jovens-adultos, adultos, terceira idade e pessoas com deficiência para o modelo de gestão consorciada do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC (Projeto 19).

Essas propostas são identificadas como fortalecedoras dos direitos em todas as faixas etárias, que permitam formação de consciência crítica e auto-organização.

A Gestão Democrática e Participativa identifica, ainda, a possibilidade de autossustentabilidade dos projetos. Verifica-se que, em grande parte dos textos dos projetos, há uma preocupação quanto a essa autossustentabilidade, mas na prática

ela pode ser percebida como possível para algumas comunidades e, para outras, esta conquista ainda não ocorre, gerando uma dependência do poder público para a continuidade das ações. Verifica-se, na Entrevista 1, essa relação de duplicidade:

A gente tem até umas experiências nesse sentido. É! Todas não! Mas eu acho que... se a gente pensasse aí... desses 37... Olha eu posso te afirmar aí que, talvez entre 10 e 15 deles conseguiriam hoje, entender a importância da política local de esporte e lazer e com recursos próprios, e tal, é..., eles dariam continuidade ao programa!...

A Gestão Democrática e Participativa envolve a comunidade como responsável pela sua organização planejamento e emancipação social.

#### 5.2.4 Categoria 4: Intergeracionalidade

Propostas intergeracionais visam, sobretudo, à participação de diferentes gerações em uma mesma atividade. Pode-se perceber que, mais do que encontros entre as gerações, é uma possibilidade de relações, trocas sociais que permitam um convívio harmônico, sem discriminações, buscando novas compreensões e conhecimentos sobre projetos de vida.

O Quadro 5, a seguir, mostra em quantos projetos do corpo do estudo surgem termos relacionados com a Intergeracionalidade:

QUADRO 5

<b>Categoria 4 – Intergeracionalidade</b>		
<b>Categoria</b>	<b>Incidências</b>	<b>Projetos onde são identificados</b>
Intergeracionalidade	29	17

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008

A Tabela 14, a seguir, mostra como a Intergeracionalidade é vista nos projetos, qual a incidência de termos que os projetos demonstram os quais reflitam o

desenvolvimento, bem como as propostas de ações para as diferentes faixas etárias:

Tabela 14 – Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a categoria – Intergeneracionalidade

<b>Intergeneracionalidade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual cumulativo</b>
0	9	34,6	34,6
1	8	30,8	65,4
2	6	23,1	88,5
3	3	11,5	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Analisando-se a Tabela 14, é possível perceber que 34,6% dos projetos não apontam para nenhum termo que se relaciona à Intergeneracionalidade e que, em 65,4% dos projetos, os termos são identificados.

[...] O Programa pretende, ainda, oportunizar aos idosos e portadores de necessidades especiais residentes na cidade condições de acesso a diferentes atividades esportivas e de lazer integradas com as crianças e os jovens. Esse projeto prevê o trabalho contínuo e integrado de diferentes gerações. [...] (Projeto 26).

[...] articulação da comunidade, cuidados com a saúde, lazer e cultura, para crianças, jovens, adultos e idosos e portadores de necessidades especiais, contribuindo assim para a integração e participação social das comunidades beneficiadas pelo projeto Esporte e Lazer da Cidade (Projeto 20).

Contudo, em todos os projetos, 100% os eventos são percebidos como forma de atendimento direcionado para todas as faixas etárias. Isso pode ser a justificativa de que, no contexto teórico, haja um percentual de projetos que não se referem à intergeracionalidade no corpo do texto:

[...] o desenvolvimento dos mesmos (esporte e lazer) proporcionam uma integração entre as diferenças culturais, sociais, étnicas e econômicas, além de valorizar e promover a saúde física, mentais e emocionais das crianças, adolescentes, adultos, idosos e portadores de necessidades especiais (Projeto 2).



Nas relações de propostas de lazer, sobretudo as relacionadas ao esporte, existem as atividades intergeracionais, mas, muitas vezes, elas não são percebidas. Assim, a Intergeracionalidade é um direcionamento do PELC e aparece descrita nos projetos sem que parte dos responsáveis por eles tenham a percepção real de que ela deva e possa ocorrer na perspectiva do lazer.

### 5.2.5 Categoria 5: Intersetorialidade

A Intersetorialidade é percebida nos projetos, porém com um menor grau de importância. O Quadro 6, a seguir, mostra as incidências ocorridas para os 26 (vinte e seis) projetos.

QUADRO 6

<b>Categoria 5 – Intersetorialidade</b>		
<b>Categoria</b>	<b>Incidências</b>	<b>Projetos onde são identificados</b>
Intersetorialidade	26	53,8%

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Verifica-se, na Tabela 15, que, em 46,1%, os termos relacionados à Intersetorialidade não aparecem nos textos. Em 38,5% dos projetos, os termos e/ou frases relacionadas são percebidos uma ou duas vezes.

Tabela 15 – Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a categoria – Intersetorialidade

<b>Intersetorialidade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Validade Percentual</b>	<b>Percentual Cumulativo</b>
0	12	46,1	44,0	44,0
1	8	30,8	32,0	76,0
2	2	7,7	8,0	84,0
3	2	7,7	8,0	92,0
4	2	7,7	8,0	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

O termo “Intersetorialidade” é utilizado, mas, em um número menor de projetos, é percebido pela necessidade de parcerias para o desenvolvimento e

sustentabilidade dos mesmos envolvendo a comunidade: “[...] onde temos a participação efetiva das associações de bairros, igreja, clubes e pequenos empresários” (Projeto 2). Ou ainda com outros setores da sociedade: “[...] em parceria com outras organizações do terceiro setor e agora contando com [...] como parceiro social estratégico. [...]” (Projeto 13).

No corpo do projeto, existe um quadro de preenchimento que identifica os parceiros, auxiliando na análise e confirmando as possibilidades intersetoriais. Acredita-se que, em virtude desse quadro, não houve uma preocupação em inserir aspectos textuais da Intersetorialidade, uma vez que essa característica é identificada no item “parcerias”.

A Intersetorialidade pode ser entendida, em alguns projetos, apenas como uma complementação, uma vez que a SNDEL orienta, no manual do PELC, sua necessidade como princípio norteador para que o Programa funcione. Sendo assim, verifica-se que os termos relacionados à Intersetorialidade são simplistas, servindo apenas para cumprir um eixo do Programa e não como efetivamente parte deste. Há que se pensar a real importância da Intersetorialidade para o desenvolvimento de programas sociais de lazer.

Analisando os dados descritos na Tabela 18, nota-se que, em apenas 15,4% dos projetos, surgem de 3 (três) a 4 (quatro) termos relacionados com a categoria, confirmando o exposto na discussão anterior.

O Gráfico 7, a seguir, mostra a dispersão dos parceiros nos projetos básicos analisados:



Gráfico 7 – Distribuição do total de parceiros nos Projetos Básicos do PELC de 2007 analisados.

O Gráfico 7 permite uma avaliação e melhor reflexão de entendimento de como termos, tal como “parcerias”, aparecem nos projetos. Porém, a parceria é realmente percebida quando analisado o item “parceiros” nos projetos que surgem em 50% dos projetos com um número que varia de 1 (um) a 4 (quatro) parceiros para o desenvolvimento do PELC, e mediana de 2 (dois). Em todos os projetos, o item “parceiros” foi preenchido com pelo menos 1 (um) parceiro por projeto analisado, confirmando a necessidade de se firmar parcerias para o funcionamento do Programa.

Para os entrevistados, este tópico de análise parece ser fundamental quando estes percebem diferentes parceiros como: escolas, ONGs, associações, institutos, clubes, Sociedade Pró-Melhoramento de bairros (SPM), prefeituras e suas secretarias, e que os parceiros “entendiam a importância de projetos como este para os municípios” (Entrevista 1).

### 5.2.6 Categoria 6: Fomento e Difusão da Cultura Local

A cultura é uma possibilidade dentro dos conteúdos culturais do lazer e envolve características específicas da população atendida. O lazer, quando é percebido na dimensão cultural, fortalece o incentivo e a difusão cultural. Em 14 (quatorze) projetos são descritos termos e/ou frases no corpo de texto dos itens “Apresentação” e “Justificativa”, que identificam o lazer como meio e possibilidade para o desenvolvimento da cultura, conforme mostra o Quadro 7 abaixo:

QUADRO 7

<b>Categoria 6 – Fomento e Difusão da Cultura Local</b>		
<b>Categoria</b>	<b>Incidências</b>	<b>Projetos onde são identificados</b>
Fomento e difusão da cultura local	21	14

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico – dezembro 2007 e janeiro 2008.

A seguir, apresentam-se algumas considerações presentes nos projetos:

Buscar outras possibilidades que contribuam para a valorização das manifestações esportivas e culturais de nossa região tem se apresentado como desafio para nossos governantes e a sociedade civil como um todo (Projeto 13).

[...] faz parte da cultura e do lazer dos cidadãos beneficiados, onde percebemos mudanças comportamentais e culturais. [...] (Projeto 2).

O fortalecimento da cultura, esporte e lazer são de suma importância para servir de barreira à alienação e à exclusão social, sendo uma forma de fortalecer toda a comunidade e sua atuação diante da sociedade (Projeto 22).

[...] incentivar a prática de atividades que atendam à auto-organização, ao resgate da cultura local, à gestão intersetorial, dentre outros (Projeto 5).

Na Tabela 16, a seguir, pode-se perceber a distribuição de termos e/ou frases que são descritos nos projetos:

Tabela 16 – Distribuição da incidência de termos e/ou frases para a categoria – Fomento e Difusão da Cultura Local

<b>Fomento e Difusão da Cultura Local</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual cumulativo</b>
0	12	46,2	46,2
1	8	30,8	76,9
2	5	19,2	96,2
3	1	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Observa-se que, para os 26 (vinte e seis) projetos analisados da categoria 6 – DC (Tabela 16), 46,2% deles não contemplam nenhum termo e/ou frases que refletem a cultura enquanto possibilidade do Programa. Esse percentual indica que não há, para um grande número de gestores responsáveis pela elaboração dos projetos, um entendimento efetivo de que o PELC possa oportunizar a difusão cultural. Em apenas 53,8% dos projetos, surgem de 1 (um) a 3 (três) termos relacionados. Considera-se um percentual relativamente baixo para essa categoria, mas, mesmo assim, verifica-se uma compreensão fortalecida em alguns textos dos projetos que esclarecem a importância da cultura e do lazer para a comunidade atendida, conforme se pode verificar no Projeto 22, a seguir: [...] atentar aos moradores da cidade para o valor da cultura e sua importância para a construção e preservação da identidade deste povo”. E ainda no Projeto 23:

A intervenção proposta neste projeto poderá contribuir para a ampliação do universo social e cultural das comunidades participantes, permitindo descobrir a identidade das pessoas, reavaliar os pressupostos de cidadania, colaborando, assim, para a elaboração de políticas sociais mais evidentes, onde o lazer possa se dar de maneira efetiva no cotidiano dessas comunidades, andando lado a lado com outras esferas de atuação dos indivíduos.

Portanto, as possibilidades do lazer enquanto meio de desenvolver cultura, muitas vezes, não são percebidas pela ampla dimensão e pelas relações historicamente construídas e consensuais de perceber a cultura isoladamente.

### 5.2.7 Reflexão sobre as atividades propostas

Com base no item 5 – Atividades, subitem – Ações de funcionamento dos núcleos nos projetos que identificam as diferentes atividades pretendidas no Programa – e de acordo com a classificação dos conteúdos culturais do lazer, descritos no capítulo II deste trabalho, que permite analisar as necessidades de concepção e programação do lazer com uma característica mais didática, listam-se as atividades descritas nos projetos divididas nas categorias, com base na classificação de Dumazedier (1999) e de Camargo (2003).

Segundo Melo (2004, p. 52), “A ação humana é complexa demais para caber em limites rígidos de categorias”, porém não significa que a classificação seja ineficaz. Por conseguinte, deve-se utilizá-la tendo claros os seus limites, considerando-a como um guia para as intervenções no campo do lazer. Dessa forma, as atividades foram listadas de acordo com a percepção de suas características, ou seja, aqueles que as aproximassem mais de um ou de outro conteúdo.

Tabela 17 – Comparativa dos diferentes conteúdos culturais do lazer

Conteúdos culturais do lazer								
Atividades	Nº	Mínimo	Percentil 25	Percentil 50	Percentil 75	Máximo	Média	Desvio Padrão
Manuais	26	0	,00	1,00	2,00	10	1,35	2,077
Intelectuais	26	0	,00	,00	,00	5	,38	1,061
Físicas	26	4	9,50	13,00	16,50	43	14,38	7,563
Artísticas	26	0	,00	1,00	3,00	6	1,62	1,768
Sociais	26	0	,00	,00	,00	1	,04	,196
Turísticas	26	0	Omitida na descrição			0	,00	,000
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>4</b>	<b>12,00</b>	<b>15,00</b>	<b>23,00</b>	<b>46</b>	<b>17,69</b>	<b>8,925</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

A Tabela 17 fornece informações relativas às atividades oferecidas de acordo com os conteúdos culturais do lazer. Em uma leitura preliminar, observa-se que os projetos contemplados e aprovados, sejam para implantação ou renovação, possuem uma proposta de atividades centradas nos conteúdos físicos do lazer, média de 14,38 atividades (DP= 7,563). Para os demais conteúdos culturais do

lazer, verifica-se uma incidência extremamente pequena, sobretudo quando comparados com as atividades físicas de lazer.

#### 5.2.7.1 Atividades físicas de lazer

As atividades físicas de lazer são entendidas como propostas oferecidas que envolvam características esportivas ou de movimento como futebol, voleibol, basquete, ginástica rítmica, natação, caminhada, corrida, escalada, entre outras. Assim, analisando-se o universo de projetos pesquisados, verifica-se que 3,8% dos projetos possuem, no mínimo, 4 atividades físicas propostas para o funcionamento do projeto e, em 65,4% dos projetos, são oferecidas propostas de 10 a 19 diferentes atividades como conteúdos físicos de lazer, conforme Tabela 18. Em todo o contexto, nota-se que, em 100% dos projetos, são contempladas atividades com características físicas em suas propostas.

A Tabela 18, a seguir, mostra o número de ocorrências das atividades de conteúdo físico nos projetos:

Tabela 18 – Número de ocorrências dos conteúdos físicos

<b>Projetos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual Cumulativo</b>
4	1	3,8	3,8
5 a 9	5	19,2	23,1
10 a 14	8	30,8	53,8
15 a 19	9	34,6	88,5
20 a 24	2	7,7	96,2
30 ou mais	1	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

O número de atividades de caráter físico, ou seja, de movimento oferecido nos projetos, mostra o entendimento do Programa enquanto um programa de esporte e de lazer, esporte compreendido como recreativo, sendo, portanto possível a todos. Nessa perspectiva e de acordo com os estudos de Melo (2004), as atividades devem ser pensadas pelo profissional de lazer como forma de contribuir para ampliar a possibilidade de acesso à vivência dessas atividades físicas que, por vezes, ficam restritas a uma só prática. A prática deve ser estimulada em locais onde

o sujeito não se faça apenas espectador, mas em lugares nos quais possa desenvolver sua criticidade perante espetáculos ligados à cultura corporal de movimento. Entendendo a importância dessa vivência, os projetos contemplam diferentes atividades, oportunizando a todos o maior número de experiências e de práticas, uma vez que, na maior parte dos projetos, o entendimento é de se oferecer atividades para as diversas faixas etárias, independente de quais sejam as faixas etárias e de acordo com os interesses dos participantes.

#### 5.2.7.2 Atividades manuais de lazer

As atividades manuais são relacionadas a “atividades ligadas ao prazer de manipular, explorar e transformar a natureza” (CAMARGO, 2003, p. 21).

A Tabela 19, a seguir, apresenta as ocorrências de propostas relativas às atividades com caráter predominante dos conteúdos manuais de lazer:

Tabela 19 – Número de ocorrências dos conteúdos manuais

<b>Projetos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual Cumulativo</b>
0	11	42,3	42,3
1	6	23,1	65,4
2	6	23,1	88,5
3	1	3,8	92,3
4	1	3,8	96,2
10	1	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008

Para os conteúdos manuais de lazer verificados na Tabela 19, o percentual é inferior ao conteúdo físico, em que, em 11 projetos, ou seja, 42,3% dos projetos, nenhuma ocorrência referente a atividades com características manuais ocorreu. Vale lembrar que, em apenas 1 (um) projeto, houve a incidência de 10 (dez) atividades, perfazendo um percentual de 3,8% e, em 53,9% dos projetos, são oferecidas de 1 (uma) a 4 (quatro) atividades manuais para a efetivação prática do PELC.



### 5.2.7.3 Atividades intelectuais de lazer

As atividades intelectuais de lazer são atividades caracterizadas como fontes de informação, sejam elas em livros, periódicos ou jornais, revistas e tabloides, com o propósito de satisfação de curiosidade ou de conhecimento.

A Tabela 20, a seguir, mostra as ocorrências dos conteúdos intelectuais identificados nos projetos:

Tabela 20 – Número de ocorrências dos conteúdos intelectuais

<b>Projetos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual Cumulativo</b>
0	21	80,8	80,8
1	3	11,5	92,3
2	1	3,8	96,2
5	1	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Quando analisadas as atividades que possuem características dos conteúdos intelectuais de lazer, percebeu-se, de acordo com a Tabela 20, que 80,8% dos projetos não contemplam nenhuma atividade relativa aos conteúdos intelectuais de lazer. Em apenas 19,2% dos projetos, surgem 1 (uma), 2 (duas) ou 5 (cinco) atividades propostas para esse conteúdo cultural do lazer. Mesmo que outras atividades determinem o ato de pensar, exercício do ato de raciocinar, não se verifica uma ênfase enquanto categoria de atividades propostas. Porém, assim como as categorias identificadas à frente, essa categoria surge de forma mais enfática nos eventos propostos pelos diferentes projetos. Pode-se afirmar que esse grupo de interesse tem utilidade na preparação para a intervenção com outros interesses.

### 5.2.7.4 Atividades artísticas de lazer

As atividades artísticas de lazer são propostas com interesses dos sujeitos voltados para a experiência estética, a arte em suas diversas formas de

manifestação, tais como cinema, teatro, música, dança, vernissage, encontradas em ambientes específicos: museus, galerias de arte, casas de espetáculo entre outros, podendo também serem produzidas pelos sujeitos (MELO, 2004).

A Tabela 21, a seguir, mostra os projetos que contemplam atividades artísticas em suas propostas de atividades a serem oferecidas:

Tabela 21- Número de ocorrências dos conteúdos artísticos

Projetos	Frequência	Percentual	Percentual Cumulativo
0	10	38,5	38,5
1	5	19,2	57,7
2	3	11,5	69,2
3	4	15,4	84,6
4	2	7,7	92,3
5	1	3,8	96,2
6	1	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Observa-se, na Tabela 21, que, em 38,5%, nenhuma atividade com característica de atividades artísticas é verificado. O total de 5 (cinco) projetos oferece uma atividade, perfazendo um percentual de 19,2%. Este valor vem decrescendo a partir do aumento de atividades propostas, o que sugere que poucos projetos, 15,2%, contemplam de 4 (quatro) a 6 (seis) atividades propostas para esse conteúdo cultural.

#### 5.2.7.5 Atividades sociais de lazer

Para o conteúdo cultural “atividades sociais de lazer”, apenas 1 (um) projeto (Tabela 22) contempla uma única proposta de atividade com caráter do conteúdo social de lazer. Como são atividades relacionadas a encontros, atividades como festas e espetáculos, *shows* onde os sujeitos buscam a participação e convivência, essa dimensão está presente nas outras atividades, nos outros conteúdos culturais do lazer até o momento descrito, bem como aos interesses turísticos de lazer (próximo item a ser estudado).

Tabela 22 – Número de ocorrências dos conteúdos sociais

<b>Projetos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual Cumulativo</b>
0	25	96,2	96,2
1	1	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008

Quando analisados os eventos, este conteúdo aparece em 100% dos projetos, podendo-se perceber que as categorias de atividades sociais de lazer são contempladas com eventos, sejam eles macros ou não e contemplados nos diferentes projetos como propostas de integração e participação comunitária, envolvendo não só os participantes do PELC nas atividades diárias, como também a comunidade de modo geral.

#### 5.2.7.6 Atividades turísticas de lazer

As atividades turísticas de lazer foram incluídas nos estudos dos conteúdos culturais sugeridas por Camargo (2003), podendo ser percebidas dentro dos conteúdos sociais ou não. Neste trabalho, optou-se pela análise deste conteúdo como mais uma categoria de interesse, em que o conhecimento de outros lugares, e ainda, de seu próprio espaço de convivência, de sua cidade, são a principal fonte de compreensão dessa categoria de interesse. Nos 26 (vinte e seis) projetos analisados no item que se refere às atividades, nenhuma ocorrência foi percebida. Quando estudadas as diferentes possibilidades de eventos, essa categoria de análise passa a ser contemplada para diferentes projetos, embora não em todos eles.

O Gráfico 8, a seguir, mostra como são as ocorrências das atividades nas categorias dos conteúdos culturais do lazer nos diferentes projetos:

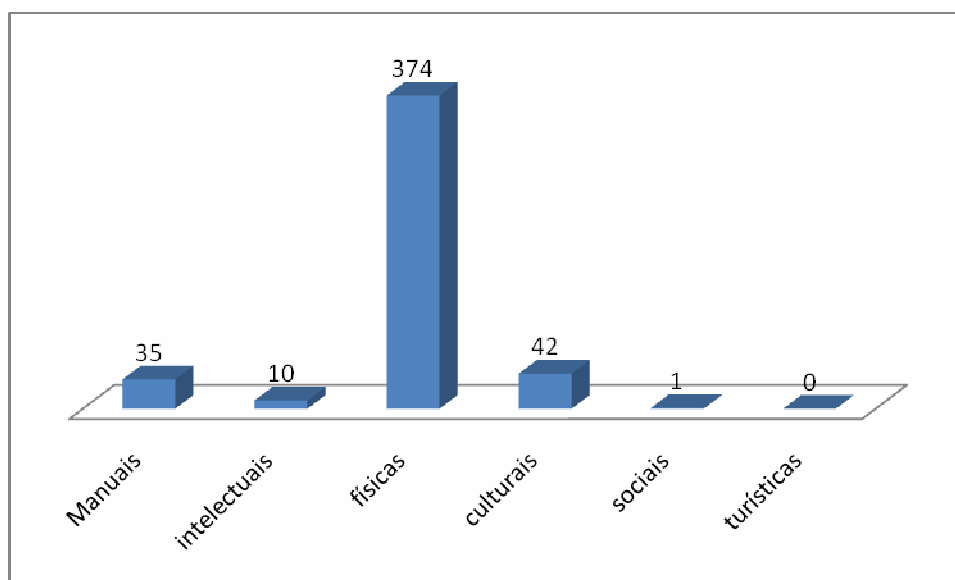


Gráfico 8 – Comparativo dos conteúdos culturais do lazer.

Em todas as áreas culturais do lazer, são possíveis três atitudes: praticar, assistir ou estudar sob a forma de lazer (CAMARGO, 2003). Assim, para cada um dos conteúdos, as três formas podem ocorrer de acordo com o interesse do sujeito, sendo combinadas ou não. Refletindo as propostas de atividades inseridas nos projetos enquanto análise especificamente deste item, neste momento, verifica-se que as atividades físicas de lazer são as mais oferecidas. Este fato pode ser explicado por meio das reflexões de Melo (2004), quando ele explicita que as atividades físicas podem ser situadas como as mais procuradas e acessadas nos momentos de lazer, notadamente em razão da influência dos meios de comunicação.

Pode-se ainda afirmar que o PELC, enquanto proposta de ação, tem uma relação direta com o esporte recreativo. Justifica-se, portanto, um maior direcionamento aos conteúdos físicos de lazer em detrimento de outras atividades propostas, inseridas nos outros conteúdos culturais. Esta afirmativa pode ser reforçada com a percepção dos entrevistados que informam serem as atividades físicas as mais procuradas e escolhidas pela comunidade:

Só no núcleo lá são 120 idosos só com ginástica [...]. As atividades desenvolvidas são atividades de esporte, é... atividades de lazer, recreação, temos também oficinas de... de origami... você conhece origami... aquele de dobrar, trabalha com as crianças é... coordenação motora, isso aí, temos oficina de dança, e mais, bastante oficinas de dança lá, tem uma oficina que entrou agora de basquete de rua, você já ouviu falar também, é um basquete sem regras, mais ou menos sem regras, que só tá acontecendo num núcleo por enquanto, mas a gente pretende estender pros núcleos aqui da comunidade também,..., o que faltou aí, esporte, lazer, recreação, ginástica, para idosos no caso (Entrevistado 6).

Há, ainda, nos relatos, informações de que a participação comunitária determina quando as atividades podem e devem ser modificadas de acordo com seus interesses:

[...] a gente vai identificando onde vai ser implantado o núcleo, quais os dias e horários, o público que vai ser atendido, que atividade que inicialmente a gente pode propor, mas essas atividades também elas não se estabelecem como definitivas. Se você iniciou um conjunto de atividades e percebeu que existe uma demanda maior daquela comunidade usuária para outra, então aí você faz essa alteração, ou substitui ou acrescenta as atividades de acordo com este acompanhamento (Entrevistado 1).

As atividades propostas nos núcleos, de acordo com o entendimento dos entrevistados e da grande maioria dos projetos pesquisados, são de caráter físico. Por outro lado, o próprio conceito de lazer e de recreação se confunde, como mostra Gomes (2003) em sua tese de Doutorado intitulada **Significados da recreação e lazer no Brasil**: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). Isso pode ser percebido, com clareza, na última frase do Entrevistado 6, em que se observa que há uma diferença no entendimento do que seja esporte, recreação e lazer. Verifica-se, portanto, que a dimensão ampla de lazer não é percebida pela maioria da população, mas que a dimensão de participação voluntária, individual e de livre escolha é garantida nos núcleos de algumas cidades.

### 5.2.8 Eventos

O PELC contempla, dentro das ações do funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, eventos interdisciplinares de esporte recreativo e de lazer que fomentem e divulguem as ações do Programa. Os eventos surgem nos projetos descritos no subitem 5.2 – Eventos de esporte e lazer. Neste espaço do projeto, são listados todos os eventos propostos com características de microeventos e de macroeventos, como atividades assistemáticas. Esta análise não faz diferença entre um ou outro, mas verifica as diversas propostas que surgem, identificando os eventos nas categorias dos conteúdos culturais do lazer para que se possa verificar como o Programa direciona as ações, especificamente de eventos para as diferentes dimensões culturais que envolvam o esporte e o lazer.

Tabela 23 – Categorias dos conteúdos culturais do lazer – Incidência de eventos por categoria

<b>Físicas</b>	<b>Manuais</b>	<b>Artísticas</b>	<b>Intelectuais</b>	<b>Sociais</b>	<b>Turísticas</b>
26	13	22	11	26	12
100%	50%	84,62%	42,31%	100%	46,15%

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental e tratamento estatístico do Projeto Básico do PELC – dezembro 2007 e janeiro 2008.

Os eventos que contemplam os conteúdos físicos de lazer são percebidos em 100% dos projetos, como citado anteriormente e confirmado na Tabela 23. Em 50% dos projetos, os eventos são direcionados também à prática de atividades manuais de lazer, sendo a maior característica o artesanato. Os conteúdos artísticos aparecem em 84,62% dos projetos com propostas de atividades que oportunizem acesso a atividades artístico-culturais como: cinema, teatro, espetáculos de dança, entre outros. Os eventos com propostas de atividades intelectuais surgem em 42,31% dos projetos, propondo atividades como: contar histórias, palestras, cursos que envolvam a comunidade de maneira geral. Os conteúdos turísticos de lazer aparecem em 46,15% dos projetos, um percentual bem próximo ao da categoria de conteúdo intelectual de lazer, com atividades direcionadas, sobretudo quando se trata de conhecer sua própria cidade. E as atividades sociais de lazer são fortalecidas nos eventos, são contempladas em 100% dos projetos e possuem uma relação direta com todos os outros conteúdos, pois as atividades relacionadas aos conteúdos sociais refletem o convívio da comunidade e a participação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade, enquanto proposta de política pública de esporte e de lazer, permitiu fazer algumas reflexões aqui delineadas. As considerações finais inicialmente traçadas retornam aos objetivos pensados para esta pesquisa.

O primeiro aspecto a ser destacado é que a ação do poder público em projetos sociais como o PELC – no momento histórico em que as relações capitalistas da organização do Estado privilegiam a concentração de riqueza em detrimento da vida e da afirmação dos direitos sociais – é fundamental para a construção de uma nova lógica de política pública descentralizada. A solidificação e as conquistas dos direitos sociais são lutas constantes na sociedade atual e refletem, muitas vezes, a descontinuidade e a desarticulação comunitária. Para tanto, os programas de políticas sociais são direcionados às camadas menos favorecidas que têm seus direitos, comumente negligenciados pelo poder público.

Em propostas de intervenção de esporte e de lazer, há uma busca constante de solidificação destes enquanto direitos relacionados a outras áreas que compõem as políticas sociais, sobretudo as de educação, saúde, bem-estar social e cultura. O lazer, enquanto possibilidade de transformação social, com um caráter superador, caminha com outras ações e interesses socialmente construídos, os quais devem ser considerados.

Diante desse sentido das propostas contidas nos projetos, verifica-se a necessidade de integração de pensamentos relacionados ao lazer como: desenvolvimento humano, melhoria de qualidade de vida, cidadania, intergeracionalidade, oportunidades e acesso, utilização de espaços públicos, difusão cultural, propostas intersetoriais, entre outras.

O lazer é extremamente amplo e multifacetado, uma vez que requer ações inter, multi e transdisciplinar, portanto, é prudente não generalizar as conclusões da pesquisa, visto que essa visão ampla do lazer exige cuidados em sua interpretação. Por meio deste estudo, foi possível entender que há uma diferença conceitual entre esporte, lazer e outros termos relacionados no que se refere às compreensões percebidas nos projetos.

Ao se realizar a análise dos projetos dentro das categorias específicas, verificou-se que, para o entendimento do esporte e do lazer, enquanto direitos sociais, há um caminho a ser percorrido. Na categoria 1 – ELDS e suas subcategorias, os gestores entendem a importância do Programa com possibilidade de garantir o esporte e o lazer enquanto direitos, mas, na maioria dos projetos, o esporte é entendido como uma possibilidade de ações, e o lazer outra ação, não havendo, portanto, o entendimento do esporte na dimensão de lazer.

As subcategorias DH, ODA e a MQV foram refletidas na dimensão do lazer enquanto direito social. Na perspectiva do lazer, a subcategoria DH entende que o desenvolvimento humano, seja ele pessoal, educacional ou sociocultural, possui um peso e um grau de importância elevado, sendo contemplado em todos os projetos. O esporte e o lazer são percebidos como um dos meios responsáveis por mudanças comunitárias, possibilitando, dessa forma, a emancipação dos sujeitos. O lazer, de acordo com a proposta de gerar e possibilitar o desenvolvimento humano nas diferentes populações, confirma a ideia de lazer enquanto transformação social. Além disso, fortalece que o lazer é visto pelos gestores de acordo com o que orienta o PELC. Acredita-se que é preciso sempre lembrar que, sozinha, nenhuma proposta de política social consegue tamanha conquista.

Na subcategoria ODA, verificou-se, em alguns projetos, a aproximação do lazer enquanto possibilidade de transformação social, sendo que, em um número muito pequeno mas representativo diante da proposta do PELC, percebeu-se um caráter funcionalista de lazer. Acredita-se que as oportunidades de esporte e de lazer devem ser geradas para que a comunidade se eduque e realmente perceba o lazer enquanto direito constituído. Para essa proposta de ação, os projetos são claros e mostram que as oportunidades são fundamentais para diferentes conquistas, principalmente no que se refere à melhoria de qualidade de vida. As possibilidades de oportunidade devem ser pensadas de maneira ampla e somente serão possíveis a partir da vontade política, do planejamento e de uso efetivo de recursos, possibilitando, assim, a construção da cidadania.

Embora esta pesquisa privilegie o esporte e o lazer, não se pretende negar todas as ações que influenciam e são influenciadas por eles. Assim, a subcategoria MQV, inserida na categoria 1, denota questões relativas às dificuldades e desigualdades sociais enfrentadas pela sociedade e, conseqüentemente, há necessidade de uma busca de melhores condições de vida. Percebeu-se que, em



diferentes áreas de estudos, a qualidade de vida é foco de preocupação e de conquistas. Vale lembrar que nesta pesquisa não foi diferente, pois o lazer foi percebido como fonte para a promoção da qualidade de vida, embora isso não tenha sido observado em todos os projetos. Entendendo o lazer como meio para conquistas de mudanças de hábitos e, conseqüentemente, de melhores condições de vida, acredita-se que esta reflexão do lazer enquanto mecanismo de aquisição de novos hábitos e conceitos aproxima-se das orientações do PELC, porém, na prática, precisa se efetivar.

Verificou-se que muitos discursos, nos textos pesquisados, têm um caráter direcionado e seguem as premissas propostas pelo manual de operacionalização do PELC, o que já se era esperado. Embora os textos sejam descritos com as características delineadas ao Programa, estes possuem limitações e, portanto, os sentidos e os significados contextuais os modificam, gerando, inclusive, conflitos conceituais em que se percebe, em alguns projetos, o Programa ainda com caráter assistencialista ou como possibilidade de formação de atletas de alto rendimento. Assim, o lazer é caracterizado, nesses projetos, com caráter funcionalista, distanciando-se da proposta do PELC, que entende o lazer enquanto vivência privilegiada e possível de transformação social.

A categoria UIS inclui ações e atitudes que envolvem a cidadania enquanto direito social, a vulnerabilidade social, a utilização do espaço público e a inclusão social. Todo o conjunto de reflexões que surgiu a partir do estudo dos projetos possibilitou a percepção de que os gestores responsáveis pelos programas ainda necessitam de maiores informações e reflexões conceituais do que sejam universalização e inclusão social, na perspectiva do lazer. A subcategoria CDS identifica o lazer enquanto fonte de promoção, exercício e construção de cidadania, aproximando-se das reflexões e orientações do PELC. De acordo com os resultados percebidos na subcategoria IS, os gestores entendem o esporte e o lazer como uma ação possível e efetiva para auxiliar no processo de inclusão social das comunidades mais empobrecidas. A subcategoria VS foi identificada como um meio de confirmar as características das comunidades atendidas, identificando suas necessidades e as desigualdades existentes nas diferentes classes sociais. Dessa forma, nos textos analisados, os resultados indicaram que o esporte e o lazer surgem como meios para minimizar as desigualdades sociais percebidas nas comunidades onde o Programa se implanta.

Nesse contexto, a utilização de espaço público foi pouco identificada no conjunto de projetos, o que gera uma preocupação. Fica aqui evidenciado que os gestores têm pouca compreensão de que os espaços, bem como os equipamentos, são instrumentos importantes para que o lazer ocorra. O PELC é um programa de política pública, portanto, a utilização, a transformação e a revitalização de espaços públicos para seu funcionamento constituem uma premissa. Embora na maioria dos textos esse aspecto não apareça contemplado, quando são percebidos os discursos dos entrevistados isso é claramente evidenciado como ponto importante de funcionamento do Programa. Percebe-se, portanto, que, na categoria “Universalização e Inclusão Social”, os projetos encaminham textos que refletem o entendimento de que a inclusão social é importante, mas os responsáveis pela elaboração dos projetos não percebem a relação conceitual desta com a Universalização, seja ela do esporte, da educação, do lazer e dos direitos sociais.

Outras ações indicativas do PELC foram apontadas como categorias e, para tanto, buscou-se sua compreensão nos projetos. A Gestão Democrática e Participativa é fundamental para que projetos sociais se fortaleçam e se autossustentem nas diferentes comunidades, sendo ainda uma influência fortemente verificada nas estruturas de governos neoliberais, que percebem não haver condições de manterem suas ações sem a participação comunitária. Após a análise dos resultados, verificou-se que os gestores entendem a importância da gestão participativa para que os projetos ocorram. Contudo, quando as entrevistas foram analisadas, ficou clara a dificuldade de alguns projetos se auto-sustentarem, tendo-se percebido que ainda dependem do poder público para manterem suas atividades em funcionamento.

Vinculada à participação, pôde-se avaliar que a intersetorialidade é garantia de continuidade e funcionamento de programas sociais como o PELC. Nos projetos, não há uma maior preocupação com este item, o que faz refletir que ainda existe um pensamento dos gestores de que cabe ao governo federal toda a responsabilidade de oferecer ações para a comunidade de classes pobres ou sem nenhuma condição de vida. Se se perceber que é papel do governo garantir direitos constitucionais para minimizar os problemas sociais existentes, a comunidade se emancipará por desejo e conhecimento de sua condição. Para tanto, torna-se necessário oferecer aos sujeitos condições de se perceberem enquanto cidadãos de direitos.

O lazer, então, pode ser percebido como uma importante fonte de informação

para que a cidadania e a inclusão social possam se estabelecer, sendo que a cidadania tem de ser percebida para todos e de forma integrada e intergeracional.

A categoria “Intergeracionalidade” surge em diferentes projetos como oferecimento de atividades para diferentes faixas etárias, usufruídas em tempos e espaços diferentes e não como uma integração entre as gerações. Assim, esta orientação do PELC não é entendida nos projetos. Este item é conflitante, uma vez que o próprio PELC possui dificuldade em direcionar as ações intergeracionais, pois, paradoxalmente, possui um programa para indivíduos acima de 45 anos, o “Vida Saudável”. Essa indefinição de proposta foi percebida também na maioria das entrevistas. A dificuldade do PELC quanto às orientações de ações intergeracionais foi percebida de maneira clara e evidente nos textos dos projetos analisados, enfatizando que há uma maior necessidade de esclarecimento dessas ações para os gestores, coordenadores e agentes que atuam nos núcleos.

O lazer é ainda orientado pelo PELC como possibilidade de gerar e desenvolver a cultura. Ao se refletir sobre a categoria DC, os resultados apontam que, sob esse aspecto, os gestores não entendem o lazer enquanto possibilidade cultural, claramente influenciados pela incompreensão da dimensão do lazer como atividades que envolvam os diferentes conteúdos culturais. Entende-se que o lazer é um espaço em que os sujeitos podem usufruir, entender e criar cultura, possibilitando às pessoas uma participação democrática e um maior desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 2007a; STOPPA, 2007; GOMES, 2004; ISAYAMA, 2007). Nos projetos analisados, observou-se que os gestores compreendem a cultura como uma dimensão ampla, o que realmente é, mas não conseguem explicitar, pelo menos nos textos dos projetos e nas entrevistas, que ela deva ocorrer de forma efetiva utilizando-se o esporte e o lazer como meios para este fim. O lazer, enquanto cultura vivenciada em seu sentido mais amplo, como identifica Marcellino (2001), não é assim entendido por quase metade dos gestores responsáveis pela elaboração dos projetos.

Verificando os resultados encontrados e analisados no que se refere às atividades oferecidas nos diferentes projetos, sendo que estas estão inseridas na categoria dos conteúdos culturais do lazer, verificou-se que o PELC realmente se fortalece enquanto um programa que possui, na dimensão do esporte recreativo, a direção de suas ações. Os gestores têm essa compreensão, porém, na perspectiva

do lazer, eles não explicitaram nos textos de forma significativa todas as dimensões culturais possíveis no lazer, sendo que esse aspecto se confirma nas entrevistas.

Ao se fazer a triangulação das informações pretendidas pela análise dos projetos básicos, nos itens “Apresentação” e “Justificativa”, atividades oferecidas e eventos, pode-se afirmar que, como um Programa de esporte e lazer, os gestores compreendem o PELC com ações voltadas sobretudo ao esporte recreativo, negligenciando, desse modo, mesmo que parcialmente, as outras possibilidades contempladas dentro do lazer, entendendo-se que o lazer possui muito mais características de atividades físicas.

A partir das análises, identificou-se que a compreensão dos responsáveis pela elaboração dos projetos básicos sobre o lazer e o esporte, enquanto direitos sociais, aproximam-se da concepção de lazer definida pelo PELC, cujos integrantes percebem o lazer com um caráter mais emancipatório e transformador, possível de influenciar, sobremaneira, mudanças que possibilitem, principalmente, a garantia de direitos sociais. Esse entendimento se confirma nos projetos já em funcionamento, quando os entrevistados remetem a pensamentos de mudanças já percebidas nas comunidades onde o PELC funciona.

Assim, acredita-se que um programa de política pública, mais especificamente nesta pesquisa, o PELC, não se fortalece sem que haja uma educação efetiva do que possa ser o lazer. Não o lazer considerado de forma simplista e do senso comum como possibilidade de diversão e prazer, isto ele também o é, mas sobretudo um lazer enquanto direito socialmente adquirido que deva ser sentido, percebido e usufruído por todos. Talvez difícil, mas possível, é preciso pensar o lazer com compreensões conceituais mais amplas em estreita relação com as outras dimensões da vida em sociedade. Um lazer que permita práticas diferenciadas de esporte, artes, atividades manuais, intelectuais, convívio social e oportunidades turísticas em igualdade de condições para as diferentes classes sociais.

A partir dessas constatações e na dinâmica de discussões conceituais alicerçadas por pensamentos atuais de políticas sociais, entende-se que ações que garantam os direitos dos cidadãos devem ser encaminhadas enquanto políticas públicas articuladas com todos os setores da sociedade. Acredita-se que esta pesquisa seja um início de reflexão que não se esgota neste trabalho, mas que, na verdade, deve se expandir a partir dele.

## REFERÊNCIAS

ALVES JUNIOR, Edmundo de Drumond. Educação intergeracional: privilegiar o lazer para possibilitar o diálogo cultural entre as gerações. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho; FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida. **Brincar, jogar, viver**, Revista do Ministério do Esporte, Brasília, v. 1, n. 1, p. 41-54, jan. 2007.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã**: entendendo o caso de Porto Alegre. 2003. 208 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas. In: GOMES, Christianne Luce (Org). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004a. p. 181-185.

\_\_\_\_\_. Cidadania. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b. p. 30-34.

ANDER-EGG, Edgar. **Metodología y práctica de la animation sociocultural**. Madrid: CES, 2002.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 1993.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectivas, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAMANTI, Antônio Carlos. Múltiplos olhares. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, set. 1998.

\_\_\_\_\_. Políticas de lazer. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 185-186.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Brasília. Congresso Nacional. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>>. Acesso em: 21 maio 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069 de 13 de julho de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 21 maio 2007.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Idoso**. Lei nº. 3561 de mês 1997. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/relatorios/destaques/2003057rf.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2008.

\_\_\_\_\_. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Decreto-lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 DOU de 09/08/1943. Disponível em: <<http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CLT/INDICE.html>>. Acesso em: 8 nov. 2007.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. 4. ed. Brasília: UNB, 1992.

BONALUME, Cláudia Regina. Controle social no Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Brincar, jogar, viver**. Programa Esporte e Lazer da Cidade, v. 1, n. 1. p. 206-217, jan. 2007.

BRACHT, Valter. Educação Física escolar e lazer. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Helder Ferreira. (Org.). **Lazer, recreação e Educação Física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 145-172.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Esporte espetacular: competição, premiação e prestígio na África Romana. In: MELO, Victor Andrade de et al. (Org.). **A temática Lazer no âmbito das Ciências Humanas e Sociais – Anais do VIII Seminário Lazer em Debate**. Rio de Janeiro: Grupo de Pesquisa “Anima” /Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007. p. 69-84.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

\_\_\_\_\_. Múltiplos olhares. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 28-34. set. 1998a.

\_\_\_\_\_. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998b.

CARVALHO, José Murilo de. **Desarrollo de la ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

CASTELLANI FILHO, Lino (Org.). Gestão municipal e política de lazer. In: ISAYAMA, Helder; LINHALES, Meile Assbu (Org.). **Sobre o lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 119-135.

\_\_\_\_\_. **Gestão Pública e política de lazer**: a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Políticas públicas de lazer**: o papel dos municípios na sua implantação. Curitiba: Juruá, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Entrevista concedida a Maria Serena Palieri. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

\_\_\_\_\_. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FEIX, Eneida. O esporte e lazer da cidade e as fases da vida. **Brincar, Jogar, Viver**, Programa Esporte e Lazer da Cidade. v. 1, n. 1, p. 25-40, jan. 2007.

FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Apresentação. **Brincar, Jogar, Viver**. Programa esporte e Lazer da Cidade, v. 1, n. 1, p. 10-12, jan. 2007.

GARCIA, Erivelto Busto. Os novos militantes culturais. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer**: formação e atuação profissional. Campinas: Papyrus, 1995. p. 23-54.

GEETZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIDDENS, Antony. [1938]. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzler. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GILLET, Jean-Claude. O sistema de animação sociocultural francês: entre diversão e educação, a conquista permanente de uma viva democracia. In: SILVA, Jamerson Antonio de Almeida; SILVA, Katharine Ninive Pinto. **Recreação, esporte e lazer-espaço, tempo e atitude**. Anais... Recife: Instituto do Tempo Livre, 2007. XIX ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, conferência.

GIROUX, Henry A. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GOMES, Christianne Luce. **Significados da recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. 2003. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003a.

\_\_\_\_\_; MELO, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2003b. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Lazer-Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-125.

GUIMARÃES, Euclides; MARTINS, Vera Lúcia Alves Batista. Qualidade de Vida. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 191-195.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas, SP: Autores Associados. Chancela editorial CBCE, 2001.

HOBBSAWN, Eric. [1917]. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISAYAMA, Helder Ferreira. **Recreação e lazer como integrantes dos currículos dos cursos de graduação em Educação Física**. 2002. 222 f. Tese (Doutorado em



Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ISAYAMA, Helder Ferreira. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e cultura**. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 31-46.

LAZZAROTTI FILHO, Ari. Formação para ação: a experiência do esporte e lazer da cidade no “nortão” do Mato Grosso. In: CASTELLANI FILHO, Lino. **Gestão Pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 105-138.

LESSA, Fábio de Souza. *Skholé* e práticas esportivas entre os helenos. In: MELO, Victor Andrade de et al. (Org.). **A temática Lazer no âmbito das Ciências Humanas e Sociais – Anais... VIII SEMINÁRIO LAZER EM DEBATE**. Rio de Janeiro: Grupo de Pesquisa “Anima” /Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007. p. 56-67.

LOMBARDI, Maíra Ivone. **Lazer como prática educativa: as possibilidades para o desenvolvimento humano**. 2005. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

LOPES, Marcelino de Sousa. A animação sociocultural em Portugal. Animador Sociocultural: **Revista Iberoamericana**, Salamanca, v. 1, n. 1, p 1-16, out. 2006/fev.2007.

MARCASSA, Luciana; MASCARENHAS, Fernando. Lazer. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí, SP: Unijuí, 2005. p. 255-259.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação**. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

\_\_\_\_\_. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Lazer e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995b.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e qualidade de vida. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). **Qualidade de vida**. Campinas, SP: Papirus, 2001a. p. 45-59.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Lazer e esporte**: políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Aspectos teóricos da ludicidade**. Conferência do 9º ENCONTRO INTERNACIONAL DE LUDOTECAS. Lisboa. Maio de 2002. Disponível em: <[http://www.unimep.br/facis/gpl/Aspectos\\_teoricos\\_da\\_ludicidade\\_Conferencia\\_do\\_9\\_Encontro\\_Internacional\\_de\\_Ludotecas\\_Lisboa\\_maio2002.doc](http://www.unimep.br/facis/gpl/Aspectos_teoricos_da_ludicidade_Conferencia_do_9_Encontro_Internacional_de_Ludotecas_Lisboa_maio2002.doc)> Acesso em: 27 abr. 2006.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. Lazer, espaço urbano e transversalidade. In: CARVALHO, João Eloir (Org.). **Lazer no espaço urbano**: transversalidade e novas tecnologias. Curitiba, PR: Champagnat, 2006a. p. 71-82.

\_\_\_\_\_. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, Helder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006b. p. 65-92.

\_\_\_\_\_. Lazer e Cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e cultura**. Campinas, SP: Alínea, 2007a. p. 9-30.

\_\_\_\_\_ et al. **Políticas públicas de lazer – formação e desenvolvimento de pessoal**: os casos de Campinas e Piracicaba – SP. Curitiba, PR: OPUS, 2007b.

\_\_\_\_\_. Lazer e política cultural – Algumas Aproximações I. UNIMEP-CNPq. In: MELO, Victor Andrade de et al. (Org.). **A temática Lazer no âmbito das Ciências Humanas e Sociais** – Anais... VIII SEMINÁRIO LAZER EM DEBATE. Rio de Janeiro: Grupo de Pesquisa “Anima” /Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007c, p. 224-234.

MAGALHÃES, Sonia Beraldi de. A transversalidade do lazer e a responsabilidade social. In: CARVALHO, João Eloir (Org.). **Lazer no espaço urbano**: transversalidade e novas tecnologias. Curitiba, PR: Champagnat, 2006.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Esporte: um fenômeno heterogêneo; estudo sobre esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 225-242, set./dez. 2007.

MARR, Wolfgang Leo. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSIGLIA, Regina M. G.; SILVEIRA, Cássio; CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo. Políticas sociais: desigualdade, universalidade e focalização na saúde no Brasil. **Saúde Soc.** [online], v. 14, n. 2, p. 69-76, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/08.pdf>>. Acesso em: out. 2007.

MARTINS, Sérgio. Lazer, urbanização e os limites da cidadania. In: ISAYAMA, Helder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 93-116.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. 2005. 320 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

\_\_\_\_\_. Outro lazer é possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: CASTELLANI FILHO, Lino (Org.). **Gestão Pública e política de lazer**: a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 17-40.

MELO, Marcelo Paula de. O chamado terceiro setor entra em campo: Políticas Públicas de esporte no Governo Lula e o aprofundamento do Projeto Neoliberal de Terceira Via. **Licere**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 1-35, ago./2007e. Disponível em: <[http://www.eeffto.ufmg.br/licere/pdf/licereV10N02\\_a2.pdf](http://www.eeffto.ufmg.br/licere/pdf/licereV10N02_a2.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2006.

MELO, Vitor Andrade de. Esporte. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004a. p. 80- 84.

\_\_\_\_\_. A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos. **Licere**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2. p. 86-103, out. 2004b. Disponível em: <[http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/animacao\\_cultural\\_estudos\\_culturais.pdf](http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/animacao_cultural_estudos_culturais.pdf)>. Acesso em: 8 dez. 2007.

MELO, Vitor Andrade de. **A animação cultural**: conceitos e propostas. Campinas, SP: Papirus, 2006a.

\_\_\_\_\_. Animação cultural: um ponto de vista desde o Brasil, um ponto de vista desde a América Latina. Animador sociocultural: **Revista Iberoamericana**, Salamanca, v. 1, n. 1, p. 1-27, out./fev. 2007a. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/>>. Acesso em: 23 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. **Salto para o futuro**. Boletim 9 junho 2007b. Educação, esporte e lazer. Secretaria de Educação a Distância. TV Escola SEED – MEC. Ministério da Educação. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed>> Acesso em: 23 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. A animação cultural e os estudos culturais: diálogos. **Práticas de Animação**, v. 1, n. 0, p. 1-17, out. 2007c. Disponível em: <<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>>. Acesso em: jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Arte e lazer: desafios para romper o abismo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e cultura**. Campinas, SP: Alínea, 2007d. p. 65-87.

\_\_\_\_\_; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Malone, 2003.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Helder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 136-161.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Orientações para implementação do PELC**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br>>. Acesso em: 8 ago. 2007.

MONTEIRO, Mônica Borges: **A animação cultural e o lazer em suas aproximações com o pensamento de Paulo Freire?** Grupo de Pesquisa “Anima”: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais/UFRJ. Boletim Eletrônico. Disponível em: <[www.grupoanima.org](http://www.grupoanima.org)>. Acesso em: 18 abr. 2008.

MOREIRA, Wagner Way. Qualidade de vida: como enfrentar esse desafio? In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Qualidade de vida**: complexidade e educação. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 11-26.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas, SP: Alínea. 2000.

\_\_\_\_\_. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MÜLLER, A.; DA COSTA, L. P. **Lazer e trabalho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 243- 265.

\_\_\_\_\_. Apontamentos para um estudo crítico sobre políticas públicas de lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 65-82, set. 2004.

PEREIRA, Cássio Avelino Soares. As Organizações do Terceiro Setor no Desenvolvimento das Políticas de Turismo e de Lazer. **Turismo em Análise**, v. 16, n. 2, p. 68-84, nov. 2004.

PERES, Américo Nunes. Educação, animação e lazer na sociedade contemporânea. In: MELO, Victor Andrade de et al. (Org.). **A temática Lazer no âmbito das Ciências Humanas e Sociais** – Anais... VIII SEMINÁRIO LAZER EM DEBATE. Rio de Janeiro: Grupo de Pesquisa “Anima” /Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007a. p. 49-50.

PERES, Fábio de Faria. Resenha. Animador sociocultural. **Revista Iberoamericana**, Salamanca, v. 1, n. 1, p. 1-8, out. 2006/fev. 2007b. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrrj.br/animadorsociocultural/>>. Acesso em: 23 jan. 2007.

PÉREZ, Víctor J. Ventosa. Um modelo de intervenção no tempo livre a partir da animação sociocultural. In: CAROLA, Carbajal Arregui; WANDERLEY, Mariângela Belfiore (Org.). **Colóquio de Animação Sociocultural**. São Paulo: IEE/PUC – SP, 2006. p. 107-126.

\_\_\_\_\_. **Fuentes de la Animación Sociocultural en Europa**. Madrid: CCS, 2002.

\_\_\_\_\_. *¿De qué hablamos cuando hablamos de animación sociocultural?* Universidad Pontificia de Salamanca (España) Ayuntamiento de Salamanca Espana. **Revista Iberoamericana**, v. 1, n. 2, p. 1-18, maio 2007/set. 2007. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrrj.br/animadorsociocultural/docs/autor.html>>. Acesso em: 8 dez. 2007.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Estado e sociedade na construção de inovações nas políticas sociais de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Alínea, 2008a. p. 43-78.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Alínea, 2008b. p. 79-95.

RODRIGUES, Rejane Penna; GUTTERRES, Etel Soares. Orçamento participativo e a questão do lazer; o caso de Porto Alegre/RS. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e políticas públicas setoriais: o papel das prefeituras**. São Paulo: Autores Associados, 1996. p 4-12.

\_\_\_\_\_. Introdução: Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Brincar, Jogar, Viver**, Brasília, Ministério do Esporte , v. 1, n. 1, jan. 2007. p. 13-16.

\_\_\_\_\_. Lideranças comunitárias que atuam no desenvolvimento de esporte e de lazer: voluntários de Porto Alegre. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas, SP: Papyrus, 2003. p. 191-196.

SANT'ANNA, Denise, B. (Org.). **O prazer justificado, história e lazer**. São Paulo: Marco Zero/MCT – CNPq, 1994.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SENNETT, Richard. [1943]. **Carne e pedra**. Trad. Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium, 2004.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão; SILVA, Leila Rodrigues. Diversão e prazer na Idade Média: reflexões acerca das visões sobre o entretenimento na Península Ibérica. In: MELO, Victor Andrade de et al. (Org.). **A temática Lazer no âmbito das Ciências Humanas e Sociais – Anais... VIII SEMINÁRIO LAZER EM DEBATE**. Rio de Janeiro: Grupo de Pesquisa “Anima” /Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007. p. 117-134.

SILVA, Débora A. Machado da Silva. Feito à mão: os limiães dos conteúdos manuais do lazer na era da tecnologia. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e cultura**. Campinas, SP: Alínea, 2007d. p. 135 - 147.

STEBBINS, ROBERT A. *Research Reflections Choice and Experiential Definitions of Leisure*. **Leisure Sciences**, Calgary, Alberta, Canadá. v. 27, p. 349-352, 2005 – 1521-0588 [online] Copyright \_C Taylor & Francis Inc. ISSN: 0149-0400 print / DOI: 10.1080/01490400590962470. Disponível em: <<http://www.tandf.co.uk/journals/tf/01490400.html>>. Acesso em: 31 out. 2007.

STOPPA, Edmur Antonio. Associativismo, sociabilidade e lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e cultura**. Campinas, SP: Alínea, 2007d. p. 119-134.

TEODORO, Mário; DELGADO, Guilherme. Política social: universalização ou focalização-subsídios para o debate. **IPEA**. Políticas sociais – acompanhamento e análise, p. 122-126, ago. 2003.

TUBINO, Manuel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VIEIRA, Yuri Vitor Guimarães et al. Lazer e formação profissional: perfil dos egressos do curso de Especialização em Lazer da UFMG. In: VIII SEMINÁRIO LAZER EM DEBATE, 2007, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC)/UFRJ, Laboratório do Tempo Presente/UFRJ, Grupo de Pesquisa “Anima”: Lazer, Animação Cultural e Estudos. Culturais/UFRJ e Centro de Estudos do Lazer e Recreação/UFMG. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

WAICHMAN, Pablo Alberto. **Tempo livre e recreação**. Campinas: Papyrus, 2000.

\_\_\_\_\_. Tempo livre e recreação: a construção da liberdade no tempo a partir da recreação educativa. In: SILVA, Jamerson Antonio de Almeida; SILVA, Katharine Ninive Pinto. XIX ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER RECREAÇÃO, ESPORTE E LAZER – ESPAÇO, TEMPO E ATITUDE. **Anais...** Recife: Instituto do Tempo Livre, 2007. p. 91-116.

ZIGONI, Patrícia. Planejamento Participativo nos Projetos Sociais de Esporte e Lazer. **Brincar, Jogar, Viver**, Ministério do Esporte, Brasília, v. 1, n. 1, p. 13-16, jan. 2007.

ZIGONI, Patrícia. Lazer como fator de desenvolvimento regional: a função social e econômica do lazer na atual realidade brasileira. In: MÜLLER, Ademir; DA COSTA, Lamartine Pereira (Org.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 53-82.



**ANEXOS**

## Anexo A



Juiz de Fora, 5 de setembro de 2008.

Roteiro de Entrevista Semiestruturada. Complementação de projeto da dissertação de Mestrado em Educação Física. Mestranda: Roseana Mendes.

Algumas questões são abertas. Gostaria de poder contar com seu apoio em novos contatos. Agradeço antecipadamente.

Antes de iniciar o questionário, confirme, por favor, seu nome completo, endereço de contato (eletrônico ou não).

Segue abaixo autorização de uso das respostas efetuadas. Lembro que, para mim, o sigilo de quem respondeu ao questionário será preservado, bem como o núcleo a que pertence. Comprometo-me a enviar o trabalho para conhecimento de vocês após a conclusão.

Eu \_\_\_\_\_ autorizo o uso das respostas abaixo única e exclusivamente para fins de pesquisa de dissertação de Mestrado de Roseana Mendes.

Data: \_\_\_\_\_

Questões:

1. Qual a sua função no PELC?  
 agente  coordenador  gestor  outra.  
 Qual? \_\_\_\_\_

2. Há quanto tempo atua nesta função? \_\_\_\_\_

3. O responsável por elaborar o projeto básico do PELC para encaminhamento à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte ainda atua no Programa?

sim  não

Em caso negativo, quem é o responsável atualmente? (se possível, informe o contato para que possamos nos comunicar).

\_\_\_\_\_

4. Quando o projeto iniciou as atividades nos núcleos?  
2003 ( ) 2004 ( ) 2005 ( ) 2006 ( ) 2007 ( ) 2008 ( )
5. Quantos núcleos estão em atividade?  
Nenhum ( ) um ( ) dois ( ) três ( ) quatro ( ) mais de quatro ( ) quantos\_\_\_\_\_
6. Qual o público atendido?\_\_\_\_\_
- Crianças e jovens até 18 anos. Quantos?\_\_\_\_\_
- Adultos de 18 a 44 anos. Quantos?\_\_\_\_\_
- Pessoas entre 45 e 59 anos. Quantas?\_\_\_\_\_
- Idosos acima de 60 anos. Quantos?\_\_\_\_\_
7. Como as atividades são oferecidas? Sobre a organização das oficinas: Atividades desenvolvidas, horários e dias da semana, faixa etária, espaços físicos.
8. Quais os eventos organizados pelo projeto? Evento-atividades desenvolvidas – dia da semana – faixa etária envolvida – espaço físico.
9. Como você define lazer (com suas palavras)?
10. Quais os órgãos e demais parceiros que colaboram com o funcionamento do projeto? Que funções específicas eles realizam?
11. Como você avalia a participação da comunidade no projeto?
12. Caso hoje o projeto fosse interrompido, a comunidade teria condições de dar continuidade às ações de lazer desenvolvidas? Em caso negativo, quais os fatores que impossibilitariam o prosseguimento das atividades?



### AUTORIZAÇÃO

Autorizo a aluna mestranda Roseana Mendes, portadora da Carteira de Identidade M3 169961 SSP-MG, a utilizar as respostas de minha entrevista realizada para fins de estudos em sua dissertação de Mestrado, No MESTRADO ASSOCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – UFV/UFJF – Linha de Pesquisa Aspectos Socioculturais do Movimento Humano.

Autorizo,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

---

Assinatura

Nome

completo: \_\_\_\_\_

Documento de Identidade: \_\_\_\_\_

## Anexo B

Projeto Básico				
Informação do Tipo de Núcleo				
<input type="radio"/> Núcleo Vida Saudável (45 anos em diante)		<input type="radio"/> Núcleo Esporte e Lazer da Cidade (todas as faixas etárias)		
Origem do recurso				
<input type="radio"/> Emenda Parlamentar*		<input type="radio"/> Dotação orçamentária Ministério do Esporte*		
Identificação da Entidade				
Nome				
CNPJ				
UF		Município		
Endereço		CEP		
DDD		Telefone		Fax
E-mail				
Dirigente				
Coordenador Técnico do Projeto				
Nome do Coordenador				
Endereço		CEP		
DDD		Telefone		Fax
E-mail				
Entidade de Controle				
Nome da Entidade de Controle Social				
UF		Município		
Dirigente/Representante				
Endereço		CEP		
DDD		Telefone		Fax
E-mail				
Apresentação				
Justificativa				
Comunidade atendida por outro Projeto Social				
<input type="radio"/> Não		<input type="radio"/> Sim		Se sim, qual?
Quadro Resumo do Pleito				
Nº. de Núcleos		Valor Solicitado		Valor de Contrapartida

Cidades Cadastradas			
Nº. de Habitantes	UF	Código do Município	Município

Entidades Parceiras			
Nome da Entidade	Nome do Responsável	DDD	Telefone

4- Metas			
Nº. Crianças/Adolescentes (até 17		Nº. Jovens (18 a 24 anos)	

anos)			
Nº. Adultos ( 25 a 59 anos)		Nº. Idosos (a partir de 60 anos)	
Nº. Total de Inscritos:			
Nº. Portadores de Necessidades Especiais		Nº. Municípios	
Nº. de Núcleos		Nº. de Bairros atendidos	
Nº de Eventos		Nº. de Pessoas Beneficiadas	
Nº. de Núcleos		Nº. de Pessoas Beneficiadas para Encontro Formação	
Nº. Pessoas Contratadas		Nº. de Duração do Projeto (meses)	

## 5- Atividades

## 5.1 Ações de Funcionamento dos Núcleos

Atividades

## 5.2 Eventos de Esporte e Lazer

## 5.3 Formação Continuada

## 6. Parcerias

ENTIDADES

ATRIBUIÇÃO

## 7. Divulgação e Inscrição

## 8. Núcleos

UF	Município	Núcleos	Inscritos	Endereço	Situação

## 9. Quadro Geral das Ações

Ação	Concedente	Proponente
Pró-labore de Recursos Humanos		
Aquisição de Material de Consumo		
Aquisição de Material Permanente		
Formação		
Eventos		
9.1. Outras Ações		

10. Projeto Pintando a Liberdade	
Itens do Projeto Pintando a Liberdade	
Item	Quantidade